

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Janaína Marissol dos Santos Machado

**O PROTESTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: O ENGAJAMENTO
POLÍTICO VIA REDES SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 2013**

Santa Maria, RS
2016

Janaína Marissol dos Santos Machado

**O PROTESTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: O ENGAJAMENTO POLÍTICO VIA
REDES SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 2013**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mayer

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Marissol dos Santos Machado, Janaína
O PROTESTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: O ENGAJAMENTO
POLÍTICO VIA REDES SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 2013 /
Janaína Marissol dos Santos Machado.- 2016.
173 p. ; 30 cm

Orientador: Ricardo Mayer
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2016

1. Protestação social 2. Engajamento 3.
Conservadorismo político 4. Redes sociais 5. Facebook I.
Mayer, Ricardo II. Título.

Janaína Marissol dos Santos Machado

**O PROTESTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: O ENGAJAMENTO POLÍTICO VIA
REDES SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 2013**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovado em 25 de agosto de 2016:

**Ricardo Mayer, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Rosângela Marione Schulz, Dr. (UFPEL)

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

É sempre um imenso desafio escrever uma dissertação de mestrado, ainda mais em uma área afim à de nossa formação propriamente dita. Por mais que nos apliquemos, há dificuldades que surgem em nosso caminho, para cuja superação nem sempre nossas forças são suficientes. Por isso, mais que um trabalho solitário, este texto é devedor do auxílio de algumas instituições e de inúmeras pessoas, que, de uma forma ou de outra, deram-me apoio não só com livros, mas também com amizade e amor. Assim, agradeço inicialmente à CAPES, cujo apoio financeiro, no último ano do mestrado, permitiu que me dedicasse inteiramente às minhas pesquisas. Da mesma forma, sou muito grata à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde obtive também minha graduação, e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCCS), na pessoa de seus docentes e servidores, que me permitiram continuar meus estudos com a mesma qualidade. Agradeço imensamente ao meu prezado e valioso orientador, Dr. Ricardo Mayer, pelos ensinamentos, paciência, incentivo e apoio nessa jornada, sem o que eu jamais teria conseguido chegar até o fim. Agradeço com todo o coração ao meu amor, Marcus De Martini; aos meus amados pais e irmãs, que me inculcaram espírito crítico durante a vida e que foram compreensíveis e pacienciosos com minhas ausências durante esta etapa; a todos os meus queridos amigos e colegas de mestrado, especialmente a Leandro Peres, Samara Peres e Raíra Bohrer; às minhas queridas amigas Flávia Hardt e Samile Najar, de quem não há distância que nos separe; às dezenas de pessoas com quem tive o prazer de trocar ideias, ensinamentos e reflexões na FURG, na UFSM e no movimento estudantil, que alimentaram em mim a chama do inconformismo com a injustiça social e com o discurso fácil, construído, maquiado com as cores da verdade e da liberdade de expressão para oprimir os mais fracos e justificar a intolerância com o próximo.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

O PROTESTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: O ENGAJAMENTO POLÍTICO VIA REDES SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 2013

AUTOR: Janaína Marissol dos Santos Machado

ORIENTADOR: Ricardo Mayer

A sociedade brasileira tem presenciado a ocorrência de inúmeros protestos, os quais tendem a começar num determinado lugar, por motivos peculiares a ele, e se espalhar para outro, podendo ser uma cidade, um estado ou um país, ganhando assim novas e maiores dimensões. Apesar das particularidades de cada um, esses protestos agregam características comuns, como a heterogeneidade, a autogestão, a horizontalidade, a personalização e a organização através de redes sociais, aspectos que também estiveram presentes nas recentes manifestações brasileiras de junho de 2013 e nas manifestações que ocorreram na sequência destes protestos. No caso dos protestos de junho, seu início se deu com pautas bastantes específicas; entretanto, no desenrolar dessas manifestações, outras reivindicações foram somadas à questão do aumento da tarifa de ônibus. Dentre essas novas pautas, a inflexão moral caracterizada no combate à corrupção destacou-se e terminou predominando no cenário político nacional, galvanizando parte da população do país e culminando, inclusive, no afastamento da Presidente Dilma Rousseff do governo. Conforme os dados levantados neste trabalho demonstram, novas formas de constestação e protestaço social veiculadas através das redes sociais (*Facebook*) emergiram nesse período, de modo a caracterizar um novo repertório da ação coletiva. Além de conteúdos morais de natureza conservadora, as manifestações políticas através das redes sociais foram marcadas por uma performance fortemente maniqueísta e emocional no recrutamento de novos aderentes à sua causa. Conforme se constatou ainda, nas entrevistas realizadas, é adotado, para justificar o engajamento político conservador na internet, um conjunto de teorias conspiratórias. Essas teorias conspiratórias que, anteriormente ficavam restritas a um determinado grupo, encontraram nas redes sociais digitais uma forma de se propagarem com maior facilidade, ficando a disposição de qualquer um, podendo angariar uma legião de seguidores que, nas redes sociais, a retroalimentam a partir de um senso comum refratário à mudança social de teor progressista.

Palavras-chave: Protestação social. Engajamento. Conservadorismo político. Redes sociais. *Facebook*.

ABSTRACT

CONTEMPORARY SOCIAL PROTEST: POLITICAL ENGAGEMENT THROUGH SOCIAL NETWORKS SINCE 2013

AUTHOR: Janaína Marissol dos Santos Machado

SUPERVISOR: Ricardo Mayer

Brazilian society has witnessed the uprising of several protests, which tend to start at some place, for reasons peculiar to it, and spread to another one, a city, a state or a country, taking then new e greater dimensions. In spite of the peculiarities of each one, these protests present common features, like heterogeneity, self-management, horizontality, personification and the organization by means of the social networks, aspects that were also present in the Brazilian recent manifestations of June 2013 and in the manifestations that took place after that. Regarding the protests of June, they began with very specific agendas; however, during these protests, other demands were brought together to the problem of the raising of the bus tickets. Among these agendas, the moral inflexion characterized in the struggle against corruption was highlighted and predominated in the national political scene, galvanizing part of the population of the country to the point of provoking the impeachment of President Dilma Rousseff. According to the data collected in this work, new forms of social contestation and protestation through social networks (*Facebook*) emerged in this period, in a way to characterize a new repertoire of collective action. Besides moral subjects of conservative nature, the political manifestations through the social networks were marked by a highly dualistic and emotional performance in the enlisting of new adherents to the cause. As it was also found, in the interviews, a group of conspiratorial theories is adopted in order to justify political engagement in the internet. These conspiratorial theories, that had been restrict to a certain group of people before, found in the digital social networks a way of an easier propagation, being available to anyone and ready to enlist a legion of followers that, in the social networks, give them feedback based on a common sense opposed to progressionist social change.

Keywords: Social protest. Engaging. Political conservativeness. Social networks. *Facebook*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	<i>Print screen</i> realizado da caixa de mensagens do <i>Facebook</i> da entrevistadora	100
Figura 2 -	<i>Print screen</i> realizado da caixa de mensagens do <i>Facebook</i> da entrevistadora	100
Figura 3 –	Recortes da Página Fora PT	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Posicionamento sobre a legalização do aborto	134
Gráfico 1 -	Posicionamento sobre a pena de morte	134
Gráfico 3 -	Posicionamento sobre o linchamento de "bandidos"	137
Gráfico 4 -	Posicionamento sobre o casamento gay	135
Gráfico 5 -	Posicionamento sobre a adoção de crianças por casais homossexuais	136
Gráfico 6 -	Posicionamento sobre o feminismo	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Adaptação de repertórios	55
Quadro 2 - Conceitos de Protestos e movimentos Sociais	57
Quadro 3 – Novos Movimentos Sociais	89
Quadro 4 – Respostas dos entrevistados sobre diversos temas	131

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	21
1	“O GIGANTE ACORDOU”	27
1.1	PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE JUNHO DE 2013	28
1.1.1.	As interpretações dos protestos: o alastramento da pauta “contra a corrupção”	31
1.2	O CONCEITO DE REPERTÓRIO	40
1.3	REDES SOCIAIS	44
1.4	AS REDES SOCIAIS COMO REPERTÓRIO DE CONTESTAÇÃO SOCIAL EMERGENTE	47
1.5	DELINEANDO CONCEITOS	55
1.6	CONCLUSÃO	65
2	O ALICERCE TEÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS	65
2.1	AS CONCEPÇÕES CLÁSSICAS SOBRE A AÇÃO COLETIVA	66
2.2	A TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	74
2.2.1	A estrutura de oportunidade políticas	80
2.3	A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	83
2.4	NOVAS PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE DA AÇÃO COLETIVA ...	90
2.5	AS DIMENSÕES SIMBÓLICAS, PERFORMÁTICAS E EMOCIONAIS .	93
2.6	CONCLUSÃO	96
3	A AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE POSSÍVEIS DO PROTESTO SOCIAL	97
3.1	PESQUISA EMPÍRICA	98
3.1.1	Perfil do ativista “virtual”	102
3.2	AS FORMAS DE ENGAJAMENTO	109
3.3	AS RAZÕES PARA A CONTESTAÇÃO	124
3.4	AS LÓGICAS DA CONTESTAÇÃO	137
3.5	CONCLUSÃO	147
	CONCLUSÃO	151
	REFERÊNCIAS	157
	ANEXOS	165
	ANEXO A	
	DADOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS	167
	ANEXO B	
	ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	161

INTRODUÇÃO

A sociedade conectada em rede abriu portas para uma nova forma de difundir ideias e aproximar pessoas, independentemente da distância geográfica. Essa transformação nas comunicações proporcionada principalmente pela *internet*, na qual seus usuários são emissores e receptores ao mesmo tempo, possibilitou que pessoas comuns ganhassem voz e exprimissem os seus pensamentos, sem intermediários. Essa mudança nas comunicações propiciada pelo ciberespaço, o qual alia interatividade e massificação, foi sentida nos protestos ocorridos recentemente em diversos países, inclusive no Brasil. Um vídeo disponibilizado no *YouTube*, uma fotografia compartilhada no *Facebook* e uma frase contendo apenas cento e quarenta caracteres escrita no *Twitter* têm capacidade de mobilizar milhares de pessoas em pouco tempo, sendo seu impacto ainda incompreendido na sua plenitude pelos governos, despertando a atenção das ciências sociais.

No caso brasileiro, no mês de junho de 2013, o Brasil foi sacudido com uma onda de manifestações que, inicialmente, possuíam uma demanda pontual, qual seja, o posicionamento contrário ao aumento das passagens de ônibus, além do pedido de um transporte público de qualidade. Esses manifestantes foram açoitados pela mídia tradicional e também, de modo literal, pela polícia. A forte repressão policial sofrida pelos manifestantes repercutiu nas redes sociais, contrastando com as informações prestadas pelas emissoras de televisão e jornais.

A partir daí, há uma virada nos eventos. Inúmeros indivíduos tomaram as ruas, diferenciando-se dos manifestantes iniciais por não possuírem tradição contestatória. Além disso, esses indivíduos levaram às ruas as suas próprias pautas, sendo possível de se captar lado a lado nesses protestos cartazes com teor de extrema-direita e cartazes com teor de extrema-esquerda. Além disso, os partidos políticos e movimentos sociais que tentaram se juntar a esses manifestantes foram fortemente reprimidos.

O coro contra a corrupção ganha forma, a mídia tradicional passa a noticiar que as manifestações são contrárias ao governo federal, em vista dos escândalos de corrupção divulgados de forma enviesada pela mesma mídia. A popularidade de Dilma Rousseff, até então em alta, cai. O que se assiste na sequência é a tomada das ruas e das redes sociais por pautas de cunho conservador com forte índole moralizante. Da mesma forma, as páginas no *Facebook* nessa mesma linha ganham um número

maior de seguidores. Movimentos como o MBL passam a se articular e a se organizar contra a corrupção, além das páginas Fora PT e Revoltados ON-LINE.

O ódio ao Partido dos Trabalhadores, após a campanha eleitoral ocorrida no ano de 2014, cresce, juntamente com o ódio aos partidos e aos temas de esquerda. Indivíduos que até então guardavam os seus preconceitos somente para si, sentem-se à vontade e protegidos para manifestá-los nas redes digitais. Esses indivíduos invadem as redes sociais e passam a repercutir escândalos de corrupção. Eles alegam odiar partidos políticos e políticos, de modo geral.

A partir da resumida narrativa do panorama político nacional, surgem questões que precisam ser respondidas pelas ciências sociais, mais especificamente por aqueles que se atêm à análise dos movimentos sociais e das ações coletivas: quais as características guardadas por esse recentes protestos deflagrados no Brasil? Estaríamos diante da emergência de novas formas de se engajar politicamente? As redes sociais digitais configurariam-se como um novo repertório de ação? São sobre questões dessa natureza que a presente pesquisa se debruça.

Heterogeneidade, horizontalidade, personalização, efeito viral, descontentamento com partidos políticos no geral são algumas das características das recentes manifestações brasileiras. A fim de averiguar essas questões levantadas, bem como a presença dessas características, procura-se com esse trabalho responder a esses questionamentos ou, pelo menos, elaborar hipóteses que possam contribuir com essa questão.

Conforme exposto, é notável a infinidade de perspectivas para se “olhar” junho de 2013 e os protestos subsequentes, impulsionados e organizados nas redes sociais virtuais. Entretanto, em vista da impossibilidade de abarcar todas as variáveis dos protestos desencadeados desde junho de 2013 e suas inúmeras reivindicações, com foco na utilização dessas redes digitais, optou-se pela escolha de uma única pauta para o desenvolvimento deste estudo: aquela que verbaliza “contra a corrupção”, presente antes de junho, durante junho e após junho de 2013. Entende-se que focalizar apenas nessa “reivindicação” possibilitará enxergar a riqueza de detalhes que ela contém, além de permitir a investigação de como os atores sociais operam pelas redes sociais na *internet* para protestar e se essas redes podem ser entendidas como um novo repertório de protestação social, cerne desta investigação, que tem em junho de 2013 o seu marco inicial. Assim, o recorte com centro na pauta mencionada

constitui o material empírico desta pesquisa, a partir do qual analisar-se-ão as novas formas de contestação social propiciadas pelas redes sociais digitais.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar se as redes sociais digitais propiciam novas formas de ação coletiva, além de se configurarem como um novo repertório de ação, sendo que os objetivos específicos são: a) Fazer uma análise e revisão da bibliografia existente sobre as ações coletivas e movimentos sociais averiguando se ela dá conta das formas de contestação catalisadas pelas redes sociais; b) Identificar como os atores sociais utilizaram/utilizam as plataformas *Facebook* nos protestos, a partir de junho de 2013; c) Esquadrinhar as justificações elaboradas pelos novos atores sociais para contestar.

A metodologia adotada se deu da seguinte forma: inicialmente, páginas no *Facebook* são selecionadas para se captar os entrevistados. Optou-se pela seleção das páginas, ao invés de selecionar os perfis pessoais dos entrevistados em decorrências das políticas de privacidade da rede social em questão. Nas páginas é possível visualizar quem comenta, curte e compartilha aquelas informações, sem haver a necessidade de uma relação de amizade virtual.

No caso, as páginas escolhidas foram a “Fora PT” e “Revoltados ON-LINE”, as quais acresceram os seus números de seguidores após junho de 2013. Selecionadas as páginas, cerca de 400 mensagens foram enviadas aos indivíduos que praticaram as ações citadas – comentar, curtir, compartilhar –. Doze pessoas aceitaram participar das entrevistas, as quais foram realizadas por meio virtual através de voz e/ou vídeo.

Assim, resume-se os procedimentos metodológicos da seguinte forma:

1. *Fontes primárias:*

1.1 - Doze Entrevistas semiestruturadas com os manifestantes que curtem as páginas Fora PT e Revoltados ON-LINE;

2 - *Fontes secundárias:*

2.1 - Revisão bibliográfica procurando dar conta das diferenças de abordagem teórica entre os autores que se debruçam sobre a sociologia dos movimentos sociais e as novas formas de participação e protesto social catalisadas pelas redes sociais.

Dessa forma, esta pesquisa está dividida em três capítulos, estando presente, ao final, a conclusão. No primeiro capítulo, denominado “O gigante acordou”, delineou-se o cenário no qual a presente investigação se desenvolveu, começando pela descrição das manifestações de junho de 2013.

Como foi possível de se observar ao longo do primeiro capítulo, os protestos ocorridos em junho de 2013 e suas diversas peculiaridades e desdobramentos permitiram questionar a respeito de novas formas de ação, além da existência de novos repertórios, propiciados pelas redes sociais digitais. Tais protestos, da mesma forma de outras manifestações ocorridas noutros países, apesar de cada um possuir as suas particularidades, tiveram como ponto em comum a maciça utilização das tecnologias digitais.

No segundo capítulo, denominado “O alicerce teórico das ações coletivas”, foi apresentado o embasamento teórico sobre as ações coletivas e os movimentos sociais, desde os primórdios da discussão sobre esse assunto. Dessa forma, fez-se um apanhado geral das teorias clássicas sobre ações coletivas e movimentos sociais. Estas predominaram até meados dos anos de 1960 e enxergavam os movimentos deflagrados naquele período sob a ótica da psicologia social, sendo redefinidas pelos teóricos da mobilização de recursos. Para esses teóricos, os atores fazem escolhas racionais, calculam os custos e os benefícios de participarem ou não de um movimento, predominando nas teorias da mobilização de recursos um excesso de racionalidade que lhe rendeu críticas.

Dessa forma, novas teorias são desenvolvidas, buscando suprir as lacunas deixadas pelas teorias anteriores, como a teoria do processo político e a teoria dos novos movimentos sociais. No entanto, no que diz respeito aos protestos contemporâneos, o que se tem observado é que um crescente número de indivíduos têm sido compelidos a se manifestar fora dos canais convencionais, posicionando-se contra uma infinidade de assuntos dos quais discordam, denunciados nas redes sociais virtuais, trazendo a questão das emoções e dos protestos com escopo moral, para dentro da análise dos movimentos sociais, havendo a necessidade de uma revisão teórica

O capítulo final deste trabalho traz as narrativas apresentadas pelos entrevistados engajados nas causas contrárias à corrupção, apresentando como eles se articulam nas redes sociais no *Facebook*. Dessa forma, inicialmente, no tópico “Pesquisa empírica”, fez-se uma retomada dos protestos ocorridos em junho 2013 (quando essa reivindicação ganhou força) até o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, em decorrência da abertura do processo de impeachment e da intensificação das denúncias de corrupção advindas da Operação Lava Jato exploradas de forma tendenciosa pela mídia tradicional. Mostraram-se os critérios

adotados para a seleção das páginas e a forma como os entrevistados foram contatados, além de apresentarem-se as barreiras enfrentadas para a realização das entrevistas. Por fim, buscou-se demonstrar como os entrevistados utilizam as redes sociais para protestar na contemporaneidade.

Por fim, em vista dos dados levantados, compreendeu-se que há novas formas e novos meios de engajamento político, desgarrados das formas tradicionais. Essas novas possibilidades permeadas pelas redes sociais carecem de pesquisas empíricas adequadas, no intuito de não se perder os seus aspectos diferenciados, sendo este trabalho um dos primeiros esforços.

1 “O GIGANTE ACORDOU”

O capítulo inaugural desta dissertação tem por escopo desenhar, de forma sucinta, o cenário no qual esta pesquisa está debruçada, qual seja, a utilização de plataformas digitais em manifestações como ferramentas para mobilização da ação, além de retratar a efervescência dos eventos ocorridos naquele ano, amplamente noticiados em rede nacional e que têm os seus reflexos sentidos até os dias atuais.

As manifestações de junho de 2013 iniciaram na esteira dos movimentos reivindicatórios contrários ao aumento das passagens de ônibus. Entretanto, no desenrolar dessas manifestações, a forte repressão exercida por parte da polícia contra os manifestantes fez com que novos indivíduos, a princípio sem tradição contestatória, saíssem às ruas com as suas próprias reivindicações, retirando a centralidade da pauta do transporte público para diluí-la num mar de reivindicações. Esses novos manifestantes pediam intervenção militar, escolas públicas de qualidade, além do fim da corrupção.

Em decorrência de suas características plurais, muitos são os recortes feitos para se analisar os protestos de junho de 2013, alguns enxergando nessas manifestações de junho um salto democrático, enquanto outros as visualizando imbuídas de cunho conservador. Esta última sustentação ganhou força com a análise das manifestações que ocorreram após os protestos de junho de 2013, em que houve a predominância do “mote contra a corrupção”, juntamente com pedidos de intervenção militar e outras pautas nesse mesmo viés que desencadearam numa aversão ao Partido dos Trabalhadores e às ideologias de esquerda de maneira geral. Além disso, observou-se que os protestos ocorridos no ano de 2013 e nos anos subsequentes, no Brasil, possuem pontos em comum com outras manifestações ocorridas noutras partes do mundo, como as da Espanha, as da Primavera Árabe, as do *Occupy Wall Street*, etc., uma vez que todas elas fizeram a massiva utilização de ferramentas digitais. Em decorrência da utilização dessas ferramentas digitais e do seu caráter de novidade nos protestos brasileiros, problematizou-se o conceito de repertório de ação coletiva, a fim de averiguar se a utilização das redes sociais *on-line* pode ser entendida como um novo repertório de ação. Isso decorre do entendimento que se tem sobre esse conceito, que se configura como uma gama de ações que são de conhecimento dos indivíduos e que podem ser acionadas e adaptadas, a depender do contexto em que são aplicadas.

Dessa forma, verificou-se como esses repertórios podem ser renovados em decorrência das inúmeras ferramentas de comunicação que atualmente estão ao alcance de indivíduos comuns, de organizações, de grupos, etc, uma vez que eles passam a explorar a infinidade de interações proporcionadas pelas novas TICs, criando redes de discussões *on-line*, permitindo maior velocidade e abrangência às suas reivindicações. Ainda, discute-se a respeito do conceito de rede social, esclarecendo qual é o adotado pela presente investigação, uma vez que ele é anterior à internet. Assim, esclarece-se que a concepção de rede social aqui tratada é aquela que diz respeito as plataformas digitais disponibilizadas na internet, sendo que a plataforma selecionada para se desenvolver esta pesquisa foi a rede social *Facebook*, bastante utilizada nos protestos brasileiros desencadeados no ano de 2013 e seguintes.

Ao final deste capítulo, foi abordado sobre os problemáticos conceitos de protestos, movimentos sociais e ações coletivas, exaustivamente utilizado por leigos e estudiosos, mas que, até os dias de hoje, carecem de precisão, uma vez que, volta e meia, são utilizados como sinônimos um do outro. Esse tópico, na verdade, apenas busca apresentar uma série de apontamentos feitos por diversos autores sobre esses conceitos, que serão melhor trabalhados no segundo capítulo desta pesquisa.

1.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE JUNHO DE 2013

No mês de junho de 2013, o Brasil foi palco de uma série de protestos que ganharam a adesão de diferentes setores da população, levando milhares de pessoas às ruas. A reação daqueles que assistiam aos protestos era de total estranhamento, seja pela variedade de pautas, sendo algumas delas contraditórias, seja também pelo caráter nacional dos protestos, que ocorreram em inúmeras cidades brasileiras e até mesmo no exterior, além de serem amplamente difundidos no ciberespaço

Nos meses anteriores aos protestos de junho de 2013, as reivindicações eram contra o aumento das passagens de ônibus, protagonizadas principalmente pelo Movimento Passe Livre¹, em São Paulo, e pelo Bloco de Lutas pelo Transporte

1 Na página do Movimento Passe Livre, há a seguinte definição: “O **Movimento Passe Livre (MPL)** é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O **MPL** é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela

Público², em Porto Alegre. Movimentos protestatórios com foco no transporte público não eram novidade no Brasil, tendo ocorrido em outros anos em diversas cidades, como a *Revolta do Buzu*, desencadeada em agosto de 2003, na capital baiana, e a *Revolta das Catracas*, sucedida nos anos de 2004 e 2005, em Florianópolis, Santa Catarina (POMAR, 2013, p. 10-13).

No ano de 2012, já haviam sido noticiadas contestações relacionadas à temática do aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro (RJ), em Natal (RN) (*Revolta do Busão*), em Vitória (ES), em Teresina (PI), em Belém (PA), em Porto Alegre (RS) e em outras cidades. No caso da capital gaúcha, essas manifestações prosseguiram no ano seguinte, durante os meses de janeiro, fevereiro e março, culminando neste último mês na revisão do cálculo de reajuste das passagens de ônibus, determinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). No dia 25 de março, o reajuste no preço da passagem de ônibus é homologado, dando continuidade aos protestos, até a sua suspensão³, em caráter liminar, no dia 04 de abril, proferida em caráter definitivo pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), no dia 06 de maio.

A vitória em Porto Alegre reforçou as manifestações contrárias ao reajuste da passagem de ônibus noutras cidades (SANTOS, FACHINETTO, RIBEIRO, 2014, p. 84), sendo inicialmente criticadas pela maior parte da mídia tradicional, já que o reajuste girava em torno de 0,20 centavos, considerado por ela uma “bagatela”. Quanto a isso, foi emblemática a manifestação do comentarista televisivo e cineasta Arnaldo Jabor, na TV Globo, criticando os manifestantes, alegando que a causa deles era a “ausência de causa”⁴. Na mesma linha foram os pronunciamentos da jornalista Rachel Sheherazade, do SBT, e do jornalista José Luiz Datena, da TV Bandeirantes.

democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da **Tarifa Zero!** O **MPL** foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do **MPL** são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006 o **MPL** realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em 2013, impulsionado pela revogação do aumento em mais de 100 cidades, ocorreu o 4º Encontro Nacional”. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>>.

2 Na página do Bloco de Lutas pelo Transporte Público encontra-se a seguinte definição: “Trabalhadores, estudantes, artistas de rua, desempregados todos em luta pela revogação do aumento das passagens. Lutamos por um transporte público, gratuito e de qualidade”. Disponível em: <<http://blocoodeluta.blogspot.com.br/>>.

3 Concedida pelo juiz Hilbert Maximiliano Obara, da 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre.

4 “Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminoso de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de R\$ 0,20. A grande

Contrapondo-se ao posicionamento oficial da grande mídia, centenas de vídeos foram disponibilizados na *internet* mostrando a violência empregada, por parte da Polícia Militar, contra os manifestantes (GOHN, 2014, p.34, a). Conseqüentemente, em repúdio à repressão violenta e em solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, os protestos são ampliados (SCHERER-WARREN, 2014, p.420), somando uma pluralidade de pautas às postulações iniciais contrárias ao aumento das passagens⁵. “Não é só pelos vinte centavos”, diziam os manifestantes, pedindo escolas e hospitais “padrão Fifa”, o “fim da corrupção”, entre outros pedidos. A partir desse ponto, as redes sociais da *internet*, tais como o *Facebook* e o *Twitter*, são utilizadas para disseminar informações e imagens sobre os protestos, além de convocar novos manifestantes, por meio de chamados como “#VemPraRua” e “#ogiganteacordou”, configurando diferentes movimentos dentro do movimento (MALINI; ANTOUN, 2013), ganhando a cobertura dos meios de comunicação nacionais e internacionais.

O destaque dado às manifestações de junho de 2013 justifica-se pela sua magnitude, lembrando que o Brasil só registrou algo semelhante em três momentos distintos: em 1992, no *impeachment* do ex-Presidente Collor de Melo; em 1984, no período do regime militar, no Movimento Diretas Já, em luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralisações pré-Golpe Militar, em 1964, e em 1968, com o movimento dos estudantes e a Passeata dos Cem Mil (GOHN, 2014, p.11, b). Comparando os protestos de junho de 2013 com essas grandes manifestações, apesar de comportarem algumas semelhanças, há um fator diferencial que salta aos olhos: a convocatória pelas redes sociais virtuais (SCHERER-WARREN, 2014, p.417). Além disso, também chamam a atenção a sua difusão em setores da população e em locais que não têm tradição contestatória, a velocidade na qual os protestos foram

maioria dos manifestantes são filhos de classe média. E isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetel molotov e que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice, misturada a um rancor sem rumo. Ah, talvez a luta na Turquia, justa importante, contra o islamismo fanático. Mas aqui se vingam de quê? Justamente, a causa deve ser a ausência de causas. Isso! Ninguém sabe mais porque lutar (...)” (JABOR, Arnaldo no ‘Jornal da Globo’ do dia 12 de junho de 2013, *grifo nosso*).

⁵ Em “Protestos”, James M. Jasper (2016, p.22) aponta que no caso do movimento *Occupy*, muitos manifestantes alegaram não terem pontos em comum com o movimento por justiça global ocorrido em *Seattle* em 1999, conforme o autor alega “parte desse distanciamento era geracional, uma vez que sucessivas cortes de novos manifestantes têm diferentes sensibilidades em relação àquele que se juntaram ao movimento um ou dois anos antes. Em parte, tratava-se de uma genuína preocupação com a não violência, nascida de uma percepção de que os anarquistas mascarados conhecidos como *black blocs*, que haviam quebrado janelas em *Seattle*, teriam manchado a reputação do movimento”.

disseminados, a ausência de uma pauta que unificasse o ciclo de protestos (SILVA, 2014, p.9-10).

Possivelmente, isso explique o porquê desses protestos de junho serem abordados sobre diferentes óticas, algumas entendendo pelo seu caráter passageiro, enquanto outras acreditando que houve uma alteração da configuração política no Brasil, bem como algumas enxergando nas manifestações de junho um avanço democrático, enquanto outras compreendendo expressões conservadoras que colocavam o país em risco (CATTANI, 2014, p.53), visões que serão brevemente pontuadas no tópico subsequente, a fim de expor a complexidade existente para se compreender os protestos brasileiros de junho de 2013.

1.1.1. As interpretações dos protestos: o alastramento da pauta “contra a corrupção”

Traçando uma linha cronológica dos acontecimentos de junho de 2013 com base nas primeiras impressões e interpretações dos movimentos de protestação social, pode-se dizer que eles se iniciaram a partir de uma reivindicação pontual contrária ao aumento da tarifa dos transportes coletivos (GOHN, 2014, p. 431, b), protagonizadas principalmente pelo Movimento Passe Livre, em São Paulo, e pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, em Porto Alegre. No decorrer dos dias, novas reivindicações “engrossaram” as manifestações pontuais do Movimento Passe Livre e do Bloco de Lutas pelo Transporte Público, tanto em número de pautas, quanto em número de pessoas, além de serem averiguadas atuações desconhecidas pela maioria dos brasileiros, como as táticas *Black Bloc*.

A infinidade de grupos presentes nas manifestações de junho de 2013 possibilitou o surgimento de diferentes abordagens dessas manifestações, tanto dentro das ciências sociais, como em outras áreas das ciências humanas. Esses trabalhos são os primeiros esforços para se tentar compreender junho de 2013 e as manifestações que estavam por vir. Gohn (2014, p.431, b), por exemplo, alega que os protestos de junho correspondem a uma nova forma de “movimento social” caracterizada pela adesão de uma maioria jovem escolarizada, pelo predomínio de camadas médias, pela utilização de redes digitais, pela organização horizontal e autônoma e pelas críticas às formas políticas tradicionais, ou seja, partidos políticos e sindicatos.

Noutra matiz, Gohn (2015, p. 6) também analisa as manifestações de junho, utilizando-se de matrizes discursivas, a partir das representações artísticas presentes nos cartazes dos manifestantes, nos espetáculos, nos teatros, nos vídeos e nos documentários produzidos sobre junho. Ela averigua que, dentre as seleções de cartazes que estavam presentes em junho, era possível constatar vários erros de português, em razão da ansiedade de reivindicar na rua. Tais cartazes não foram confeccionados com faixas, *banners* e outros meios dos quais se utilizam os movimentos tradicionais, formando “um mosaico colorido mais típico de uma grande festa, predominando a autoexpressão”.

Além da heterogeneidade, outra questão que chamou atenção nas manifestações e gerou grande repercussão, foram as táticas *Black Bloc*⁶. Descentralizados e multifacetados, os *Black Blocs* não configuram um “movimento” homogêneo, mas englobam principalmente várias expressões, linhagem e correntes políticas dos movimentos anarquistas, tendo como denominador comum a rejeição ao sistema econômico e à ordem política atual.

Sobre essa questão, Marco Antonio Perruso (2015, p.1) destaca a utilização generalizada da ação direta⁷ pelos ativistas e até mesmo por manifestantes em geral. De acordo com o autor, essa modalidade de ação política envolve a ocupação de prédios públicos (casas legislativas, prefeituras), depredação de carros da polícia e símbolos do poder dominante (bandeiras, esculturas, etc.), depredação de bancos e

6 Em *The Black Bloc Papers*, David Van Deusen (2010, p. 35) afirma que a tática *Black Bloc* surgiu pela primeira vez no início dos anos de 1980, na Alemanha Ocidental, recepcionada pela juventude antiautoritária de esquerda, pelos seguintes motivos: aumento do confronto entre a polícia e os manifestantes em protestos antinucleares; defesa das comunidades *squats alemãs* (tratava-se de imóveis vazios ocupados por jovens e grupos marginalizados que eram transformados em moradias coletivas e autônomas); ocorrência de grandes manifestações na Alemanha em solidariedade às ações armadas da esquerda comunista *Red Army Faction* (o conflito entre manifestantes e forças do Estado fez brotar as táticas de autodefesa); surgimento de gangues de rua neofascistas, o que, somado às violentas manifestações/contramanifestações, tornou as táticas *Black Bloc* atraentes como uma forma eficaz de combate de rua. Mesmo polêmica, a prática *Black Bloc* se espalhou, juntamente com as demais bandeiras presentes no movimento altermundialista, pelas ruas de Seattle, Washington, Londres, Praga e Québec, sendo disseminada principalmente por correntes anarquistas. No ano de 2001, como consequência das mobilizações ocorridas na década de 1990, foi criado o Fórum Social Mundial (FSM), o qual serviu como pano de fundo para as manifestações que estavam por vir (GADOTTI, 2013, p.16).

7 Um dos elementos centrais presentes na ação direta é o confronto com a polícia, em especial a historicamente violentíssima Polícia Militar, ocasião em que se expressa com mais nitidez a mundialmente conhecida tática *black bloc* no Brasil, motivo de grande histerismo político, de forte tom moralista, por parte da grande mídia, dos governos e da política institucional como um todo. De fato, a importação da referida tática de confronto e sua adoção massiva nas manifestações desde junho de 2013 assimila-se com notável justeza às já tradicionais práticas de resistência dos setores mais subalternizados da sociedade brasileira, tais como moradores de favelas (PERRUSO, 2015, p.2).

lojas de marca, além de envolver performances artísticas e culturais. Perruso defende que, ao se observar cuidadosamente, constata-se que os “alvos” dessas ações não são aleatórios, pois se tratam de “símbolos do capitalismo”, da “opressão do Estado” e da “cultura dominante”. A destruição de tais símbolos tem por intuito evidenciar que esses alvos estão à mercê de ataques. Por fim, o autor alega que a presença da ação direta em sentido amplo e a tática *Black Bloc* em sentido estrito, nas manifestações brasileiras, indicam o repúdio aos políticos em geral, demonstrando a disparidade entre a “consolidada democracia representativa e uma emergente democracia participativa das ruas”.

Da mesma forma que os demais autores, André Singer também chama a atenção para a heterogeneidade de pautas presentes nas manifestações de junho, pois, segundo ele (SINGER, 2013, p. 32-37), era possível averiguar a presença “desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo”. Para o autor, os pontos extremos presentes numa mesma manifestação foram mais visíveis que os pontos intermediários, dividindo os “acontecimentos” de junho da seguinte forma:

1 - O primeiro momento foi conduzido pelo MPL, com pautas anticapitalistas e contrárias à lógica do mercado, que, diferentemente do modelo hierarquizado de lutas, organiza-se de forma horizontal e descentralizada, apresentando práticas democráticas diferentes das atuais, nas quais os representantes encontram-se distantes dos representados⁸;

2 - Num segundo momento, devido à ausência de uma hierarquia no MPL capaz de conduzir as manifestações, permitiu-se a inserção de visões de centro e de direita⁹, que mudaram o rumo dos protestos, o qual passou a ser “um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita”, além dos protestos adquirirem um viés oposicionista que não estava presente na sua fase inicial. Para Singer, a direita inseriu nas manifestações o sentimento anticorrupção, que tende a

8 O autor refere-se às entrevistas prestadas por membros do MPL, no Programa Roda Viva da TV Cultura, que segundo Singer expõe a aparição de uma nova esquerda, harmônica com aquela esquerda presente no *Ocuppy Wall* norte-americana e nos Indignados da Espanha.

9 Antonio David Cattani (2014, p.53-61), em “#protestos. Análise das ciências sociais” apresenta a resignificação dos protestos de junho pela classe empresarial de acordo com os seus objetivos particulares, direcionando o clamor popular contra o governo, isentando-se de suas responsabilidades.

ser eficaz, uma vez que “penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum”¹⁰.

3 - Ainda, segundo o autor mencionado, se a direita obteve êxito na inserção da pauta anticorrupção, a esquerda também inseriu pautas contrárias aos gastos públicos com megaeventos, como o da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, fazendo as manifestações ganharem características mais populares¹¹.

Da mesma forma que Gohn, Singer constata que a base das manifestações de junho era formada majoritariamente por jovens¹², complementada por jovens adultos (26 a 39 anos), além de uma pequena parcela de adultos da meia-idade ou mais. Tais jovens e jovens adultos possuíam alto grau de escolaridade, mas, ao se fazer uma análise dos manifestantes pela renda, o autor percebe uma parcela substancial de manifestantes como pertencentes à metade inferior da distribuição de renda, elaborando a seguinte equação: o foco na escolaridade indica uma forte presença do ápice da escala social, correspondente à classe tradicional, e o foco na renda dos manifestantes indicaria a presença expressiva da metade inferior da estrutura social brasileira (SINGER, 2013, p.31).

No que concerne ao perfil dos manifestantes de junho, André Singer (2013, p.27), baseado em pesquisas levantadas à época das manifestações, acredita que os “acontecimentos” de junho abrangeram simultaneamente uma classe média tradicional e o que ele denomina de novo proletariado: este se caracterizaria por trabalhadores jovens que adquiriram carteira assinada durante o governo Lula, mas

10 Singer (2013, p.35) explica que a facilidade da infiltração do jargão contrário à corrupção em diferentes camadas sociais ocorre porque “quem pode ser a favor da corrupção?” Segundo ele, as camadas médias tradicionais preconceituosamente entendem que as camadas populares, devido a sua falta de instrução, tendem a aceitar a corrupção em troca de benefícios. De outro lado, o estabelecimento da relação entre a corrupção e as carências sociais, feita pela direita, busca levar os setores populares a acreditar que, extinguindo a corrupção, haveria recurso para todos.

11 Além das bandeiras inseridas pela direita e pela esquerda, Singer considera nova a atuação do centro, que pode assumir bandeiras da direita, bandeiras da esquerda ou ambas, acreditando na unificação do tecido social e opondo-se aos velhos hábitos estatais. Neste ponto, o autor considera de grande valia a utilização das redes sociais, mediadas pela *internet*, pois elas permitem a participação social que é capaz de se opor as velhas práticas políticas.

12 “Uma terceira característica das manifestações a ser destacada é o perfil jovem dos ativistas e da população que tem ido às ruas. Está em curso a massiva socialização política de uma nova geração militante. Por que grande parte da juventude não está já iniciada politicamente por meio do campo popular hegemônico pelo PT ou por meio da dinâmica político-institucional reduzida ao antes mencionado embate entre PT e PSDB? A princípio, porque os movimentos populares foram secundarizados pelo PT desde que ele ascendeu ao governo federal em 2002 e passou a privilegiar mais claramente a disputa-institucional. O que, por sua vez, resultou no afastamento da política institucional dos anseios de grande parte da sociedade brasileira, propiciando uma desconexão entre a democracia representativa e a democracia participativa” (PERRUSO, 2015, p.4).

que possuíam baixa remuneração, grande rotatividade e más condições de trabalho; enquanto aquela não se conformaria com diferentes aspectos da realidade no Brasil. Ainda, André Marengo entende que, ao se observar atentamente as manifestações, verificando-se as motivações e os perfis sociais, é possível se distinguir duas ondas: a primeira, protagonizada por jovens identificados com as associações estudantis, partidos de extrema esquerda e organizações como o Movimento Passe Livre, em São Paulo, e o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, de Porto Alegre, ligadas às temáticas referentes ao transporte público; a segunda, por sua vez, leva a crer que as manifestações ganharam a adesão de setores da população desvinculados de grupos organizados tradicionalmente, caracterizados pelo mote “o gigante acordou”, que “arrebanhados” pelas redes sociais “encontraram nas ruas o espaço para dar vazão a um sentimento contra tudo que está aí: políticos, partidos, governo, corrupção, sindicatos, instituições” (MARENCO, 2014, p.31).

Sobre a utilização desses *sites* de rede social, como o *Facebook* e o *Twitter* para protestar, há uma série de artigos¹³ e alguns livros sobre junho de 2013 que abordam a temática, além de já haver diversas pesquisas centradas na utilização dessas plataformas digitais em inúmeros protestos ocorridos em várias partes do mundo nos últimos anos, como o *Occupy* e os Indignados. No caso das manifestações de junho, apesar das diferentes abordagens, as redes sociais digitais, mediadas pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, são mencionadas quase que de forma unânime pelos pesquisadores, pois, conforme apontamentos de André Selayaran Nicoletti (2014, p. 7), a pesquisa IBOPE¹⁴ indica que 62% dos manifestantes que participaram dos protestos do dia 20 de junho de 2013 tomaram conhecimento a partir de eventos no *Facebook*¹⁵.

Conforme registros anteriores, a utilização de plataformas digitais no Brasil como forma de expressão ou até mesmo de organização de protestos em via pública não tiveram origem em junho de 2013, mas ganharam maior notoriedade a partir de

¹³ Dentre esses artigos/livros, citam-se os seguintes: Junho, potência das ruas e das redes, organizado por Alana Moraes et al.; A Sociedade Brasileira em Movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais, de Maria da Glória Gohn; Manifestações de Rua no Brasil 2013, encontros e desencontros na política, de Ilse Scherer-Warren e outros.

¹⁴ <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/>

¹⁵ Dados levantados pelo Ibope, em 20 de junho de 2013, com 2.002 entrevistados, apontam que 62% dos manifestantes receberam informações sobre os protestos via *Facebook*, sendo que outros 29% também souberam das manifestações via *online* e 75% dos manifestantes entrevistados convocaram outros participantes através das redes sociais. (GOHN, 2014, p.68, b).

junho, em razão do caráter nacional desses protestos¹⁶, que foram disseminados em grande velocidade pelas redes sociais digitais e outros meios *on-line*. Também, ganhou notoriedade nessa mesma época o ativismo digital de direita¹⁷ que, segundo Natalia Viana (2015), possui raízes nas manifestações de junho de 2013, sendo ampliado à época da campanha eleitoral de 2014, com a união de diferentes grupos que se opunham à reeleição da presidente Dilma Rouseff, sendo registradas manifestações semelhantes em 2015, como a que ocorreu no dia 15 de março¹⁸.

Para a autora, após a agressividade da campanha eleitoral de 2014, na qual se utilizou robôs¹⁹, perfis *fake* e disseminação de boatos, o debate que predomina atualmente nas redes segue um padrão “virulento”, desencadeando o “discurso do ódio”. Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, Manuel Castells (2015, *s.n.*) aponta que as manifestações de junho de 2013 e as manifestações de 2015 têm em comum a denúncia da corrupção, sendo que manifestações com a mesma temática também ocorreram em anos anteriores, como a Marcha contra a Corrupção, que reuniu 25 mil pessoas em Brasília²⁰, em 2011 e 7 mil manifestantes²¹, em 2012, articuladas via redes sociais.

Conforme mencionado anteriormente, o sentimento anticorrupção inserido nas manifestações de junho de 2013, que possuía inicialmente uma pauta bem definida, seguiu em manifestações posteriores, encabeçadas por aqueles que se opunham ao governo e, somado ao jargão “contra a corrupção”, tem se observado a disseminação, através das redes sociais, de uma infinidade de pautas de cunho liberal/conservador²². Pesquisas realizadas por Fabio Malini, anteriores às eleições presidenciais de 2014,

¹⁶ Pesquisa com Mídias: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>

¹⁷ André Singer diz que é de centro e não de direita: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/andre-singer-pessoas-que-protestam-nao-sao-de-direita.html>

¹⁸ Dados sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015: <https://sociaisemethods.wordpress.com/2015/03/21/quem-protesta-no-brasil-comparacao-entre-20-de-junho-de-2013-13-e-15-de-marco-de-2015-e-a-populacao/>

¹⁹ “Os robôs – também conhecidos como *bots* – são como perfis teleguiados que reagem mecanicamente a mensagens no *Twitter*, geralmente retuitando postagens de outros. Mas nem todos eles são flagrantemente falsos. “Alguns perfis teleguiados são tão bem feitos que fazem postagens cotidianas e fica difícil saber se são falsos ou reais”, explica Fabio Goveia” (COSTA, 2014).

“Outra estratégia é pagar pessoas reais para que seus perfis, que já existem há algum tempo e têm um histórico de postagens normais, sejam administrados por um programa.”

²⁰ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marcha-contra-corrupcao-reune-25-mil-em-brasil,769550>

²¹ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-09-07/marcha-contra-a-corrupcao-reune-7-mil-manifestantes-em-brasil.html>

²² Marcelo Kunrath Silva, no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em 20 a 23 de junho, em Porto Alegre, destaca a chamada “Onda Conservadora”, evidenciada após junho de 2013, no Brasil.

no Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura – LABIC – traçam um mapa “das redes de ódio”, na *internet*, averiguando páginas no *Facebook* que defendem o emprego da violência contra o que denominam de “vagabundos”, “bandidos”, “assaltantes”, além de fazerem apologia à linchamentos, aos assassinatos, defender policiais e justiceiros e opor-se aos Direitos Humanos.

Malini (2014, *s.n.*) constata que, para os inúmeros seguidores dessas páginas, a violência é a única forma de mediar as relações sociais e qualquer insurgência de movimentos populares ou luta por direitos é vista como quebra da ordem, razão pela qual o uso da força deve ser feito. O autor constata que “há um horror ao pensamento de esquerda no país”, averiguado em diversos textos e imagens que fazem uma sátira aos Direitos Humanos e aos movimentos sociais, sendo que, após os protestos no Brasil, houve uma pulverização dos veículos de comunicação de massa, ou seja, o que é televisionado também repercute na *internet*, deixando-a “multicanal”.

Além disso, Malini aponta que há uma “guerra em rede” e a concepção de “bandido bom é bandido morto” se traduz em votos, sendo construída uma rede social em torno desse tipo de pensamento²³, que para o autor “ampliará o seu rastro eleitoral” e colaborará para as eleições de “políticos linha-dura”, o que se provou verdadeiro após as eleições de outubro de 2014. Isso porque, conforme dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP –, o Congresso eleito naquele ano, seria o mais conservador, desde 1964 (SOUZA; CARAM, 2014).

Em reportagem recente veiculada pelo jornal Zero Hora, fala-se de uma “nova direita”, dividida entre liberais e conservadores, unida no intuito de açoitar a esquerda e criar um novo movimento político (GERMANO, 2015). A reportagem mencionada cita o momento em que o então candidato a deputado Estadual- pelo PP/RS, Marcel Van Hattem, provoca a petista Maria do Rosário, no Parque da Redenção em Porto Alegre: “– Gostaria de dizer que a senhora nos envergonha! Porque a senhora defende bandido, e nós queremos a defesa da família!²⁴ –“ A provocação de Hattem foi filmada pelos seus assessores e disponibilizada nas redes sociais, ganhando em torno de 5 mil compartilhamentos no *Facebook*, sendo considerada fundamental para a sua eleição. A tática deu tão certo que Hattem continua a disponibilizar seus vídeos,

²³ Segundo Luís Henrique Cunha (2015, p.17), o discurso conservador brasileiro caracteriza-se pela ambiguidade, elegendo como seus alvos “ameaça comunista, o Foro de São Paulo, os “esquerdistas” em geral, mas também feministas, “gayzistas” e mais recentemente a cultura islâmica, inimiga da civilização ocidental”.

²⁴ Semelhante ao discurso contra a corrupção, pois “quem se opõe a família?”.

todos em “tom de fúria”, convocando cidadãos indignados com a “roubalheira do PT” e com o “Foro de São Paulo”, evidenciando o crescimento de uma nova direita, que se articula sem precedentes, desde a redemocratização do Brasil (GERMANO, 2015), alicerçada nas redes sociais.

Segundo Hattem, “antes, só a esquerda falava alto” e que havia chegado a hora de confrontá-la. Para ele, muitas pessoas estavam órfãs de “um posicionamento mais firme em relação ao estado das coisas a que chegamos”. Assim como Hattem, Kim Katagiri tem se destacado como um dos principais líderes do Movimento Brasil Livre – MBL – grupo que já fundou diretórios em 173 cidades brasileiras, sendo o responsável por levar centenas de milhares de pessoas às ruas, pedindo pelo *impeachment* da Presidente, no ano de 2015 (GERMANO, 2015)²⁵.

Possivelmente, entre os órfãos mencionados por Hattem, encontra-se André Ricardo de Paulo, aludido por Viana em “A Direita Abraça a Rede”, em que Paulo alega que não sabia se definir politicamente, mas que se considerava “conservador e liberal no sentido econômico”. Segundo ele, não tinha consciência política anos atrás e que, após buscar informações, percebeu que “o Brasil vive uma ditadura disfarçada e de que Lula e Dilma fazem parte do mesmo projeto: espalhar o comunismo na América”. Conforme relatado, a vida de Paulo mudou após ele tomar conhecimento da página de Olavo de Carvalho²⁶, no *Facebook*, a qual visita com frequência, além de seguir colunistas da Veja como Felipe de Moura Brasil e Rodrigo Constantino e de levantar as bandeiras de seus autores favoritos, como: posicionar-se pela defesa do Estado mínimo, ser a favor da redução da maioria penal, opor-se aos homossexuais e aos programas como Bolsa Família que, segundo Paulo, acomoda as pessoas.

²⁵ A diferença entre os perfis dos manifestantes de 2013 e os manifestantes contrários a corrupção: <https://sociaisemethods.wordpress.com/2015/03/21/quem-proteta-no-brasil-comparacao-entre-20-de-junho-de-2013-13-e-15-de-marco-de-2015-e-a-populacao/>

²⁶ No dia 2 de junho o ídolo de André, o filósofo Olavo de Carvalho, participou de um *hangout* no *YouTube* de quase duas horas com um time de “estrelas” da nova direita online. Fábio Ostermann, fundador do Movimento Brasil Livre, o cantor Lobão, Beatriz Kicis, procuradora do Distrito Federal e membro do Revoltados Online, além do ativista Dalmo Accorsini, discutiam qual seriam “os próximos passos contra o PT”. Foi apenas mais um de dezenas de *hangouts* parecidos que, a cada 15 dias, reúnem “influenciadores” da rede conservadora. Uma semana depois, na última terça-feira, os principais perfis compartilhavam freneticamente imagens e slogans exigindo que o TCU rejeitasse as contas do governo Dilma por ter segurado repasses de cerca de R\$ 40 bilhões, aparentando um melhor equilíbrio nas contas. Os e-mails dos juízes do TCU foram compartilhados nas redes e receberam centenas de mensagens. Um deles chegou a receber mais de 800 e-mails na manhã do dia 17. Deu resultado. “Já tivemos contas muito piores, mas o momento é outro. O país cobra mais fiscalização, e a presidente é impopular. Essa decisão não seria tomada contra Lula no auge da popularidade”, teria dito um deles, segundo a *Folha de S.Paulo* (VIANA, 2015).

Da mesma forma que Paulo, uma infinidade de brasileiros deve o seu despertar político à *internet* (VIANA, 2015, s.n.), utilizando as suas páginas no *Facebook* para compartilhar, às suas redes de amigos, notícias e pensamentos em que se vinculam. Viana destaca que ainda há poucas pesquisas sobre a articulação dos indivíduos em volta de pautas conservadoras, sendo que investigações realizadas por Pablo Ortellado e Esther Solano²⁷, no dia 12 de abril de 2015, indicam que há uma descrença nos partidos políticos, movimentos e ONGs, gerando explicações simplistas para fenômenos extremamente complexos, devido ao alicerce antipolítico dos argumentos. Em vista desses apontamentos, há de se considerar que os movimentos de protestação social ganharam novos contornos através da sua veiculação preponderante pelas redes sociais virtuais. Nesse aspecto, Sergio Amadeu da Silveira (2014, p.32) argumenta que diversas páginas no *Facebook* cresceram em milhares os seus números de seguidores, que estavam impressionados com as manifestações de junho de 2013, o que daria uma sequência aos protestos, mas desencadeados no mundo virtual.

Amadeu averigua que as páginas que combatiam a corrupção²⁸, durante as manifestações de junho de 2013, foram as que tiveram maiores adesões, seguidas daquelas que se opunham ao governo e aos gastos da Copa do Mundo. Também, o autor constatou que, durante as eleições presidenciais de 2014, as páginas que permaneceram ativas foram alavancadas, utilizando-se do que Manuel Castells denomina de “política do escândalo”. Amadeu aduz que, desde 2005, há inúmeros escândalos de corrupção que envolvem o Governo Federal e que o interesse do empresariado²⁹ aliado a forças políticas conservadoras possibilitaram táticas de combate “seletivo à corrupção”, uma vez que foram direcionadas ao espetáculo eleitoral, centrado no “combate ao Partido dos Trabalhadores” – PT (AMADEU, 2014, p.31).

²⁷ <http://www.lage.ib.usp.br/manif/>

²⁸ Sobre o significado do termo corrupção, pode-se alegar que ele se tornou um significante vazio, em decorrência do esvaziamento do seu real significado. Sobre essa questão, citam-se os seguintes artigos: A lógica da corrupção: um olhar psicanalítico e Embates discursivos em torno de significantes vazios: uma investigação sobre a construção de antagonismos durante as manifestações de junho de 2013.

²⁹ A respeito disso, a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) foi uma das grandes apoiadoras do processo de Impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, após dez anos de íntima ligação com o governo federal.

1.2 O CONCEITO DE REPERTÓRIO

Para um melhor entendimento do cenário desenhado na sessão anterior e para dar sequência à presente investigação, necessário se faz apontar algumas considerações a respeito do conceito de repertório aqui utilizado. Desenvolvido principalmente por Charles Tilly, durante a construção da sua teoria da mobilização política, o referido conceito aparece ainda impreciso no ano de 1976, em *Getting Together in Burgundy – 1675-1975*, quando Tilly investigava padrões de ação coletiva (ALONSO, 2012, p.22). Em 1978, na obra *From Mobilization to Revolution*, a ideia de repertório reaparece, no intuito de identificar as modificações históricas nas formas de protestar, além de apresentar as várias demandas empregadas por grupos subordinados, que originaram o movimento social nacional, em sociedades modernas democráticas capitalistas (TAYLOR & VANDYKE, 2004, p.265-266 in COACCI, 2012, p.2).

Posteriormente, nos anos de 1990, a ideia do conceito surge como “repertório de confronto”, aprimorada em três artigos gêmeos (*Contentious repertoires, 1758-1834*, versão 1993 e versão 1995), em que Tilly faz uma retificação, alegando que os repertórios não pertenceriam a indivíduos isolados, mas a um conjunto de atores em conflito (ALONSO, 2012, p.25). Já, nos anos 2000, o autor retoma o conceito de repertório aglutinando-o à ideia de “performance”, enfatizando a capacidade dos atores de escolher e transformar as performances de um repertório, de acordo com as particularidades, com as circunstâncias e com o local em que ele estiver sendo empregado (ALONSO, 2012, p.25).

Sobre essa maleabilidade dos repertórios, em *Contention and Democracy in Europe – 1650-2000*, Charles Tilly faz um apanhado dos repertórios utilizados em regimes democráticos e regimes não democráticos, ficando evidente a relação que os repertórios têm com o ambiente no qual são empregados. Apenas para elucidar essa questão, na obra referida, Tilly alega que a democratização transforma os repertórios de contenção. Segundo ele, qualquer indivíduo que tenha conhecimento da história política da França e da Grã-Bretanha, desde 1650, observa as modificações que ocorreram nos repertórios contenciosos entre os séculos 17 e 20 (TILLY, 2004, p.28). Dando sequência a sua investigação, o autor entende ser possível distinguir duas modalidades de repertórios democráticos e não democráticos de contenção. Os desenvolvidos dentro de um contexto democrático possuem formas prescritas e

toleráveis nos regimes de participação política, como as reuniões públicas. Por outro lado, os que ocorrem em regimes não democráticos raramente adotarão formas prescritas e toleradas para a interação política, uma vez que os detentores do poder tolherão essas possibilidades de pessoas comuns (TILLY, 2004, p.28-29).

Dessa forma, os repertórios de contenção desenvolvidos em contextos antidemocráticos, muitas vezes, entram no terreno proibido, quando não se utilizam de situações em que eles são tolerados. Conseqüentemente, sob regimes autoritários é possível de se averiguar a utilização de dois tipos de repertórios: 1- a adoção das formas proibidas, como ataques clandestinos; ou 2- multidões invadem espaços de reuniões públicas, como funerais, festas e cerimônias cívicas (TILLY, 2004, p.30).

Em *La France Conteste de 1600 à nos jours*, Tilly alega que toda a população tem um estoque limitado de repertórios, ou seja, meios para atuar em conjunto, de acordo com seus interesses comuns. Para o autor, atualmente, a maioria das pessoas sabe como participar de uma campanha eleitoral, fundar uma associação ou filiar-se a ela, fazer uma petição, protestar, fazer greve, realizar reuniões, criar rede de influência, etc. Esses meios de ação compõem um repertório, e os indivíduos conhecem as regras adotadas para empregá-los, a fim de perseguirem seus objetivos. O número desses repertórios seria limitado e, com base nos formulários já existentes, são inovados pelos indivíduos, podendo as possibilidades de inovação ficarem em aberto, ignoradas por diversas razões. Ainda, Tilly entende que são os repertórios que determinam as ações coletivas e, atualmente, os governos e os industriais preferem manifestações ou greves do que ações coletivas inventadas a partir do zero (TILLY, 1986, p. 541-542).

Ainda, em "Movimentos sociais como política, Tilly (2010, p. 137) menciona que os repertórios do movimento social acabam por se aglutinar aos repertórios de outras classes de fenômenos políticos, como seria o caso das atividades sindicais e as campanhas eleitorais. De acordo com o autor, a partir do século XX, associações com determinadas finalidades, principalmente as coalizões entrecruzadas, passaram a realizar inúmeras atividades políticas pelo mundo. Entretanto, a integração da maior parte ou da totalidade dessas realizações durante campanhas permitem a diferenciação dos movimentos sociais dessas outras atuações de cunho político.

Assim, Tilly traz à baila a concepção do termo "VUNC", intimamente ligada ao entendimento de repertório aqui abordado. Para ele (2010, p.137-138), as demonstrações de VUNC podem ser expressadas através de "declarações, *slogans*

ou rótulos que implicam valor, unidade e comprometimento: Cidadão Unidos pela Justiça, Signitários do Compromisso, Defensores da Constituição”. Ainda, conforme o autor sugere, as representações coletivas podem ser aferidas através de formas distintas e reconhecíveis pelo público local, quais sejam:

valor: comportamento sóbrio; roupas asseadas; presença de clérigos, dignitários e mães com crianças;

unidade: emblemas, faixas, bandeiras ou vestimentas combinadas; marchas em formações organizadas; canções e cantos;

números: contagem de participantes; número de assinaturas em petições; quantidade de mensagens dos partidários; capacidade de encher as ruas;

comprometimento: enfrentamento do mau tempo; participação visível de idosos e portadores de deficiências; resistência à repressão; sacrifícios, subscrições e/ou atos de benemerência ostensivos.

As formas particulares de expressão variam enormemente de um contexto para outro, mas a comunicação geral de VUNC interconecta essas expressões (TILLY, 2010. p.138)

Segundo o autor citado, esses três elementos possuem precedentes históricos, a saber:

Bem antes de 1750, para tomar um exemplo óbvio, os protestantes europeus recorrentemente organizaram campanhas públicas contra as autoridades católicas em nome do direito de praticar sua fé herética. Os europeus engajaram-se em dois séculos de guerras civis e rebeliões nas quais figuraram em lugar central as divisões entre protestantes e católicos (TE BRAKE, 1998). No que diz respeito aos repertórios, versões de associações de finalidade específica, reuniões públicas, marchas e outras formas de ação política existiram isoladamente muito antes de sua combinação no interior de movimentos sociais. Logo veremos como os pioneiros dos movimentos sociais adaptaram, ampliaram e conectaram essas formas de ação. Demonstrações de VUNC ocorreram por longo tempo em martírios religiosos, sacrifícios cívicos, e resistência à conquista, mas somente a sua regularização e integração com o repertório padrão distinguiu as demonstrações dos movimentos de suas predecessoras. Nenhum elemento singular, mas a *combinação* do repertório com as demonstrações de VUNC no interior das campanhas, criou a característica distintiva do movimento social (TILLY, 2010, p.138).

Assim, baseado nos autores que já teorizaram sobre essa temática (como Charles Tilly, Verta Taylor, Nella Van Dike, Donatella Della Porta e Mario Diani), Thiago Coacci (2012, p. 3-9) sintetiza as principais características do conceito de repertório, enumeradas abaixo:

a) *especificidade histórica e geográfica:* os repertórios diversificam-se de acordo com o tempo e com o espaço em que são utilizados. Dessa forma, os repertórios empregados no Brasil podem não ser os mesmos utilizados noutros países, como os atentados suicidas, comuns no Oriente Médio. Também, Tilly menciona que, durante o período feudal francês, a queima de moinhos de grãos era

utilizada, o que não acontece nos dias atuais. Nestes, no entanto, é possível fazer o uso de técnicas mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação que, por motivos óbvios, não eram utilizadas no período feudal;

b) autonomia: de acordo com Tilly, os protestos ocorriam dentro de uma agenda política oficial, antes da formação dos estados nações, o que não é necessário atualmente, pois é possível realizar uma marcha, independentemente de um acontecimento oficial;

c) abrangência nacional: segundo Della Porta e Diani (2006, p.153), a partir da formação dos estados nações, os repertórios podem ter âmbito nacional³⁰, uma vez que é possível haver coordenação entre localidades diferentes, não sendo impeditivo de serem utilizados em pontos específicos;

d) modularidade: a modularidade refere-se à disponibilidade de uma nova forma de protesto, a partir do momento em que é criada, visando a causas diferentes das que estavam em cena, quando da sua criação. A exemplo disso, podem ocorrer marchas de cunho religioso, buscando a afirmação dos seus valores, como também podem ocorrer marchas ligadas ao movimento LGBT, visando o respeito às diferenças, sejam elas ligadas a orientações sexuais ou de identidade de gênero.

e) contestação: os protestos e os repertórios dizem respeito aos locais de contestação, nos quais indivíduos, símbolos, práticas e discursos disputam, a fim de alcançar uma mudança ou de evitá-la;

f) intencionalidade: a utilização de um repertório específico, em vez de outro, pressupõe o reconhecimento de uma estratégia de ação, visando à obtenção de um determinado resultado;

g) produção de identidades coletivas: a ação coletiva, conforme Taylor e Van Dyke expõem, necessita de identidades coletivas, uma vez que um dos seus requisitos é “consciência oposicional”, definida pelos autores como o compartilhamento de um senso de injustiça e a vontade de se opor e resistir a elas.

Em linhas gerais, os repertórios podem ser entendidos como um conjunto de ferramentas conhecidas que estão à disposição dos atores sociais para serem utilizadas, a fim de expressarem publicamente as suas demandas, dentro de um determinado contexto, podendo ser adaptadas às especificidades de uma

³⁰ Pode-se falar em abrangência global, uma vez que o uso das tecnologias digitais e da internet transcendem as barreiras geográficas. Um exemplo disso, são os protestos coordenados para ocorrerem simultaneamente em diferentes países.

determinada localidade, tais como as barricadas, os acampamentos, as greves, os trancamentos de ruas, etc. Dessa forma, se os repertórios possuem essas características, alocando-se e reinventando-se em diferentes contextos, como eles se apresentam e se renovam no meio *on-line*? Os tópicos seguintes abordarão sobre essa questão.

1.3 REDES SOCIAIS

O conceito de rede social não é novo, sendo anterior à internet e às tecnologias digitais. Incorporado pelas Ciências Sociais em meados de 1940, de lá para cá ele tem sido empregado com os mais diversos significados, sendo inclusive utilizado pela ciência como um conceito teórico ou metodológico; ou ainda, por atores sociais que o usam para se referir a um determinado tipo de relação ou de prática social (SCHERER-WARREN, *s.d.*, p.1045)³¹. Em razão dessa multiplicidade de significações que o conceito de rede social adquiriu ao longo dos anos, imperioso abordá-lo e esclarecer dentro a gama de significações que ele possui. Esse é o objetivo deste tópico.

Fazendo uma análise geral sobre as redes sociais, Scherer-Warren (*s.d.*, 1045) aborda sobre uso interdisciplinar do conceito aqui tratado que, além de já possuir uma

31 Segundo Scherer-Warren (*s.d.*,1047-1048), dois pontos de vista elementares emergem dos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais: um vem da tradição americana de análise da ação coletiva e da teoria da mobilização de recursos, enquanto a segunda é oriunda da teoria dos novos movimentos sociais. No primeiro caso, buscou-se compreender como os recursos eram mobilizados para a formação de redes: 1- Deroy-Pineau (1991) chamava a atenção para a dupla origem da mobilização dos recursos. A primeira seria oriunda de tecidos sociais comunitários, enquanto a outra seria advinda de tecidos sociais mais amplos; 2- ainda, outra maneira de se referir a teoria da mobilização de recursos era pela ideia de “elos fracos e elos fortes”. Os elos fracos dizem respeito àqueles que se constituem em relações esporádicas e os elos fortes advém de relações mais intensas; 3- Por fim, Fischer (1993) acreditava que, partindo do tecido social de base informal, seria possível originar redes submersas com maior estabilidade e permanência, em detrimento das redes associativas. Os adeptos da teoria da mobilização de recursos, por sua vez, utilizam a concepção de redes para caracterizar “campo ou tipos de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores” (SCHERER-WARREN, *s.d.*,1048), como é possível de se perceber na conceituação de Alberto Melucci (1989), o qual traz a noção de rede enquanto uma área de movimento, criada por grupos pequenos de indivíduos que partilham uma mesma identidade coletiva e uma mesma cultura de movimento. Também, partindo da adoção do conceito de rede a partir do viés propositivo dos movimentos, Scherer-Warren (*s.d.*,1049) destaca que nos últimos anos se tem visto “novas formas de auto-organização e de relacionamentos inter-organizacional”. Essas seriam propostas pelos atores sociais com interesse nas etapas da transformação social a partir da ação coletiva: “Primeiro, pressupõe a construção de uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e em que haveria maior reconhecimento e respeito a diversidade cultural e pluralismo ideológico (...). Segundo, aposta na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta” (SCHERER-WARREN, *s.d.*, p.1049).

infinidade de aplicações dentro da própria ciência social, ainda é bastante utilizado por outras áreas dos saberes, como as físicas, as tecnológicas e as humanas. A geografia, por exemplo, traz a ideia de redes técnicas, de redes de produção, de redes territoriais e de redes sociais urbanas. Essa última noção também é utilizada pela administração, pela sociologia etc. Na economia se trabalha com a ideia de rede na esfera do mercado, do consumo, da produção etc. A antropologia utiliza o conceito como redes de vizinhança, e a sociologia o emprega enquanto articulação política, ideológica ou ainda simbólica.

Neste trabalho de investigação sobre as redes sociais, fala-se que a inserção dos indivíduos na sociedade ocorre através das relações que eles desenvolvem ao longo de suas vidas, podendo ser no âmbito da família, da escola, do trabalho, das relações de amizade e outros. Nessas relações sociais, os indivíduos desempenham funções e constroem suas identidades, sendo que as relações por eles construídas resultam numa teia complexa, denominada rede. Essa rede de relações não é imutável, pois se transforma ao longo tempo, sendo, portanto, dinâmica (ALCARÁ; TOMAÉL; CHIARA, 2005, p. 93).

Em razão dessa maleabilidade, as redes podem funcionar como um espaço de troca de informações e de conhecimento, dentro de ambientes organizacionais. Esses espaços podem ser constituídos presencialmente e, nos dias de hoje, virtualmente. Isso permite que pessoas que partilham dos mesmos objetivos possam trocar suas experiências, criar bases e captar informações que interessem para o setor em que atuam (ALCARÁ; TOMAÉL; CHIARA, 2005, p. 94).

No que tange aos espaços virtuais, pode-se dizer que, com a popularização das novas tecnologias, o conceito de redes sociais tem sido empregado para designar os espaços virtuais, nos quais os indivíduos interagem, como o *Facebook*, o *Twitter* etc. No tocante a isso, Raquel Recuero (2009, p.25) alega que a sociedade sofreu diversas transformações com o advento da *internet*. Dentre essas mudanças encontra-se a possibilidade de expressão e sociabilidade através das ferramentas de comunicação, mediadas pelos computadores:

Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros (RECUERO, 2009, p.25).

No caso deste ensaio, utilizar-se-á a concepção de rede social para se referir as redes e/ou plataformas digitais disponíveis na *internet*, mais especificamente, a rede social *Facebook*. Esta, surgiu em janeiro de 2004 inspirada nos sites *Course Match*³² e *Facemash*³³, criado por Mark Zuckerberg em 2003. Inicialmente, o site era direcionado apenas aos estudantes de *Harvard*, abrindo-se gradativamente aos estudantes de outras universidades e, no ano de 2006, ao público em geral (LIMA, 2014, p.80). Em entrevista concedida a CNBC, em 2004, Zuckerberg caracteriza o então *TheFacebook* como um diretório que permite a conexão entre estudantes universitários e de colégio, a fim de se criar uma rede social, realizando-se da seguinte forma: Você se cadastra, cria um perfil sobre você mesmo respondendo a algumas perguntas e fornecendo algumas informações (...) (ZUCKERBERG, 2004).

Sobre essa modalidade de rede social, Ortiz e Silveira informam que, no Brasil, uma das primeiras redes sociais virtuais a se popularizar foi o *Orkut*, que era um site de relacionamentos criado no ano de 2004, sendo que, nele, os usuários poderiam criar páginas pessoais, publicar suas fotografias, mandar *scraps*, entrar em comunidades entre outras opções. No mesmo ano, o *Facebook* também foi criado, ganhando maiores adeptos no Brasil, a partir de 2011, sendo que suas funções se assemelhavam às do *Orkut*, já que nele as pessoas também podem compartilhar fotos pessoais, vídeos e escrever textos etc. (*Op. Cit.* p.5).

Carlos Alexandre Martins Fonseca define o *Facebook* como sendo uma “rede social”, ou seja, uma plataforma de comunicação *on-line* que torna possível comunicar e partilha com os demais:

O *Facebook* é um espaço virtual onde atores trocam informações, partilhadas por largos milhões de utilizadores, uma RSSC1 (redes sociais suportadas por computadores). Esta rede virtual de contatos é composta por várias aplicações, presentes numa página frontal, com apresentação apelativa e de fácil acesso. Estas aplicações permitem tipos variados de interações: o convite a outros utilizadores, que ao concretizar-se os classifica como amigos no *Facebook*; a elaboração de um perfil, com informações acerca dos próprios, desde informações básicas como sexo e idade até a informações sobre preferências culturais, religião e ideologia política. (FONSECA, 2010, p.4).

Atualmente os atores sociais conectam-se através do *Facebook* mediante um perfil pessoal (LIMA, 2014, p. 80), no qual é possível compartilhar com os demais

32 Permitia que os alunos escolhessem uma ou outra disciplina baseando-se em quem estava matriculado nela (CORRÊA, 2013, p.59).

33 Buscava descobrir a pessoa mais atraente do campus de Harvard (CORRÊA, 2013, p.59).

vídeos, fotografias e opiniões pessoais, que podem ser curtidas, comentadas e compartilhadas pelos amigos ou pelo público em geral, a depender das configurações de privacidade de cada usuário. Ainda, é possível classificar as amizades, criar favoritos, grupos de discussão, criar páginas ou curtir e classificar páginas de acordo com os interesses pessoais de cada indivíduo.

1.4 AS REDES SOCIAIS COMO REPERTÓRIO DE CONTESTAÇÃO SOCIAL EMERGENTE

A *internet* tem o condão de oxigenar as desgastadas formas de participação política convencionais? A respeito desse questionamento, Dominique Cardon (2013, p.33) entende que a discussão em torno desse assunto deixa muitos indivíduos ingenuamente esperançosos³⁴ sobre o poder transformador dessas ferramentas, desde o surgimento de “redes de redes” em meados dos anos 2000. Entretanto, é razoável admitir que as possibilidades de comunicação oferecidas pelas ferramentas digitais têm acompanhado as formas de expressão política dos últimos quinze anos. Para Cardon (2013, p.33), em decorrência das próprias características da *internet*, as ideias que a acompanham são frequentemente associadas com a concepção de participação mais ativa no espaço público. Isso porque as tecnologias da *Web* foram construídas visando a transcender as barreiras existentes entre produtor e receptor, entre atividade e passividade e entre profissionais e amadores e, apesar de ainda não se colocarem no mesmo patamar das mídias tradicionais, a utilização da *internet* encoraja novas formas de participação³⁵. Um exemplo disso é que essas tecnologias têm sido utilizadas de “forma significativa e original pelas organizações de movimento social para promover a coordenação, o debate e a mobilização de suas ações, sendo atualmente cada vez mais utilizada de forma individualizada” pelos indivíduos (CARDON, 2013, p.33).

34 Segundo Cardon (2013, p.33), na década de 1990 havia um “encantamento” por parte de muitos estudiosos a respeito da utilização da internet para o estabelecimento de uma participação democrática digital. Acreditava-se que, com o desenvolvimento técnico, seria possível implementar meios democráticos mais diretos de consulta dos cidadãos, mas os dispositivos “descendentes” para organizar “de cima” (voto, referendo, consultas e espaços deliberativos) tiveram sucesso limitado.

35 As ferramentas disponíveis para essas novas formas de participação estão interligadas com a história da rede das redes: fóruns; chats; comentários em blogs; e comentários em redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. Essas plataformas facilitam a interação entre os produtores de o conteúdo e os leitores, uma vez que o conteúdo fica disponível para que o leitor possa interagir e participar da “conversa on-line” (CARDON, 2013, p.33).

Inicialmente, resgatando a história da *internet*, sabe-se que ela era utilizada pelos militares e, em momento posterior, passou a ser utilizada por cientistas para troca de informações. Essas práticas de comunicação *on-line*³⁶ propiciaram o surgimento do denominado ciberespaço³⁷. Esse é conceituado por Mário Guimarães Jr. (1999, p.2) como o *locus* virtual resultante da soma das mais variadas tecnologias de telecomunicação e telemática, especialmente, mas não exclusivamente, as mediadas pelos computadores. Para Guimarães, a definição de ciberespaço é de difícil apreensão, em razão da sua heterogeneidade, que pode ser percebida nas inúmeras possibilidades de interações estabelecidas nesse ambiente, como entre homens, entre homens e máquina e, até mesmo, entre máquinas (GUIMARÃES, 1999, p.3).

Explorando essa gama de interações propiciadas pelo ciberespaço e da amplitude que as informações que nele inseridas podem alcançar, decorrente do seu caráter instantâneo, os ciberativistas o utilizam para fazer várias reivindicações e denúncias, seja contra agentes públicos ou privados, de forma personalizada ou coletiva, relacionadas a casos como corrupção, denúncia ambiental, questões ligadas aos Direitos Humanos etc. Segundo Livia Moreira de Alcântara, a utilização de plataformas digitais em protestos tem nas revoltas Zapatistas³⁸ de 1994, no México, o seu marco histórico, classificadas por Manuel Castells (2010, p. 97 e segs. a) como “o primeiro movimento de guerrilha informacional”.

A partir do movimento Zapatista de 1994, outras manifestações que utilizavam a mesma estratégia deles ocorreram em outros países, tornando a sua prática cada vez mais comum, como a Ação Global dos Povos, que consistia numa rede formada

36 “Antes dos grupos de discussão da Usenet e das recentes Bulletin Board System (BBSs), a internet era um espaço de scholars e de nós pequenos sem nenhum atrativo. Era um lugar para transferir grande quantidade monetária e dados, mas não havia nada para se fazer de muito interessante. Com a emergência do ciberespaço (ambiente virtual comunitário e participativos dos grupos de discussões), a comunicação distribuída suporta uma série de ativismos que vai da distribuição de hacks à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários; de campanhas de adesão para determinadas causas sociais ao trabalho de debate intelectual através do fluxo constante de replies ligados a uma discussão teórica”. MALINI; ANTOUN. 2013, p.19).

37 “Em 1979, três estudantes da Universidade de Duke e da Universidade da Carolina do Norte – não participantes da Arpanet – criaram uma versão modificada do protocolo Unix que possibilitou a ligação de computadores por meio da linha telefônica. Usaram-na para iniciar um fórum de discussão online sobre computadores, o Usenet, que logo se tornou um dos primeiros sistemas de conversa eletrônica em larga escala” (CASTELLS, 1999, p.377: In: MALINI; ANTOUN. 2013, p.19).

38 “O sucesso dos zapatistas deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, (...). Eles criaram um evento de mídia para difundir sua mensagem, ao mesmo tempo, tentando, desesperadamente, não serem arrastados a uma guerra sangrenta. (...). Os zapatistas fizeram uso das armas para transmitir sua mensagem, e então divulgaram à mídia mundial a possibilidade de serem sacrificados no intuito de forçar uma negociação e adiantar uma série de reivindicações bastante razoáveis que, segundo pesquisas de opinião, tiveram grande apoio da sociedade mexicana em geral”. (Op. Cit.p.103).

no II Encontro Internacional Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, em 1997; e o Movimento Antiglobalização³⁹, constituído por redes heterogêneas que se opunham ao capitalismo. No caso desse último, suas ações ganharam notoriedade em 1999, no protesto contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, época em que surgiu o *Indymedia*, que consistia numa “rede aberta de produtores de informação com a finalidade de cobrir os protestos” (ALCÂNTARA; BRITO D’ANDRÉA, 2014, p.105).

Diferentemente do modelo leninista de organização⁴⁰, esses movimentos surgidos na década de 1990 apresentavam características inovadoras, em razão de não se constituírem de forma hierarquizada, burocrática, de se autogerirem e de se organizarem em rede (LEITE, 2005, p. 337). Além desses movimentos, é na década de 1990 que as Organizações Não Governamentais (ONGs) começam a atuar no ciberespaço, como Médicos sem Fronteiras, *Oxfam* e *Care*, solicitando aos internautas a entrarem em suas páginas para conhecerem suas causas, possibilitando a eles a realização de doações voluntárias (cf. CAVALCANTE, 2010).

Mais recentemente, o uso dessas plataformas digitais também foi registrado em protestos ocorridos na Tunísia que, propulsionados pelas redes sociais no ciberespaço – *Facebook*, *Twitter* e no *site You tube* – iniciaram uma nova onda de manifestações em meados de 2011. Essas manifestações, num primeiro momento, espalharam-se no mundo árabe, opondo-se aos governos ditatoriais desses países, fomentando, em seguida, outras manifestações na Europa e nos Estados Unidos, em razão da crise econômica nesses locais. A respeito dos movimentos sociais em rede digital, Manuel Castells (2012, p. 38) entende que, embora já existisse uma série de antecessores deles nos últimos anos, particularmente em 2004 na Espanha e no Irã em 2009, pode-se dizer que, de forma plena, eles começaram na Tunísia e na Islândia. Realizando-se um compêndio das manifestações ocorridas na última década, uma vez que não é objeto desta investigação pormenorizar cada um desses eventos, com

39 O objetivo comum desses “grupos” que compunham o movimento altermundialista era a deslegitimação de instituições reguladoras do capitalismo e o combate ao neoliberalismo, à “dominação imperialista” e à militarização.

40 Lenin, em *Que fazer?*, propõe um novo modelo de organização política baseado, dentre outros aspectos, na profissionalização da militância política, na sua centralização organizativa e na sua atuação clandestina, quando for o caso. A esquerda marxista tradicional apontava nesse pequeno texto a formulação do que identificavam como uma “teoria leninista da organização”, por excelência (LENINE, 1902).

base nos apontamentos de Castells (2012, p.39- segs.), faz-se as seguintes considerações:

a) *Tunísia*: No dia 17 de dezembro de 2010, na cidade de Sidi Bouzid, na Tunísia, um jovem de 26 anos, vendedor ambulante, chamado Mohamed Bouazizi, ateou fogo no próprio corpo, diante de um prédio do governo, após o confisco de sua banca de frutas e verduras, fato este desencadeado por sua negativa de pagamento de propina à polícia local. A ação de Mohamed Bouazizi foi filmada pelo seu primo Ali, o qual disponibilizou o vídeo na *internet*, gerando outros suicídios e tentativas de suicídios simbólicos, atizando a juventude tunisiana. Nos dias seguintes, iniciaram-se manifestações espontâneas em todo o país, as quais foram reprimidas de forma violenta pela polícia. A sequência dos acontecimentos foi amplamente divulgada via *internet*, criando espaços híbridos, simultaneamente *on-line* e *off-line*;

b) *Islândia*: No ano de 2008, a crise financeira global evidenciou o fracasso do modelo adotado na Islândia, fundamentado na criação de riqueza especulativa. Em 2007, a Islândia possuía a quinta renda média mais alta do mundo, tendo sua economia baseada na indústria pesqueira. Ainda, mesmo com o acréscimo do turismo, do *software* e do alumínio como forma de dinamizar a economia, a origem da riqueza islandesa encontrava-se noutro lugar, sendo resultante do rápido crescimento do setor financeiro a nível global, encabeçado pelos bancos islandeses Kaupthing, Landsbanki e Glitnir. Esses bancos aumentaram o valor dos seus ativos de 100% do PIB, em 2000, para aproximadamente 800%, em 2007, uma vez que utilizavam suas ações como caução para obter empréstimos uns dos outros, utilizando-os para comprar outras ações entre eles, o que gerava a elevação do preço das ações. A fraude era maquiada pela utilização de uma rede de firmas de propriedade desses bancos, que incentivava seus clientes ao endividamento, advindo do consumo desenfreado. Esse, por sua vez, estimulava de forma artificial a demanda doméstica e impulsionava o crescimento econômico. No ano de 2006, houve uma “minicrise” e, no intuito de evitar a perda de crédito pelos bancos, o Banco Central islandês realizou empréstimos para aumentar suas reservas de moedas estrangeiras. Entretanto, com risco de uma crise generalizada, em 2007, o governo não pode mais fechar os olhos para os suspeitos balanços dos bancos, nomeando uma comissão especial para avaliar a gravidade da situação. A fim de manter os seus esquemas, os bancos mencionados realizaram novas estratégias fraudulentas, acobertados pelo governo. Devido à insustentabilidade do esquema, os bancos entraram em colapso, totalizando

uma dívida de US\$ 25 bilhões, repercutindo no modo de vida islandês, desencadeando a “Revolução das Panelas”. Essa teria sido iniciada após a divulgação do vídeo em que o cantor Hordur Torfason, em 11 de outubro de 2008, expõe em canção a sua revolta contra os *banksters* e os políticos que lhes acobertavam. Segundo os estudiosos dos protestos que ocorreram na sequência, a *internet* e as redes sociais foram fundamentais para o desenvolvimento desses eventos;

c) *Indignados da Espanha*: em 2011, a Europa enfrentava uma forte crise. O desemprego na Espanha totalizava 22%, sendo que 47% dos desempregados eram jovens. Pressionado pela Alemanha e pelo FMI, o governo socialista, contrariando sua proposta de campanha eleitoral de 2008, realiza inúmeros cortes orçamentários na saúde, na educação e serviços sociais, investindo a recapitalização das instituições públicas. Em decorrência disso, uma rede de cidadãos cria um grupo no *Facebook* para discutir a questão, intitulado “Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã”, evoluindo posteriormente para o grupo denominado *Democracia Real Ya*, reunindo *blogs* e diferentes grupos descentralizados e anônimos. Sem apoio de partidos políticos ou sindicatos e ignorados pela mídia ou associações da sociedade civil, o grupo propôs manifestações para o dia 15 de maio, divulgada nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*, desencadeando inúmeras manifestações subsequentes;

d) *Occupy Wall Street*: motivado pela crise imobiliária nos Estados Unidos, que levou o sistema financeiro ao colapso a primeira amostra de indignação popular ocasionou o crescimento do *Tea Party*, que perdeu apoio após ser noticiado que estava alicerçado nas Indústrias *Kock* e outras corporações. Em julho de 2011, a revista *Adbusters* postou no seu *blog* #occupywallstreet, o qual foi difundido em redes sociais gerando uma série de protestos nos Estados Unidos.

Analisando esses movimentos difundidos nas redes sociais, Castells (2012, p. 212 e segs.) afirma que eles possuem as seguintes características:

a) *Os movimentos são conectados em rede de múltiplas formas*: eles se conectam em rede de forma multimodal, ou seja, *on-line* ou *off-line*. Aqui se destaca a importância das tecnologias de informação e da internet, uma vez que elas possibilitam a expansão do movimento, o qual geralmente inicia nas redes sociais, resultando na ocupação do espaço público (gerando um terceiro espaço, denominado espaço híbrido);

b) *Os movimentos são simultaneamente locais e globais*: eles ocorrem dentro de um quadro distinto, com motivações próprias, gerando suas redes específicas a fim de construir o seu espaço público (ocupação do espaço urbano). Apesar disso, também são movimentos globais por estarem disponíveis a qualquer lugar do planeta que tenha acesso à internet, gerando a troca de experiência entre diferentes movimentos e, muitas vezes, convocando manifestações simultâneas em diferentes lugares do mundo;

c) *Os movimentos são virais*: isso ocorre em razão da própria lógica da internet, que proporciona a troca de informação quase que instantânea entre diferentes pessoas em diferentes locais;

d) *A horizontalização das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal*: essa característica tem garantido a confiança dos participantes no movimento;

e) *São movimentos autorreflexivos*: tendem a se questionar de forma permanente, assim como os seus membros como indivíduos;

f) *Os movimentos raramente são pragmáticos*: não possuem agendas claras, com exceção quando o objetivo é combater a ditadura;

g) *São movimentos políticos num sentido fundamental*: amparados na democracia das redes, esses movimentos propõem e praticam a democracia deliberativa direta.

No caso dos protestos de junho de 2013 e os protestos subsequentes, já contra o governo federal, pode-se alegar que eles comportaram todas ou a maior parte das características acima mencionadas, fazendo exaustivo uso das redes sociais – *Facebook* e *Twitter*. Sabe-se que esses protestos ocorridos no Brasil não podem ser confundidos com outros protestos que ocorreram e têm ocorrido em outras partes do mundo, uma vez que não se pode ignorar as diferentes conjunturas políticas de cada país: alguns desses eventos foram desenvolvidos em democracias, enquanto outros buscavam a instauração de uma democracia (GOHN, 2014, p.432, b). No entanto, ciente dessas diferenciações políticas e sociais e das particularidades na qual se desenvolveram os protestos em cada país, questiona-se: o que há em comum entre esses recentes protestos desencadeados em diversas partes do mundo e no Brasil? Como resposta obtém-se a utilização das redes sociais virtuais.

Em vista disso, desdobra-se outro questionamento: a *internet* cria novas razões (e novos meios) para protestar? Tal indagação decorre da ampla utilização de

telefones celulares, *blogs*, *Twitter* e outros meios *on-line* para rápidas mobilizações e manifestações em diferentes pontos geográficos. Sobre essa temática, Francesca Polletta *et. al.* (2013, p.46) entendem que as novas tecnologias digitais, mediadas pela *internet*, permitem a criação de novas táticas de protestos (*hacktivismo*⁴¹), de novas formas de mobilização (*smart mobs*⁴²) e de novos alvos (*corporate brands*), indicando a configuração de novos repertórios de protestos. Para Polletta *et. al.*, a *internet* cria situações que não existiam anteriormente, sendo capaz de promover novas identidades, novas queixas, novas participações em protestos e novos terrenos de contestação, contribuindo não apenas para o seu abastecimento, como também para a sua demanda.

De acordo com Alcântara e Britto d'Andréa (2014, p.110), a lógica adotada pela comunicação virtual, através de *links*, juntamente com a popularização da *internet* e as diversas possibilidades de interação e de compartilhamento entre os usuários alavancou a criação de redes sociais no ciberespaço. Apesar delas antecederem a *internet*, elas ganham novas formatações com a *web*, expressando-se em *sites*, formada por “atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) ”.

Diante desse cenário, Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2013, p.20-36) propõem analisar as ações que se utilizam de redes digitais de comunicação separadamente das ações coletivas “convencionais”, colocando aquelas dentro de uma categoria própria, denominada pelos autores de “ação conectiva” (*connective action*), o que permitiria explicar os diferentes papéis exercidos pelos meios digitais em diferentes tipos de organização. Ainda, Bennet e Segerberg diferenciam as ações

41 “O que é hacktivismo? É uma combinação de política, Internet e outros elementos. Começamos pelo aspecto político. O ativismo, um movimento político que enfatiza a ação direta, é a inspiração para o hacktivismo. Pense nos ativistas do Greenpeace que vão ao mar para interromper as campanhas de pesca de baleias. Pense nos milhares de ativistas que responderam à convocação do Adbusters em julho de 2011 para ocupar pacificamente um parque na cidade de Nova Iorque como parte do movimento Occupy Wall Street. A combinação da atividade on-line de hacking (com suas conotações positivas e negativas) ao ativismo político nos dá o hacktivismo” (PAGET, [s.d], p.3).

42 “Rheingold cunhou o termo smart mob. Principal teórico das smart mobs e da cibercultura nos Estados Unidos, ele as descreve e as analisa no livro *Smart mobs: a próxima revolução social* (*Smart mobs. The next social revolution*). Rheingold afirma que as novas tecnologias propiciam ações coletivas e formas de agir que nunca seriam possíveis antes, amplificando os talentos humanos para cooperação. Smart mobs são manifestações que utilizam as novas tecnologias como forma de comunicar e atingir um maior número de pessoas que, em geral, não se conhecem, mas têm alguma causa em comum. As novas formas de agregação e manifestação social descritas por Rheingold, podem ser de dois tipos: as smart mobs que têm caráter político, e são manifestações que utilizam a internet, por meio de blogs ou Twitter, ou as tecnologias do celular, principalmente o SMS (short message system) como forma de comunicação e mobilização” (FREIRE, [s.d], p.7656).

conectivas em dois tipos, no intuito de compreender as diferentes formas de organização conectiva e de averiguar os fatores que moldam a sua escala, a sua velocidade, a sua flexibilidade e o seu impacto, bem como os fatores que levam a sua ruptura e ao seu desmoronamento. Dessa diferenciação entre ação coletiva e ação conectiva e da subdivisão desta última, os autores elaboraram uma tipologia de três tipos de ação em rede em larga escala:

1) *Ação coletiva organizacionalmente intermediada*⁴³: essa modalidade ocorre entre organizações que compartilham de uma ação coletiva comum, com foco na mobilização de recursos e em relações formalizadas. O papel exercido pelas mídias digitais não interfere na lógica de participação ou de organização da ação;

2) *Ação conectiva organizacionalmente facilitada*⁴⁴: as redes de organizações não possuem fortes vínculos, patrocinando inúmeras ações sobre diferentes assuntos, permitindo a personalização da ação por aqueles que aderem a ela. Nessa modalidade, a utilização das mídias digitais permite maior autonomia aos indivíduos, que podem participar de uma determinada ação, a partir dos seus próprios termos;

3) *Ação conectiva facilitada pela multidão*⁴⁵: Nessa modalidade, as plataformas digitais permitem a integração e a organização de ações pelos indivíduos através das mídias, caracterizadas pela dinamicidade e mudanças transicionais durante o tempo (BENNETT; SEGERBERG, 2013, p.34-35, *minha tradução*).

Sobre a elaboração dessa tipologia, Bennett e Segerberg⁴⁶ (2013, p.35) apontam que ela simplifica realidades mais complexas, sendo improvável a sua ocorrência de forma pura na sociedade, entretanto, ela permite aos autores teorizar sobre, medir e analisar padrões empíricos, diferenças, tensões e mudanças nos complexos espaços de protestos.

43 De acordo com Cardon (2013, p.35), as tecnologias digitais têm contribuído para a modificação na comunicação estabelecida entre os políticos eleitos e os integrantes de seus partidos. Embora ainda limitado, observa-se que a utilização dessas ferramentas pode expandir os métodos de nomeação das lideranças, organizar a militância e estabelecer o debate não apenas dentro do partido, mas fora dele.

44 Recentemente, Marcelo Castan apresenta em sua tese de doutorado em Ciências Sociais as implicações da utilização do Avaaz. Esse foi caracterizado pelo autor da seguinte forma: "(...) uma organização surgida em 2007, que promove campanhas multitemáticas em diferentes escalas a partir do envio de e-mails para pessoas que estão cadastradas em sua base de dados" (CASTANEDA, 2014).

45 Um exemplo dessa modalidade seria a própria utilização do *Facebook*, o qual permite que os indivíduos criem grupos, páginas e eventos para a organização de protestos on-line e off-line.

46 Destaca-se que o livro *The Logic Of Connective Action*, de W. Lance Bennet e Alexandra Segerberg baseia-se em ações relacionadas a justiça econômica e movimentos relacionados a mudança climática, abrangendo os Indignados na Espanha, o Tea Party e o Occupy nos Estados Unidos.

O exposto levanta inúmeras questões no sentido de se confirmar que as redes sociais mediadas pela *internet* abrem um mundo de possibilidades para os ativistas, sejam eles pessoas comuns ou não. Obviamente, essas modalidades de redes sociais também diferem entre si, razão pela qual uma interação no *Twitter* é diferente de uma interação no *Facebook*. No caso deste trabalho, optou-se por averiguar as interações e o uso que os indivíduos fazem da plataforma *Facebook* e, em vista do que foi desenvolvido sobre o conceito de repertório, pode-se pensar que essas redes sociais permitiram a inovação de um arcabouço de repertórios já conhecidos. Além disso, necessário se faz considerar que as ações perpetradas nas redes digitais também são afetadas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Quadro 1 - Adaptação de repertórios

Envolvidos	Sindicatos; movimentos sociais, partidos políticos	Indivíduos desvinculados de coletivos
Estratégias de mobilização	Mais verticalizada, impessoal e coletiva	Mais horizontalizada, personalizada e singularizada
Alcance do protesto social	Local, regional, nacional, global	Concomitantemente locais, globais e transnacionais
Meios empregados	Convocação via distribuição de panfletos; realização de assembléias, reuniões, etc.	Convocação via <i>Facebook</i> , <i>Twitter</i> , e outras redes sociais, etc.

Fonte: Quadro elaborado com base nas características descritas por Castells em "Redes de indignacion y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet")

Por fim, no que tange à personalização da ação, Bennett alega que os indivíduos estão cada vez mais dissociados das instituições de agregações sociais e políticas. Entretanto, esses indivíduos continuam tendo interesses comuns com os demais e preocupações políticas, encontrando nas redes sociais na *internet* uma forma de expor suas indignações, frustrações e ressentimentos pessoais ou coletivos.

1.5 DELINEANDO CONCEITOS

Os termos protestos, movimento social e ação coletiva são utilizados de maneiras diferentes, de forma ambígua e, às vezes, empregados como sinônimos, tanto por pesquisadores, quanto por leigos, razão pela qual se faz necessário investigá-los a fim de não utilizar um ou outro conceito inadequadamente e evitar a fragilidade dos argumentos nos quais esta pesquisa se alicerça. Essa revisão conceitual tem como escopo contribuir para o estabelecimento de critérios e limitações

que possam subsidiar a constatação da ocorrência desses acontecimentos na sociedade contemporânea, mesmo que, por vezes, no decorrer desta dissertação, seja empregado, de forma fiel, o conceito utilizado pelos autores nela abarcados.

Sobre a disparidade do emprego dos termos mencionados, Karl-Dieter Opp indaga: o que seria um protesto e o que seria um movimento social? A respeito do primeiro, todas as definições acordam que o termo protesto refere-se a um comportamento, mas não seguem a mesma linha sobre qual tipo de comportamento pode ser considerado um protesto. Nessa empreitada, Opp (2009, p. 33) alega que determinadas atividades são consideradas por todos os estudiosos dos movimentos sociais como comportamentos de protesto, por exemplo: aquelas contra a guerra no Iraque, ocorridas principalmente na Europa em 2003 ou aquelas ocorridas em 2006 na França contra a alteração dos direitos trabalhistas; iniciar ou assinar uma petição para prevenir ou exigir uma ação do governo ou de uma organização; ou ainda, ocupar locais públicos e bloquear ruas.

No entanto, Opp (2009, p.33) entende que não haverá um consenso em considerar as seguintes atividades como protesto: queixa de alunos sobre o plano de ensino de um professor; funcionários relatarem sobre o comportamento do chefe para a gerência; inquilino fazer objeção sobre o aumento do imposto de renda, entre outras. Já determinadas atividades claramente não serão consideradas um protesto: pedir uma refeição, pedir crédito a um banco, criticar o comportamento de um companheiro, etc. O objetivo de Opp, ao trazer esses exemplos, é o de demonstrar que há uma infinidade de fenômenos que geram dúvidas, ou seja, se podem ser enquadrados ou não no conceito de protesto. Situação semelhante ocorre quando se tenta conceituar um movimento social. Entende-se que o termo diz respeito a grupos, mas de quais tipos? Novamente o autor traz situações em que a aplicação do conceito fica obscurecida.

Para Opp, não há dúvidas de que grupos ou organizações que objetivam evitar a utilização da energia nuclear, que buscam a igualdade de direitos entre negros e brancos, que se opõem a guerras e visam à proteção do meio-ambiente são movimentos sociais. Entretanto, não haverá um consenso quando se tenta enquadrar como movimento social as situações que seguem: cidadãos de uma determinada área residencial que, para melhorarem a qualidade de vida nela, desenvolvem alguns planos de como isso poderia ser feito, contatando o governo, em seguida; ou ainda, vizinhos de uma área residencial que estabelecem um cronograma para vigiar suas

casas, no intuito de evitar crimes. Já outras situações claramente não serão um movimento social, como os grupos de interesse (sindicatos, organizações patronais, organizações estudantis, empresas, etc.) (OPP, 2009, p.53).

Sobre os conceitos de protesto e de movimentos sociais, Opp elabora uma tabela contendo diversas definições deles:

Quadro 1 - Conceitos de Protestos e movimentos Sociais

(Continua)

(1). "(...) <i>Atividade de protesto</i> é definida como um modo de ação política orientada em direção a objeção, a uma ou mais políticas ou condições, caracterizada por representações ⁴⁷ ou amostra de uma natureza não convencional, e empreendida para obter recompensas de sistemas políticos ou econômicos enquanto operando dentro do sistema "(1968 Lipsky, não itálico no original).
(2). " <i>Um ato de protesto</i> inclui os seguintes elementos: a ação expressa uma queixa, uma condenação de erro ou injustiça; os manifestantes são incapazes de corrigir a condição diretamente por seus próprios esforços; a ação destina-se a chamar a atenção para as queixas; a ação tem ainda a intenção de provocar medidas de melhoramento por parte de alguns grupos-alvo; e os manifestantes dependem de uma combinação de simpatia e medo para mover o grupo alvo para o seu lado "(Turner 1969, não itálico no original).
(3). <i>Um grupo desafiador</i> "satisfaz dois critérios centrais": "ele deve estar buscando a mobilização de um eleitorado não mobilizado ", seu antagonista se encontra fora do seu círculo eleitoral " (Gamson, 1990, p.14-17).
(4). um " <i>movimento social</i> " é "um conjunto de opiniões e crenças em uma população que representa preferências para mudar alguns elementos da estrutura social e / ou recompensar a distribuição de uma sociedade "(McCarthy e Zald 1977).
(5). " <i>uma organização de movimento social</i> é um complexo, ou organização formal, que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social ou um contramovimento e busca implementar essas metas "(McCarthy e Zald 1977, não itálico no original).
(6). " <i>Um movimento social</i> é uma tentativa intencional e coletiva de um número de pessoas para mudar as pessoas ou instituições e estruturas sociais "(Zald e cinzas 1966, itálicos não está no original.).
(7). Os <i>movimentos sociais</i> são "esforço [s] por um grande número de pessoas para resolver coletivamente um problema que eles sentem que têm em comum" (Toch, 1965, p. 5).
(8). "Os <i>movimentos sociais</i> são coletividades voluntárias que as pessoas apoiam a fim de causar mudanças na sociedade. Usando a definição mais ampla e inclusiva, um movimento social inclui todos os que de alguma forma apoiam as ideias gerais do movimento. Os movimentos sociais contem organização de movimento social, as organizações portadoras que conscientemente tentam coordenar e mobilizar apoiadores "(McCarthy e Zald 1973, não itálico no original).
(9). [O termo] <i>movimento social</i> "eu reservo para aquelas sequências de políticas contenciosas o que são baseadas em redes sociais subjacentes e quadros de ação coletiva ressonantes e que desenvolvem a capacidade de manter desafios contínuos contra adversários poderosos " (Tarrow, 1998, p 2).

47 Palavra original: showmanship.

(Conclusão)

(10). Os <i>movimentos sociais</i> "são mais bem definidos como desafios coletivos, com base em objetivos comuns e solidariedades sociais, em interação mantida com as elites, os adversários, e autoridades "(Tarrow, 1998, p.4).
--

(11). " <i>por políticas contenciosas</i> queremos dizer: interação episódica, pública, coletiva entre produtores de reivindicações e seus objetos quando (a) pelo menos um governo é um requerente, um objeto de reivindicações, ou um partido para as reivindicações e (b) as alegações, caso concretizadas, afetariam os interesses de, pelo menos, uma das demandantes. Traduzido aproximadamente, a definição refere-se a luta política coletiva "(McAdam, Tarrow e Tilly 2001, p. 5, não itálico no original).
--

(12). "Os movimentos sociais têm sido tradicionalmente definidos como esforços organizados para promover mudança social "(Jenkins, 2005).

Fonte: pesquisa

Com base na tabela, o autor alega que as duas primeiras conceituações compartilham explicações que contêm "outras muitas definições"⁴⁸:

1 - O protesto seria um tipo de ação ou um tipo de comportamento, elemento comum a todas as definições, sendo que a maioria dos estudiosos dos movimentos sociais concebem os protestos como sendo uma "ação articulada", ou seja, há necessidade de um envolvimento coletivo;

2 - Os atores devem possuir objetivos comuns, ou seja, devem se opor a uma ou mais decisões de um determinado alvo (ou de mais alvos);

3 - Incapazes de atingir os seus objetivos com os seus próprios esforços, os atores pressionam o(s) alvo(s);

4 - Não há regularidade no comportamento. Nesse sentido, o autor expõe que uma ação pode ser "não convencional" ou "irregular", se não há regras institucionais prescritas. "Assim, convenções partidárias, reuniões de um parlamento, ou eleições são convencionais, em contraste com manifestações ou bloqueios de ruas" (OPP, 2009, p.34-35).

Dando seguimento a sua investigação, o autor constata que, aparentemente, há mais esforços para definir "movimento social" do que para definir "protesto" e, averiguando os conceitos expostos anteriormente na tabela, o autor relaciona aqueles que compartilham pontos em comum, bem como pontua os que possuem elementos díspares:

⁴⁸ Apesar dos pontos em comum presentes nas duas definições, Opp entende que, assim como outras definições de protestos, elas carecem de precisões, questionando o que seria "político" e o que seria "não-político"?

1 - A definição proposta por McCarthy e Zald difere das demais, pois enquanto todos os outros autores definem “movimento social” como “uma coletividade de indivíduos”, McCarthy e Zald o define como “um conjunto de opiniões e crenças”;

2 - Os demais autores, por mais que compreendam que os movimentos sociais se referem a uma coletividade de indivíduos, dizem respeito a diferentes tipos de coletividades. Alguns traduzem essa coletividade como “uma organização”, enquanto outros a “um número de pessoas”;

3 - As definições 9 e 3 mencionam a palavra “grupo”, e, em “os esforços organizados”, na definição 12, também há uma menção à palavra grupo;

4 - As “metas” estão presentes na maioria das definições como um dos critérios para se averiguar um movimento social, sendo que, para alguns autores (3,5,6,7,10), a presença de objetivos comuns é suficiente. Outras definições restringem os tipos de metas. Na definição 3, a intenção é “buscar a mobilização”. Nas definições 6, 8 e 12, é “efetuar a mudança”. Na definição 7, é tentar “resolver um problema” (isso significa que há pelo menos um objetivo não realizado, equivalendo a ideia de “objetivo em comum” para a existência de um movimento social);

5 - Uma vez que os membros do grupo não podem alcançar seus objetivos por conta própria, devem influenciar as decisões dos outros;

6 - A definição 3 remete a um antagonista que deve estar fora do círculo eleitoral, enquanto as outras definições não trazem as características desse antagonista;

7 - Não há um movimento social numa simples coletividade de indivíduos. Para haver movimento social há necessidade de uma ação conjunta, ou seja, deve haver um “esforço” (definição 7) ou uma “tentativa” (definição 6), que vise à implementação de metas ou “um esforço organizado” (definição 12). Na explicação 10, quando Tarrow alega que deve existir uma “interação” com “elites, adversários e autoridades”, compreende-se que os indivíduos devem agir em conjunto para alcançar seus objetivos (OPP, 2009, p.36-37).

Ainda, Opp questiona: o que os autores querem dizer quando definem um movimento social como uma organização? Seria uma coletividade com uma estrutura hierárquica? Ou ainda, há necessidade de um elevado grau de organização formal? Nesse caso, o “Movimento Pela Paz” pode ser constituído por vários grupos estruturados com laços frouxos em âmbito local, correspondendo a um baixo grau de organização formal. Também, Opp aponta que Snow e Oliver compreendem que a

maioria das conceituações sobre a temática aqui abordada incluem os seguintes elementos: objetivos orientados para mudança; determinado grau de organização, de continuidade temporal e algumas atividades extrainstitucionais (como os protestos de ruas) e institucional (*lobbying* político) (OPP, 2009, p.37-38).

Diante da infinidade de definições, o autor alega a impossibilidade de julgar qual das delas seria a “mais” adequada, sugerindo que, deparando-se com esse impasse, deve-se optar pela definição ampla. Dessa forma, Opp opera utilizando a seguinte lógica: o termo “conjunto” ou “coletivo” diz respeito às ações coordenadas de vários indivíduos e também pode remeter a qualquer ação desorganizada de indivíduos, definindo ações conjuntas ou coletivas como aquela empreendida por vários indivíduos, independentemente da existência de coordenação (OPP, 2009, p.37).

Para o autor, a literatura sobre os movimentos sociais concentra-se nos indivíduos que não têm capacidade de alcançar seus objetivos por si mesmos, pressionando terceiros (antagonistas) para influenciarem suas decisões⁴⁹. Noutras palavras, por si só, os movimentos sociais não possuem a capacidade de impedir guerras ou criar direitos para determinados grupos. Dessa forma, chega-se a outra definição: os protestos seriam ações coletivas de indivíduos que visam a atingir determinado(s) objetivo(s), influenciando a decisão de um alvo. As ações de protestos, por outro lado, podem apresentar inúmeras características: podem ser mais ou menos organizadas, podem ser mais ou menos reguladas, podem ser legais ou ilegais, podem ser violentas ou não. Essas características, segundo o autor, não são frutíferas, se inseridas dentro da definição, podendo ser tratadas como variáveis (OPP, 2009, p.38).

A mesma lógica utilizada para a definição de protesto pode ser utilizada para a de “movimento social”. Para o autor, deve-se partir do conceito de “protesto”, questionando-se: “Por que não chamar um grupo de atores que exercem suas metas colocando pressão sobre um alvo de movimento social? ”. Opp explica que essa definição incluiria outros grupos que geralmente não se chamariam de movimento social, como os sindicatos. Esses podem ser resumidos como uma coletividade que

49 Segundo o autor, sua definição consegue abranger aqueles casos em que os indivíduos podem atingir seus objetivos mediante seus próprios esforços mais não o fazem. Também, o autor entende que, o acréscimo de outras dimensões, aumenta a ambiguidade do termo “protesto” e explicando que não há necessidade de adicioná-las apenas no intuito de excluir outras atividades que não são do interesse do pesquisador (OPP, 2009, p.37).

exerce pressão sobre seus empregadores para aumentarem os salários ou para a obtenção de melhores condições de trabalhos. O uso da definição anterior os incluiria no conceito de movimentos sociais, além de uma série de outros acontecimentos. Poder-se-ia ignorá-los, da mesma forma que se faz com a definição de protestos. No entanto, isso criaria uma série de objeções por parte dos estudiosos dos movimentos sociais, em razão das suas particularidades e ocorrências cotidianas (OPP, 2009, p.39-40).

Nisso, o autor menciona que a sua proposta para a definição de protesto inclui os movimentos sociais, os quais seriam “um certo tipo de grupos de protestos”, mas quais seriam as particularidades desses grupos? A literatura sobre o tema aponta algumas características: 1- certo grau de organização formal; 2 – tamanho do grupo; e 3- longevidade. Ambas as pontuações são ambíguas e, evitando a arbitrariedade, para se caracterizar um movimento social, pode-se averiguar o quanto próximo ele se encontra desses pontos. Entretanto, Opp alega que essas pontuações podem ser tratadas como variáveis independentes ou dependentes adicionais. Isso porque as organizações podem se desenvolver e um grupo pode crescer ou encolher, o que prejudicaria a definição com base nesses critérios (OPP, 2009, p.41).

Em suma, Opp alega que, como o termo conjunto ou coletivo está relacionado às ações coordenadas de vários indivíduos, bem como às ações desorganizadas desses indivíduos, definindo os protestos como ações coletivas desses indivíduos, no intuito de se alcançar determinado objetivo, por intermédio da influência de um alvo, sendo que, dentre esses grupos, alguns possuem determinadas características que os distinguem dos demais, definidos como movimentos sociais.

Apresentada a proposta elaborada por Opp, será abordado a seguir os conceitos propostos por outros autores, a começar por James M. Jasper. Para esse autor, os movimentos sociais são esforços empregados fora dos meios convencionais legais, advindo da persistência e da intencionalidade, no intuito de promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance. A persistência significa dizer que esses movimentos não correspondem a eventos isolados, como no caso das reuniões ou assembleias. A intencionalidade, por sua vez, está ligada a ideia de vinculação desses movimentos a cultura e a estratégia, nas palavras do autor:

Pessoas têm ideias sobre o que desejam e como consegui-lo, ideias que são filtradas tanto pela cultura quanto pela psicologia individual. Movimentos têm propósitos, mesmo quando estes digam respeito a transformar os próprios

membros (como ocorre em muitos movimentos religiosos ou de autoajuda) e não o mundo fora deles (JASPER, 2016, p.24).

Outro autor que buscou clarificar o conceito de movimento social foi Alan Touraine, diferenciando-o de outras formas de ação coletiva, de grupos de interesses ou, ainda, de meios empregados para exercer pressão política. Dessa forma, Touraine distingue movimentos societais, culturais e históricos. Nessa empreitada, o autor compreende que os movimentos sociais são aqueles que relacionam um conflito social com um projeto cultural, defendendo uma forma diferenciada de valores morais. Nesse sentido, existe a consciência de um conflito com um adversário social (GOSS, 2004, p.79).

A fim de complementar a discussão, o autor ainda traz para a sua análise a concepção de sujeito, ou a construção do indivíduo como ator, somente existirá como movimento social caso conteste a lógica da ordem, sendo que essas constatações não têm por objetivo a criação de uma nova sociedade, mas modificá-la através da defesa do direito dos homens, do direito à vida com relação aos indivíduos ameaçados pela fome e o direito à livre expressão e escolha de estilo de vida (TOURRAINE, 1998, p.262 *In*: GOSS, 2004, p.80).

Dessa forma, os movimentos sociais, na visão de Touraine, passariam a tematizar questões que, anteriormente, pertencentes a esfera privada, como seria o caso das questões de gênero, de ordem étnica, etc. Dessa forma, nenhum ator social contemporâneo lutaria sozinho, mas atuaria em rede, por intermédio de uma articulação global. Ainda, Alberto Melucci também busca apresentar uma nova definição para o conceito de movimentos sociais, considerando-os não como fenômenos empíricos e sim como categorias analíticas. Nesse sentido, conforme o autor afirma, caso haja a transferência do sistema tradicional econômico-industrial para as áreas culturais, os atores sociais estão incumbidos do papel de revelar os problemas para a sociedade (GOSS, 2004, p.80).

Referida discussão conceitual sobre os movimentos sociais será melhor abarcada no segundo capítulo desta pesquisa, o qual abordará os seus apontamentos, desde as concepções clássicas.

1.6 CONCLUSÃO

Como foi possível de se observar, os tópicos desenvolvidos neste capítulo inicial tinham por objetivo apresentar o momento no qual os olhos desta pesquisadora voltaram-se para a temática desenvolvida nesta dissertação, buscando inserir de forma gradual uma gama de conceitos essenciais para a compreensão deste trabalho como um todo. Dessa forma, abarcou-se as manifestações ocorridas em junho de 2013 que, em razão de suas diversas peculiaridades e desdobramentos, permitiram questionar a respeito de novas maneiras de ação, além da existência de novos repertórios, propiciados pela utilização das redes sociais digitais.

Narrando as manifestações ocorridas a partir de junho de 2013, o capítulo apresentado delineou caminhos até se chegar ao ponto que mostrou a articulação surgida em torno da pauta “contra a corrupção”, que voltará a ser abordada no capítulo final deste trabalho. Feita essa trajetória, conforme abordado no tópico 1.2, que trata do conceito de repertório, viu-se que, de acordo com Tilly, o número de repertórios disponíveis para serem acionados pelos indivíduos são limitados, o que não impede que eles sejam adaptados a novas realidades e contextos sociais

Diante disso, pode-se alegar que as redes sociais se apresentam como uma nova realidade que permite o surgimento de novos repertórios, bem como o surgimento de novas formas de ação coletiva. Neste momento, imperioso se fez esclarecer que o conceito de rede social utilizado é o das redes sociais disponíveis na *internet*, tal como a rede *Facebook*, selecionada para o desenvolvimento da parte empírica deste ensaio.

Conforme elencado, inúmeros indivíduos têm se utilizado dessas redes para expor suas indignações e reivindicar de forma personalizada, no entanto, suas ações individuais colaboram com questões que são tratadas pela coletividade, dando novos contornos aos protestos da atualidade, principalmente pelas características que essas redes possuem, uma vez que permitem que qualquer um possa expor os seus pensamentos, assim como permite que qualquer um, independentemente de sua localização, acesse a essas informações.

2 O ALICERCE TEÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS

Retomando a discussão iniciada no ponto 1.5 do capítulo anterior, este capítulo tem por objetivo trazer o embasamento teórico sobre as ações coletivas e os movimentos sociais, desde os primórdios da discussão sobre esse tema. Sendo assim, faz-se um apanhado sobre as ações coletivas e os movimentos sociais, que predominaram até meados dos anos de 1960, sendo desenvolvida por diversos estudiosos e analisadas sobre diferentes formas. Essas primeiras teorias têm como características comuns a análise da teoria da ação social e dos comportamentos coletivos a partir da ótica sociopsicológica.

Entretanto, essas teorias iniciais sofreram duras críticas por parte daqueles que as consideraram inadequadas e inaplicáveis aos movimentos de grande escala, surgidos nos Estados Unidos e na Europa, a partir das décadas de 1960 e 1970. Em resposta, surge a teoria da mobilização. Os teóricos da mobilização de recursos enfatizavam as variáveis objetivas, abordada dentro de uma ótica neutilitarista. Para essa teoria, os atores fazem escolhas racionais, calculam os custos e os benefícios de participarem ou não de um movimento.

Apesar desse novo delineamento, a teoria da mobilização de recursos também não ficou isenta de críticas, decorrentes do excesso de racionalidade e da subestimação, por parte de seus adeptos, de outros componentes considerados relevantes para se analisar os movimentos, como o cultural. Essa corrente teórica também foi criticada por focar no ator individual, esquecendo-se da concepção de identidade coletiva.

Dessa forma, houve uma tentativa de se preencher as lacunas existentes na teoria da mobilização de recursos, feitas pelos teóricos da estrutura de oportunidade política, através do conceito de *frames* e de oportunidade política, desenvolvidos dentro da denominada teoria do processo político, reavivando a psicologia social para se analisar os comportamentos coletivos, além de focar nas esferas políticas e culturais dos movimentos sociais.

Além disso, os teóricos dos novos movimentos sociais também apresentam críticas ao paradigma clássico, optando pela análise dos movimentos sociais a partir da cultura, da luta social cotidiana, da ideologia, da solidariedade entre pessoas de um grupo ou movimento social e do processo de formação da identidade.

Apesar dos esforços dessas teorias abordadas, percebe-se que elas não são capazes de abarcar os protestos ocorridos na contemporaneidade, razão pela qual inúmeros estudiosos têm buscado novos horizontes teóricos para darem conta dos protestos atuais. Isso porque, conforme será mencionado, muitos dos estudos anteriores sobre as ações coletivas deixam de lado importantes perspectivas, como a das emoções e a da moralização dos protestos, consideradas chaves nesta pesquisa para se tentar apontar as peculiaridades existentes nas manifestações que têm ocorrido no Brasil, desde junho de 2013.

2.1 AS CONCEPÇÕES CLÁSSICAS SOBRE A AÇÃO COLETIVA

A respeito das teorias clássicas sobre os movimentos sociais e as ações coletivas, Maria da Glória Gohn (1997, p.23) destaca a relevância dos modelos que floresceram principalmente nos Estados Unidos, tanto quanto resgate histórico acerca das primeiras teorias desenvolvidas sobre essa temática, bem como referencial teórico de uma gama de conceitos que são reavivados pelo próprio modelo norte-americano, por volta de 1990. Segundo Gohn, a concepção clássica predominou até meados de 1960, havendo diferentes abordagens entre os autores, tendo como ponto em comum a articulação das análises a partir da teoria da ação social e a tentativa de compreender os comportamentos coletivos, através da ótica sociopsicológica.

Dentre essas variantes da teoria clássica, Jean L. Cohen e Andrew Arato (1992, p.558) entendem que o modelo teórico da sociedade de massas desenvolvido por Kornhauser, Arend, etc. e o modelo estrutural-funcionalista da conduta coletiva, apresentado por Smelser são os que mais despertaram atenção e críticas. Também, segundo os autores mencionados, as diferentes abordagens da teoria da ação coletiva compartilham dos seguintes pressupostos:

1 - as ações existentes eram institucionais-convencionais e não institucionais-coletivas;

2 - a ação não-institucional-coletiva não se guiava por normas sociais existentes, formando-se para fazer frente a situações não definidas ou não estruturadas;

3 - em razão das mudanças estruturais, essas situações são entendidas em termos de um colapso;

4 - a pressão, o descontentamento, a frustração e as agressões resultantes, propiciavam a participação dos indivíduos nas ações coletivas;

5 - a conduta não institucional-coletiva teria um “ciclo de vida” aberto para a análise causal que passa da ação espontânea da multidão para a formação de públicos e movimentos sociais;

6 - a emergência e o crescimento dos movimentos dentro desse ciclo ocorreria através de processos simples de comunicação, quais sejam: a comunicação rápida, o rumor, a reação circular, a difusão, etc. (COHEN; ARATO, 1992, p.559).

Nesse contexto, o paradigma norte-americano clássico enfatizava a forma que os indivíduos reagem às rápidas transformações ocorridas na sociedade e sua consequente desorganização. Essa desorganização, por sua vez, desencadearia nesses indivíduos o sentimento de desorientação e a insatisfação deles com a quebra da ordem social vigente, impulsioná-los-ia a aderir irracionalmente aos movimentos sociais⁵⁰. Além disso, o modelo teórico em questão, entendia que os movimentos sociais, em decorrência das suas características espontâneas e explosivas, eram incapazes de influenciar o sistema político da mesma forma que os partidos políticos, lideranças e grupos de interesse influenciavam (GOHN, 1997, p.24).

Utilizando de critérios próprios, no intuito de compreender as especificidades das teorias oriundas da abordagem clássica, Gohn classifica os trabalhos desenvolvidos dentro desse paradigma em cinco grandes linhas, respeitando a nomenclatura adotada pelos autores – movimentos sociais ou ações coletivas, abordadas na sequência:

a) A Escola Americana de Chicago e a tradição interacionista

Fundada em 1892 por William I. Thomas e dando origem à tradição interacionista, a Escola Americana de Chicago⁵¹ tem a sua produção desenvolvida num contexto histórico marcado por grandes modificações sociais baseadas na concepção de progresso. De orientação reformista, essa corrente teórica acreditava que era possível promover a reforma social e conduzir uma sociedade desestruturada

50 Cohen e Arato (1992, p.559) frisam que nem todos os teóricos da tradição clássica entendiam as ações coletivas decorriam de respostas irracionais ou anormais por parte de indivíduos desvinculados às transformações ocorridas na sociedade.

51 Segundo Gohn (1997, p.27), os principais teóricos dessa variante das teóricas clássicas eram W. I. Thomas (EUA 1966), Robert Park (EUA 1952) e George H. Mead (décadas de 30 e 40). Além desses, destacam-se Everett Huges (1958) e Herbert Blumer (1939), sendo que, com o desenvolvimento da psicologia social surgiram outros teóricos, tais como: Erving Goffman (1959), Kurt Lang (1961) e Ralph Turner (1969).

na direção de um caminho estável e harmonioso através do conhecimento fornecido pelas ciências sociais (GOHN, 1997, p.27-28).

Nessa caminhada em direção ao progresso, a figura de líderes bem formados era essencial, uma vez que detinham o conhecimento útil e necessário para promover a reforma social, atuando até a criação de novas instituições. Essas instituições, somadas ao fator educacional, possibilitavam a auto direção do povo e a sua cooperação, sendo que a existência de conflitos decorrentes do choque entre diferentes realidades e culturas eram considerados normais, atuando os líderes como agentes apaziguadores, transformando as movimentações em instituições sociais (GOHN, 1997, p.29).

Dentre os trabalhos desenvolvidos por essa corrente teórica, destacam-se os de Herbert Blumer, considerado um dos precursores na análise dos movimentos sociais, entendidos por ele como iniciativas por parte da coletividade que visavam estabelecer uma nova ordem de vida, dividindo-os em genéricos, específicos e expressivos:

I – Movimentos genéricos: caracterizam-se pela sua desorganização e pelos vagos objetivos a serem alcançados, sendo indicadores de uma direção. De acordo com Blumer, esses movimentos advinham de transformações na ordem cultural que atuariam no âmbito individual e no plano psicológico, incluindo-se nessa categoria os movimentos operários, dos jovens, das mulheres e os movimentos pela paz;

II – Movimentos específicos: estariam num estágio superior ao dos movimentos genéricos, na qual os desejos, as vontades e as esperanças estariam mais sedimentadas, possuindo metas e objetivos definidos, organização e estrutura mais desenvolvidas, além de corpo de tradição, valores, filosofias etc, encontrando-se nessa categoria os movimentos antiescravagistas. Nos movimentos específicos, as lideranças eram conhecidas e reconhecidas pelos demais e os seus membros tinham consciência do “nós”, sendo divididos em reformistas e revolucionários. Estes buscavam a construção de uma nova ordem social, enquanto aqueles tinham como objetivos mudanças determinadas;

III – Movimentos expressivos: esses movimentos não teriam como objetivos operar mudanças, estando interessados na divulgação da adoção de determinados tipos de comportamentos que, com o tempo, cristalizar-se-iam produzindo efeitos nas personalidades dos indivíduos e refletiriam na ordem social. Dentro dessa categoria estariam os movimentos religiosos e os movimentos da moda (GOHN, 1997, 30-35).

Em suma, para Blumer os movimentos surgem em momentos de agitação social desencadeada pela insatisfação com a vida atual e pela vontade de se implementar um novo programa de vida. Na visão desse autor, na sua fase inicial, os movimentos são desorganizados, a coletividade se comporta de forma primitiva e a interação é elementar e com o tempo esses movimentos desenvolvem uma organização, uma formatação, costumes e tradição, além de lideranças, divisão do trabalho, valores e regras sociais. De acordo com Gohn (1997, p.35), apesar de possuir ideias conservadoras, Blumer merece destaque pela apurada análise da vida social e pelo seu interesse em movimentos que encontraram maior visibilidade em momentos posteriores, como no caso dos da mídia, denominados por ele como da moda.

b) A sociedade de massas

Surgida no final dos anos de 1940 e início do ano de 1950, essa corrente de pensamento, que tem entre os seus principais teóricos Eric Fromm (1941), Hoffer (1951), Kornhauser (1959), caracterizava-se pelo desenvolvimento das teorias sobre a sociedade de massas, na qual os movimentos sociais são compreendidos como formas irracionais de comportamento coletivo (MELO JÚNIOR, p.68, 2007). Noutras palavras, essa corrente teórica visava compreender o comportamento de indivíduos desconectados daquelas ações entendidas como tradicionais e normais, enxergando as suas ações como consequência da desestruturação social, de carência e de privações (GOHN, p.35, 1997).

De acordo com Gohn (1997, p.35) os adeptos da sociedade de massas fundiram as teorias feitas no final do século XIX e início do século XX por Le Bonn (1895), no que diz respeito ao comportamento cego e irracional das massas, com os horrores decorrentes do fascismo (1919-1945). Referido autor teria estudado os motins ocorridos durante a Revolução Francesa, chegando à conclusão de que os indivíduos podem cometer os mais variados atos, sejam eles de heroísmo ou de barbárie. Para Le Bonn, quando as massas são espontâneas, perde-se a razão, predominando a violência:

Os franceses Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, por meio de investigações sobre a psicologia das massas/multidões, na passagem do século XIX para o século XX, explicaram os movimentos sociais de seu tempo como fruto da desorganização social e da patologia psicológica. Segundo Serge Moscovici (1993:197-228), para Tarde e Le Bon, as multidões, as massas, seriam um “produto da desagregação social e de uma diminuição dos marcos normais da vida social”. Irracionais por natureza, as multidões viveriam em um estado

de sonho e ilusão, em um tipo de loucura coletiva, possuindo sentimentos contraditórios que se manifestariam em seu nervosismo e em sua violência (CORREA et. al., p.556, 2012)

Com base nesses prognósticos, os teóricos da sociedade de massas passam a compreender que os movimentos surgiam a partir do desejo de indivíduos desgarrados de obter a liberdade. Assim, essa corrente teórica voltava-se para o totalitarismo e para aqueles movimentos anti-democráticos, bem como para a alienação das massas e para a perda de influência das elites culturais. Referida linha de pensamento contribuiu para o desenvolvimento da teoria de Smelser (1970), quando ele alegou que as massas “tinham se tornado apáticas, incapazes de discriminação, biopáticas e escravas, como resultado da supressão de sua vitalidade” (Tarrow, 1994: 82 *In*: GOHN, 1997, p.36).

c) A abordagem sociopolítica

Referida abordagem, diz respeito aos estudos voltados para a compreensão dos movimentos revolucionários, do comportamento eleitoral e do sistema partidário, realizados principalmente por Seymour Lipset e Rudolf Heberle. Os trabalhos desenvolvidos por estes autores tinham como pano de fundo as tensões desencadeadas pela Guerra-Fria e pelos movimentos de grande teor ideológico ocorridos nos anos de 1950, que trouxeram novamente para a análise dos movimentos sociais a ótica da sociologia política de classes. Dessa forma, as discussões primordiais dos estudos desenvolvidos neste período, diziam respeito à desarticulação da sociedade em decorrência das inovações tecnológicas e dos comportamentos coletivos das massas (GOHN, 1997, p.36-37; COSTA, 2009, p.23). No caso dos trabalhos desenvolvidos por Lipset, observou-se que suas análises estavam centradas nos processos de transformações sociais que ocorreram na América Latina. Os estudos de Heberle, por sua vez, foram responsáveis pela expansão do conceito de movimento social, uma vez que ele compreendia que os movimentos sociais correspondiam a determinados tipos de grupo social estruturado de forma particular, compreendidos em grupos organizados e não-organizados, em vista de determinados critérios. Referido autor, buscava distinguir os movimentos sociais daqueles grupos corporativos de interesse, bem como buscava separar os movimentos genuínos, historicamente relevantes, de movimentos ocasionais e fortuitos, conforme o seguinte (GOHN, 1997, p.38).

Dentre os critérios estabelecidos por Heberle para identificar um movimento social estavam consciência grupal, sentimento de pertencimento ao grupo, solidariedade e identidade. Ainda, Heberle alegava que os movimentos sociais não estavam restritos a uma determinada localidade, abordando a questão da internacionalização desses movimentos (GOHN, 1997, p.38).

d) A abordagem funcionalista

Sobre esse tópico, Pedro Demo (1995, p.39) introduz a temática alegando que a abordagem funcionalista-sistêmica gira em torno das instituições, em sentido amplo, da sociedade, incluindo-se as formações com expressões físicas e culturais. Segundo Demo, a abordagem funcionalista amplifica a noção de que cada sociedade possui modos próprios de sobreviver ao longo dos anos, a partir de explicações de como ela funciona, de como ela se mantém e de como ocorre a relação entre os seus membros, no momento em que faz a comparação do seu funcionamento ao de um organismo, mais especificamente, ao corpo humano:

Este possui uma heterogeneidade de partes, é um todo complicado, mas é um todo, que, ao final, dá impressão de relativa homogeneidade. A cabeça é diferente do dedão do pé, como a mão é diferente do nariz, mas tudo concorre para o funcionamento de um todo.

Mais que isto, o corpo humano apresenta uma interessante tendência ao equilíbrio, porque é dotado de capacidade de se recuperar quando se desequilibra. Ao ficar doente, ele mesmo dispõe de saídas próprias; se perde um braço, ajeita-se com o outro; se perde os olhos, compensa-se no tato, vive com um pulmão só; e assim por diante (DEMO, 1995, p.39-40).

Segundo Demo (1995, p.40), essa comparação estabelecida entre sociedade e corpo humano pareceu adequada porque a referência de sociedade era centrada em grupos entendidos como primitivos, como as tribos indígenas. Nestas, não haveria o questionamento das hierarquias estabelecidas e não se discutiria questões como a da dominação, uma vez que, dentro das visões míticas, todos os membros das tribos desempenhavam funções determinadas que não eram discutidas, mas aceitas como designadas pelos deuses. Para o autor, referida comparação não estaria correta, pois idealizaria demasiadamente os fenômenos sociais.

Dentre os autores mencionados na abordagem estrutural-funcionalista, os trabalhos de Talcott Parsons⁵², que enxergava a sociedade como um sistema social,

⁵² Segundo Cordova (2007, p.258), a tentativa de Parsons de explicar o funcionamento da sociedade de forma comparativa ao funcionamento de um organismo se dá em decorrência da própria trajetória acadêmica do autor, que era biólogo e possuía aprofundados conhecimentos de economia. Também, Parsons foi bastante influenciado pelas obras de Weber, Durkheim e Pareto.

são entendidos como um grande exemplo dessa corrente (DEMO, 1995, p.41; GOHN, 1997, 39-40). Esse autor, por intermédio da sua “teoria do sistema social”, em que o estudo da estrutura, da moral, das leis e da (des)integração dos indivíduos na sociedade resulta no maior ou no menor número de movimentos sociais em um país, traz os seus trabalhos para o campo da ação social (CORDOVA, 2007, p. 258).

Partindo do entendimento do sistema geral da ação, Parsons busca analisar os esquemas conceituais gerais da ação, entendendo que os sistemas sociais formam-se a partir de subsistemas primários do sistema geral da ação. Este, compreenderia a ação humana voltada para quatro subsistemas, quais sejam, o sistema social, o sistema cultural, o sistema de personalidade e o sistema de organismo comportamental, os quais desempenhariam as seguintes funções: o primeiro diz respeito à manutenção de padrões estabelecidos pela cultura; o segundo corresponderia buscar e alcançar metas pré-estabelecidas; o terceiro diz respeito a adaptação social; e, por último, o quarto sistema seria aquele necessário para a mescla dos sistemas anteriores (CORDOVA, 2007, p. 258).

Nesse sentido, o sistema de ação parsoniano, não levaria ao desenvolvimento do ator ou do agente da ação, mas ao desenvolvimento do sistema social, por intermédio das ações individuais. Assim, a teoria da ação de Parsons resultaria na concepção do homem utilitarista de Hobbes que, possuindo orientação normativa instrumental, objetivando a racionalidade das metas e utilizando meios econômicos e culturais eficientes para alcançá-las, garantiria a sua sobrevivência. A aplicação da teoria parsoniana aos movimentos sociais é que origina a abordagem funcionalista, na qual esses movimentos corresponderiam aos comportamentos coletivos originados em momentos de tensões sociais, de incertezas, de impulsos, de frustrações, etc, que colocavam em risco a ordem social vigente, oportunizando a mudança social (GOHN, 1997, p.39-40).

Utilizando-se dos estudos de Parsons e da ideia de psicologia social elaborada pela Escola de Chicago, Turner e Killian (1957) e Smelser (1962) desfazem o vínculo entre política e estrutura. Os primeiros autores mencionados entendiam que existia três tipos de grupos que possuíam características de movimento social, chamados de “quase-movimento”, que seriam os movimentos de massa, como a imigração; os grupos criados por “discípulos” de admiradores de uma determinada figura pública; e os cultos, basicamente os de ordem religiosa. Para os autores, os movimentos sociais, propriamente ditos, seriam aqueles em que as ações de uma coletividade

desenvolvem-se de forma contínua para a promoção da mudança social, ou também, para resistir a ela, diferenciando-se das organizações institucionais, em razão da sua dinamicidade (GOHN, 1997, 42-43).

Smelser, por sua vez, entendia que as ações coletivas eram propiciadas pelas tensões sociais que surgiam antes de os meios sociais agirem de forma eficaz nos elementos desencadeadores dessas tensões (DELLA PORTA & DIANI, 2006, p.7), ou seja, para ele, o meio social instável, propiciava o surgimento do sujeito político coletivo (PRADO, 2000, p.163). Este, apresentava características como a hostilidade, a ansiedade e a instabilidade, sendo que a sua existência política em um sistema “saudável” ocorria pelo controle institucional, através dos papéis sociais ou pelas normas sociais (PRADO, 2000, p.163).

Em suma, Smelser entendia que, quando o comportamento coletivo apresentava tensões num sistema composto de subsistemas equilibrados, o seu reequilíbrio não ocorria a curto prazo. Isso porque, em tempos de rápidas transformações sociais de grande escala, o surgimento de comportamentos coletivos – cultos religiosos, sociedades secretas, seitas políticas, utopias políticas – possui um duplo significado. Por um lado, isso refletiria a incapacidade das instituições e dos mecanismos de controle social de reestabelecer a coesão social e, por outro lado, a tentativa da sociedade de reagir em momentos de crise, criando crenças compartilhadas para assentar as bases da solidariedade coletiva (DELLA PORTA & DIANI, 2006, p.7).

e) Teoria organizacional-comportamentalista

A abordagem organizacional-comportamentalista, apesar de não ter criado nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, forneceu os subsídios necessários para o surgimento da Teoria da Mobilização de Recursos. Referida linha teórica, tem entre os seus principais autores Selznick (1952), Gusfiel (1955) e Messinger (1955), que buscaram nos trabalhos desenvolvidos por Weber a respeito da burocracia e de Michells (1959) sobre a Lei de Ferro das oligarquias, os pressupostos necessários para a compreensão dos comportamentos coletivos agrupados em organizações que possuíam fins específicos (GOHN, 1997, p.47).

Além das cinco linhas mencionadas acima, importante se faz abordar, resumidamente, a concepção clássica/ortodoxa marxista de movimento social que, com a introdução do conceito de *práxis social*, estabeleceu a ligação entre a teoria e a ação política dos movimentos sociais, uma vez que a práxis teórica permitiu a crítica,

a interpretação e a criação de projetos de transformação significativos (GOHN, 1997, p.176). Além desse conceito, as reflexões elaboradas por Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo e da indústria o levaram a discussão do conceito de classe social, considerado um dos epicentros da sua análise das ações coletivas (MELO JUNIOR, 2007, p.73).

Em suma, as manifestações de classe, estudadas pelas formas de ação coletiva, eram dependentes de uma práxis que se desenvolvia dentro de entidades representativas, havendo a necessidade de sua sedimentação para a construção e a aquisição da consciência de classe e da consciência individual (MELO JUNIOR, 2007, p.73).

Feitas essas sucintas considerações sobre as teorias clássicas, importante se faz salientar que elas sofreram inúmeras críticas, que consideravam essas abordagens inadequadas e incapazes de dar conta de uma série de movimentos em grande escala surgidos nos Estados Unidos e na Europa, nas décadas de 1960 e 1970 (COHEN & ARATO, 1992, p.559). De acordo com Alonso (2009, p.65), as movimentações ocorridas nesse período chegaram a fazer alguns teóricos acreditarem no retorno do movimento operário, mas que logo foi percebida as suas peculiaridades, uma vez que não estavam baseados em classe, mas sim em etnia (movimento pelos direitos civis), gênero (movimento feminista) e estilo de vida (movimento pacifista e ambiental).

Além disso, esses movimentos não diziam respeito à revolução política, no que se refere a tomada de poder estatal, bem como não se tratavam de reações irracionais de indivíduos que estavam isolados, mostrando-se, pelo contrário, manifestações organizadas e solidárias de milhares de pessoas, impossibilitando o encaixe dessas movimentações nas teorias clássicas. Também, Melucci, ao desenvolver a teoria da identidade coletiva, faz severas críticas as teorias psicológicas ou estruturais por considerá-las ou “ação sem atores” ou “atores sem ação” (ALONSO, 2009, p.65).

2.2 A TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Opondo-se às teorias clássicas dominantes e advindo das transformações políticas que ocorreram na sociedade norte-americana nos anos de 1960, surge a teoria da mobilização de recursos (GOHN, 1997, p.49). Essa nova corrente interpretativa sobre os movimentos sociais reuniu inúmeros estudos empíricos para

rechaçar a ideia de que indivíduos desvinculados, motivados por pressões sociais, são os principais atores dos movimentos sociais. Tal refutação se deveu ao fato de que os teóricos clássicos enfatizavam os sentimentos dos indivíduos e as suas reclamações, utilizando categorias psicológicas para analisar o comportamento coletivo (COHEN; ARATO, 1992, p.561).

Conforme dispõe Maria da Glória Gohn (1997, p.50), Margit Mayer (1991) sugere que o sucesso da teoria da mobilização de recursos, nos Estados Unidos, está vinculado ao contexto histórico experimentado na década de 1960. Dessa forma, a teoria da mobilização de recursos, diferentemente das abordagens anteriores que tinham como foco os movimentos ocorridos em 1920 e 1930, buscava compreender as movimentações sociais dos anos de 1960, absorvendo suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização, etc. Nesse sentido, para explicar as mobilizações em grande escala, os teóricos da mobilização de recursos enfatizavam as variáveis objetivas, tratadas dentro de uma lógica neoutilitarista imputada aos atores coletivos (a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias), centrando-se no ator racional (indivíduo e grupo), ao invés de na multidão (COHEN; ARATO, 1992, p.561; CHAZEL, 1995, p.283).

Para a teoria da mobilização de recursos, os movimentos sociais, seguindo o modelo ator individual e coletivo proveniente da teoria da escolha racional, são entendidos como grupos organizados em busca de uma finalidade (LARAÑA, 1999, p.15), ou seja, os atores fazem escolhas racionais, calculando os custos e benefícios de participarem ou não de um movimento. Nesse sentido, os estudiosos da teoria da mobilização de recursos explicavam os movimentos de protestação coletiva sob dois aspectos: em primeiro lugar, as ações são racionais; e, em segundo lugar, as ações decorrem da capacidade de seus membros de implementarem um movimento mobilizando recursos econômicos e de outros tipos, dentro de um contexto econômico e social favorável às mobilizações coletivas (FARRO, 2000, p.66).

Nesse mesmo sentido, Angela Alonso (2009, p.51-53) alega que, as abordagens elaboradas pelos teóricos da mobilização de recursos, caracterizam-se pela afirmação de um processo de profissionalização e racionalização dos conflitos sociais, nos quais, a possibilidade de os movimentos influenciarem na decisão de temáticas relevantes, dependia das suas capacidades de empregarem recursos para esse fim, sejam eles financeiros, humanos ou organizacionais.

Corroborando com os apontamentos anteriores, Euzeneia Carlos (p.153. 2011) alude que, como forma de reação às teorias funcionalistas do comportamento coletivo, os estudiosos do paradigma da mobilização de recursos acreditavam que, a ação coletiva surgia a partir do balanço racional que os indivíduos faziam sobre os custos e as vantagens de participarem ou não de uma ação, cuja mobilização estava atrelada a posse de recursos materiais e não materiais disponíveis na sociedade.

Segundo Cohen e Arato (1992, p.561), apesar das diferentes variáveis interpretativas existentes na teoria da mobilização de recursos, como a lógica utilitarista proposta inicialmente por Olson, a abordagem organizativa-empresarial defendida por McCarthy e Zald e o modelo dos processos políticos proposto por Tilly, Oberschall, Gamson, Klandermann e Tarrow, todos os seus defensores analisavam a ação coletiva sob a perspectiva da interação estratégica e dos cálculos do custo-benefício, compartilhando dos seguintes pressupostos:

I - Os movimentos sociais devem ser entendidos em termos de uma teoria do conflito da ação coletiva;

II - Não haveria nenhuma diferença fundamental entre ação coletiva institucional e a ação coletiva não institucional;

III - Existe a suposição de que os conflitos de interesses são construídos dentro das relações de poder institucionalizadas;

IV - A ação coletiva diz respeito ao alcance racional dos interesses pelos grupos;

V - As metas e as reivindicações são oriundas das relações de poder e não podem ser compreendidas pela formação dos movimentos;

VI - Os movimentos decorrem das transformações dos recursos, das organizações e das oportunidades para a ação coletiva;

VII - O êxito diz respeito ao reconhecimento de um determinado grupo como um ator político ou a obtenção de maiores benefícios materiais;

VIII - O processo de mobilização exige mobilizações em grande escala, propósitos específicos e organizações formais e burocráticas (COHEN & ARATO, 1992, p.561).

Fazendo uma síntese dos principais matizes do paradigma aqui abordado, iniciando com McCarthy e Zald (1977) que no extremo oposto das teorias clássicas, entendiam que as ações coletivas surgidas nas sociedades eram dotadas de racionalidade, ou seja, ao invés de originarem-se como expressões das emoções de

indivíduos desgarrados, conforme pregava as teorias funcionalistas, elas possuíam sentido e organização (ALONSO, 2009, p.52).

Também, diferentemente da abordagem economicistas do marxismo, os autores mencionados alegavam que as razões para as mobilizações, oriundas do descontentamento dos indivíduos, sejam elas causadas por privações materiais ou advindas de interesses de classes, sempre existiram, razão pela qual, não poderiam ser utilizadas como explicação para o desencadeamento das ações coletivas. Dessa forma, o que de fato seria importante explicar era o processo de mobilização, ao invés das motivações que davam origem a essa mobilização (ALONSO, 2009, p.52).

Maria da Glória Gohn (1997, p.52) que, ao tratar da teoria da mobilização de recursos a divide em duas fases, defende que McCarthy e Zald seriam os autores mais importantes da primeira fase. Isso porque esses autores adotaram conceitos desenvolvidos principalmente por Olson, fazendo com que, ao analisarem as corporações econômicas do mundo das organizações empresariais, enxergavam os membros de um determinado movimento como grupos de interesses e, portanto, consumidores de um mercado de bens.

Segundo Gohn (1997, p.52), o modelo de compra e venda e a competição pelos produtos também foi utilizado, ou seja, estabelecia-se a analogia entre os líderes de um movimento com os gerentes ou administradores de um grupo de interesses. Sendo assim, os diferentes grupos sociais competiam entre si para conseguirem recursos para as suas ações, bem como pela obtenção de clientes (seguidores), pela atenção das agências governamentais e pela atenção e manipulação de imagens da mídia. Sobre essa questão, Euzeneia Carlos, mencionado Zald, aduz:

Organizações de movimentos sociais (OMS) podem ser vistas como paralelas a firmas competindo com outras firmas por recursos e para cumprir demandas. Todas as OMS dentro de um movimento particular pode ser pensada como uma indústria. Todas as indústrias de movimentos sociais constituem um setor de movimento social. Nós acreditávamos, e ainda acreditamos, que a analogia organizacional e/ou econômica nos permite ver como a demanda por ação do movimento configura o crescimento e declínio de uma indústria de movimento particular e a diferenciação de OMS e táticas dentro do movimento (ZALD, 2005, p.159: *In: CARLOS, 2011, p.155*).

Ainda, a incorporação das dimensões de análise dos movimentos sociais – como a variedade de fontes e recursos, a relação dos movimentos com os veículos da mídia e a interação entre organizações de movimentos sociais, mencionadas anteriormente –, ocasionou um desenvolvimento significativo da teoria da mobilização

de recursos. A partir disso, três mecanismos foram eleitos para diferenciar as formas de ação dos movimentos, a saber: setores de movimento social (SMSs), indústria de movimento social (SMIs) e organização de movimento social (SMOs). Esta última, caracteriza-se pela sua complexidade ou ainda pela formalidade, identificando as suas metas conforme as predileções de um movimento social ou de um contramovimento, além de contribuir para a implementação dessas metas (MCCARTHY & ZALD, 1990, p.20 *In*: CARLOS, 2011, p.155).

No que diz respeito a captação dos recursos, a organização de movimento social também lidaria com os atores aderentes, que são aqueles indivíduos ou aquelas organizações que acreditam nos objetivos daquele movimento, e com os atores constituídos, que são aqueles que dispõem os recursos para que a ação ocorra. Na maioria dos casos, a organização se empenharia para converter os aderentes em constituídos ou, no mínimo, para obter recursos por parte dos atores aderentes para a realização de campanhas sazonais (MCCARTHY & ZALD, 1990, p.20 *In*: CARLOS, 2011, p.155).

As organizações de movimento que possuíam como meta realizar a maior parte das preferências de um movimento social determinado, constituiria, sem exceção, uma indústria de movimento social. Dessa forma, verifica-se a existência de uma espécie de teia de preferências e subpreferências, que possibilitariam o trânsito e a troca entre as organizações de movimento com temáticas comuns. De acordo com Carlos (2011, p.155), McCarthy e Zald argumentam que a separação entre organização de movimento social e indústria de movimento social é meramente analítica e, por isso, permitiria verificar as formas de mobilização e organização, além de levantar se elas poderiam contar ou não com a participação de mais organizações concomitantemente.

Além disso, tem-se que tanto as organizações de movimento social, como as indústrias de movimento social, atuam num campo organizacional, lançando mensagens, coletando recursos e mobilizando os atores. Para os autores aqui trabalhados, esse campo organizacional é que constitui o setor dos movimentos sociais. Entretanto, eles ressaltam que os campos organizacionais não estão a serviço apenas dos movimentos sociais, pois podem ser usados para reprimi-los, uma vez que haveria similaridade com o setor econômico, em que se operariam disputas pelas preferências e pelos interesses dos indivíduos (MCCARTHY & ZALD, 1990, p.241 *In*: CARLOS, 2011, p.155)

Além disso, dentro dessa perspectiva, para obter “sucesso”, os movimentos necessitariam de uma organização formal hierárquica, sendo os seus organizadores, líderes com dedicação integral ao trabalho e capacidade para mobilizar, de forma efetiva, os suportes externos. Também, os primeiros ensaístas da teoria da mobilização de recursos categorizaram os movimentos em duas linhas, quais sejam, a de consenso e a de conflito. Esta, não produziria mobilizações iguais aquela, entretanto, poderia obter mais sucesso em razão da probabilidade de maior aceitação social e, por consequência, maior apoio e mais recursos financeiros (GOHN, 1997, p.53).

Na realidade, os movimentos de consenso seriam aqueles em que não se buscava a mudança do *status quo* vigente, objetivando apenas a expansão de suas fronteiras (análise feita pela segunda etapa desta perspectiva). Os movimentos de conflito, por outro lado, buscavam mudanças sociais, sendo exemplificados pelos movimentos feministas, movimentos dos trabalhadores, movimentos de pessoas pobres, movimentos pelos direitos civis, entre outros⁵³. (GOHN, 1997, p.53).

Angela Alonso (2009, p.53) salienta que foram inúmeras as críticas recebidas pelo paradigma da mobilização de recursos, pois a sua tentativa de afastamento do culturalismo excessivo colocou-lhe no extremo oposto, centrando-se na racionalidade e na estratégia da ação coletiva. Ao se estudar a abordagem aqui em tela, percebe-se que o conceito de cultura não é mencionado, podendo-se apenas se fazer suposições de crenças e de processos cognitivos, a partir dos termos “lealdade” e “consciência”, sem saber nada a respeito do seu *modus operandi*. Também, a formação de uma identidade coletiva é desconsiderada, apesar de se supor um ator individual, sem falar que se busca uma análise conjuntural desvinculada dos

53 Sobre esse ponto, Gohn (1997, p.53-54) salienta: “É importante registrar os tipos de movimento que foram analisados e serviram de base para os primeiros estudos da MR. McCarthy e Zald, por exemplo, pesquisaram movimentos de direitos civis (a NAACP – Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras –, a União Americana de Liberdades Civis etc.); movimentos de mulheres (NOW – Organização Nacional de Mulheres, e outros). Eram todos movimentos liderados pelas camadas médias da população, em que se destacavam, por um lado, a diversidade de temas e problemáticas e o tratamento de algumas organizações como movimentos sociais. Por outro lado, aqueles movimentos de fato promoveram campanhas nacionais e utilizaram as técnicas mais avançadas disponíveis – em termos de equipamentos tecnológicos, contatos com a mídia e com a própria população, obtenção de recursos financeiros. Estratégias isoladas de mobilização de recursos foram profissionalizadas. Estes elementos não serão encontrados nos movimentos sociais populares latino-americanos dos anos de 1970 e 1980, mas irão aparecer nos anos de 1990 em movimentos internacionais, com demandas globalizadas, (...)”.

movimentos macroestruturais ou, ainda, sem situá-los em um processo de maior abrangência.

Dessa forma, as críticas feitas para a teoria da mobilização de recursos estão direcionadas a ideia de escolha racional (pilar desse paradigma) e a ideia de burocratização. Além desses apontamentos, verificou-se que ela excluiu valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais analisados, justamente porque as ações coletivas foram estudadas utilizando-se a lógica das interações pelo custo-benefício, tendo como base a racionalidade instrumental e a estratégia da ação coletiva (COHEN & ARATO, 1992, p. 570-572). Noutras palavras, o impacto da solidariedade dos grupos organizados foi desconsiderado. Ainda, a teoria aqui tratada não leva em consideração que nas ações dos grupos que objetivavam justamente a formação da solidariedade ou da identidade, não haveria custo algum (BRANDÃO, 2011, 127).

Lucas Coelho Brandão (2011, p. 127) argumenta que, o excesso de racionalidade presente na teoria da mobilização de recursos, resultou na subestimação da importância da cultura. E, ao focar na análise do ator individual, esqueceu-se do complexo processo presente na formação da identidade coletiva, sem falar que desconsiderou as mudanças macroestruturais e as transformações culturais e políticas que ocorrem no decorrer do tempo. No entanto, apesar de suas limitações, o trabalho empírico realizado pelos adeptos dessa corrente teórica transformou os rumos das pesquisas no campo dos movimentos sociais, permitindo a desvinculação da ótica psicológica tradicional (MCADM, 2003, p.283: *In*: CORREA & ALMEIDA, 2002, p.559).

2.2.1 A estrutura de oportunidade políticas

Nos anos de 1970, em vista das lacunas presentes na teoria da mobilização de recursos, buscando elementos conceituais capazes de preenchê-las, o paradigma norte-americano adentra numa nova fase, elaborando conceitos como o de frames e o de oportunidade política. Estes conceitos foram inaugurados dentro da chamada teoria do processo político, que reacende a ideia de psicologia social para analisar o comportamento coletivo dos grupos sociais, a partir de três elementos: a reconfiguração da figura do ator, as microrrelações social face a face, e a tentativa de

especificar os elementos que surgem dentro de uma cultura sociopolítica (GOHN, 1997, p.73).

Da mesma forma que os teóricos da mobilização de recursos, os desenvolvedores da teoria do processo político⁵⁴ concentraram-se nas condições de emergência, de desenvolvimento e de sucesso da ação coletiva, a partir do modelo da racionalidade, diferenciando-se dos primeiros por substituírem o foco dado à mobilização dos recursos econômicos e organizacionais pelas esferas políticas e culturais dos movimentos sociais, enfatizando o papel do contexto político-institucional para o surgimento da ação coletiva (CARLOS, 2011, p.159).

Apesar de essa nova linhagem teórica ter sido constituída nos Estados Unidos, Angela Alonso (2009, p.54) alega que ela trouxe para dentro da sua análise casos europeus. Charles Tilly, por exemplo, teria pesquisado de forma aprofundada o movimento revolucionário francês e os movimentos por reforma na Inglaterra, ocorridos nos séculos XVIII e XIX. Sidney Tarrow teria se atido aos movimentos de redemocratização italiano da segunda metade do século XX e Dog McAdam nos movimentos pelos direitos civis norte-americanos.

Para Alonso (2009, p.54), um dos grandes representantes da teoria da mobilização política seria Tilly, que construiu uma sociologia política histórica, combinando tradições e buscando a identificação dos mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no ocidente. Este enquadramento de Tilly na teoria da mobilização política não é unívoco, pois muitos autores o incluem na linhagem da teoria da mobilização de recursos, enquanto outros o encaixam no paradigma dos novos movimentos sociais.

Sobre essa questão, Gohn (1997, p.65) acredita que os trabalhos de Tilly devem possuir tratamento próprio, em vista da sua abordagem predominantemente histórica. Ainda, a autora discorda daqueles que o englobam dentro da perspectiva dos novos movimentos sociais, uma vez que o próprio Tilly apontaria para a essência estrutural de seus trabalhos, criticando as abordagens focadas apenas na identidade e na perspectiva microsocial. Ainda sobre a classificação dos trabalhos de Tilly,

54 Para Gohn (1997, p.69) essa corrente teórica passou a “ enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos sociais demandatários, e aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos sociais. Ou seja, a linguagem, as ideias, os símbolos, as práticas de resistência cultural, tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos, numa análise menos preocupada com a desconstrução de textos e mais interessada nos símbolos e ideias presentes naqueles discursos, enquanto veículos de significados sociais que configuram as ações coletivas.

François Chazel (1995, p.321) acredita que, apesar das reservas que se possa fazer com relação aos seus escritos, eles estariam incluídos dentro da perspectiva da mobilização de recursos.

Feito esse adendo, retornando à pesquisa desenvolvida por Tilly, tem-se que ele lançou críticas à tradição sociológica porque ela teria retirado da análise dos movimentos populares a disputa entre elites. Para o autor, trata-se de uma única classe de fenômenos, pois eles seriam racionais e dotados da mesma lógica, diferenciando-se pelo grau de organização e pelo uso da violência, ao invés de pela natureza⁵⁵. E a predominância de uma ou de outra dessas formas estaria interligada a dois parâmetros: o político e o histórico-cultural (ALONSO, 2009, p.54). Dentre as principais contribuições de Charles Tilly, destaca-se o conceito de repertório e o de estrutura de oportunidade política, sendo este último um dos conceitos-chave da teoria do processo político.

Atribuído a Peter Eisinger (1973), o conceito de estrutura de oportunidade política, na realidade, originou-se nos trabalhos de Merton (1968). No entanto, é com Sidney Tarrow, mais especificamente na sua obra *Power in Movement*, que esse conceito ganha maior refinamento, buscando compreender a origem dos movimentos sociais. Estes surgiriam a partir das oportunidades políticas oferecidas aos atores sociais mais carentes. Noutras palavras, quando as mudanças nas estruturas de oportunidades, seja pela maior permeabilidade das instituições políticas e administrativas em relação as reivindicações sociais ou pela presença de aliados potenciais, os caminhos se abrem ou se criam para esses atores (GOHN, 1997, p.98; ALONSO, 2009, p.54).

Dessa forma, Tarrow entende que os organizadores da ação coletiva se utilizariam de janelas de oportunidades políticas surgidas em situações de confronto, criando, a partir disso, identidades coletivas e reunindo pessoas em organizações para oporem-se contra os mais poderosos, conforme destaca o autor:

Reunir pessoas numa interação sustentada com opositores exige uma solução social – agregar pessoas com demandas e identidades diferentes e em locais diversos em campanhas conjuntas de ação coletiva. Esta solução envolve, em primeiro lugar, preparar os desafios coletivos; em segundo lugar, instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais; e, em terceiro,

55 A respeito disso, Lucas Coelho Brandão (2011, p.129) expõe: “Tilly defende a necessidade de se abandonar o uso de modelos estáticos e explicações causais; segundo o autor, ao focarmos o olhar nas interações, é possível desenvolver um modelo no qual a ação coletiva seja compreendida enquanto uma ação dinâmica dentro de um modelo propositivo de interação com atores múltiplos.

construir a solidariedade através das estruturas de ligações e das identidades coletivas para manter a ação coletiva (TARROW, 2009, p.20).

Tarrow (2009, p.38) segue o seu raciocínio alegando que as pessoas se envolvem em confrontos políticos quando ocorrem mudanças nos padrões de oportunidades políticas e, utilizando repertório de ação coletiva, elas criam novas oportunidades que serão utilizadas por outros em ciclos de confronto mais amplos. Assim, quando são criadas lutas relacionadas às grandes divisões sociais existentes na sociedade, quando as pessoas são reunidas em volta de símbolos culturais herdados e quando densas redes sociais e estruturas conectivas podem ser ampliadas ou construídas, os episódios de confronto resultariam nos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, discorrendo sobre a teoria de Tarrow, Gohn (1997, p.99) afirma que, para ele, o poder dos movimentos sociais reside na soma de recursos internos e externos, ou seja, para que os organizadores de um movimento social tenham sucesso, eles não só dependem da organização, conforme afirmava os teóricos da mobilização de recursos, mas dependem também das redes sociais que darão alicerce ao movimento e das estruturas de mobilização que os conectam entre si, sendo que, nas sociedades modernas, também dependem da mídia para estabelecer a comunicação entre os seus aliados e os seus inimigos e para reinventar os seus repertórios, visando a atingir um maior número de pessoas.

No entanto, para que esse processo seja desencadeado, há a necessidade de oportunidades políticas favoráveis e/ou acessíveis, considerado por Tarrow o ponto mais importante. E quem criaria essas oportunidades seria o próprio Estado moderno, através de um ambiente que favoreça e/ou incentive a ampliação das ações coletivas (GOHN, 1997, p.99). De outro lado, quando as oportunidades políticas não estão presentes, os movimentos são conduzidos a um período de desmobilização, por mais que exista grupos insatisfeitos e com recursos abundantes.

2.3 A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O estudo dos novos movimentos sociais surgidos a partir dos anos 1960 impôs críticas para o paradigma clássico, muito preso a grandes estruturas baseadas em princípios racionalizados, como a economia. Em vez disso, teóricos como Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Moufee optaram por analisar os movimentos sociais de então

sob o prisma da cultura, da ideologia, das lutas sociais cotidianas, da solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e processo de identidade criado (GOHN, 1997, p. 121).

Os teóricos dos Novos Movimentos Sociais (NMS) construíram então um modelo calcado na noção de cultura. A ideia de cultura fica daí atrelada à de ideologia, que, apesar de sua base marxista, é desatrelada da noção de consciência de classe, de fundo econômico. O marxismo, na verdade, é abandonado pelos teóricos dos NMS por estar preso ao nível macro da sociedade, sendo inadequado, portanto, para tratar de questões advindas do campo cultural.

Além disso, o novo paradigma concebe um novo sujeito, proveniente de um coletivo difuso, crítico dos efeitos nocivos da modernidade. Assim, os participantes das ações coletivas são atores sociais, cujas ações, por sua vez, são calcadas em valores tradicionais de solidariedade e comunidade. Conforme explicam, Cohen e Arato (1992, p.573), hoje, os atores coletivos se concentram em temas relacionados com as normas sociais e com a identidade coletiva. Sob essa nova perspectiva, a política ganha centralidade, abarcando todas as práticas sociais.

Por fim, vale notar então que os teóricos dos NMS analisam os atores sociais sob dois aspectos: “por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo” (GOHN, 1997, p. 123). Os NMS não são mais apenas movimentos de classe, mas possuem novas pautas, que podem transcender questões mais básicas e se debruçar sobre novos temas, criando novas identidades sociais e políticas (GOHN, 1997, p. 124-125). Por extensão, essa mudança de eixo de demandas de fundo econômico para outros de fundo cultural redundou em que os NMS possuem modos de organização mais fluidos, mais descentralizados e menos hierarquizados (GOHN, 1997, p. 126).

Da mesma forma, não há uma teoria homogênea sobre os NMS. Na corrente francesa, por exemplo, destaca-se a obra de Alain Touraine. Segundo Gohn (1997, p. 142), a abordagem de Touraine estrutura-se a partir do que se pode chamar “paradigma acionalista”, isso porque, para o autor, o movimento social se apresenta como a ação de um grupo. Diferentemente de Marx, Touraine enfatiza o papel dos indivíduos, não da classe social, como atores dinâmicos, produtores de reivindicações próprias.

Assim, para existir um movimento social, são necessários três elementos: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito (GOHN, 1997, p. 145). Nesse

sentido, os movimentos sociais, sendo derivados de uma vontade coletiva, não são algo excepcional ou extraordinário, que subitamente se formam, de maneira quase mágica, em determinado lugar; antes disso, são uma parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, que entra na disputa pelo controle de seu campo cultural (GOHN, 1997, p. 145-146). Daí a razão de Touraine defender que a teoria dos movimentos sociais deveria ser construída em torno das ações coletivas, dentro de uma teoria mais ampla, a dos conflitos.

No entanto, esses conflitos não são necessariamente revolucionários, do modo que anteriormente se pensava, isto é, os movimentos sociais não almejam a substituição de uma ordem antiga por outra nova, ou seja, não miram a subversão do Estado. Este é, por outro lado, um agente de transformação histórica, a qual, por sua vez, ocorre mediante a pressão dos movimentos sociais (GOHN, 1997, p. 147). Apesar de as concepções de Touraine terem se modificado com o passar das décadas, alguns traços de sua caracterização dos movimentos sociais permanecem os mesmos. Como afirma Gohn:

Tratam-se de ações orientadas para intervenções entre adversários em conflito, de interpretações e modelos sociais opostos, assim como de campos culturais divididos, separados. Os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Assim, os conflitos sociais entre os atores devem ser entendidos em termos normativos e culturais (GOHN, 1997, p. 149).

Assim, como sistematizam Cohen e Arato (1992, p. 576-567), há três diferenças entre o enfoque de Touraine e o da tradição clássica. Em primeiro lugar, o teórico francês rechaça todas as versões da tese do colapso; em seu modelo, o colapso e o desenvolvimento governam a conduta do conflito sobre o eixo diacrônico da mudança. Em segundo lugar, considera que os movimentos sociais não são ocorrências anormais, mas criadoras da vida social por meio da produção e desafio das práticas, normas e instituições sociais. Em terceiro lugar, na contramão de Parsons, não crê que as orientações culturais de uma determinada sociedade (seu padrão de conhecimento, tipo de inversão e imagem da relação dos humanos com a natureza) sejam algo inquestionável, transposto inseparavelmente dentro das normas e instituições sociais. Em vez disso, afirma que a forma pela qual uma sociedade institucionaliza suas orientações culturais pressupõe, de uma só vez, o conflito social e as relações sociais de dominação.

É nesse sentido, ainda segundo Cohen e Arato (1992, p 577), que Touraine redefine o significado de ação coletiva. A ação coletiva se refere agora à capacidade das sociedades humanas para desenvolver e modificar sua própria orientação. Uma ação só é “social”, portanto, no momento em que está orientada normativamente e situada em um campo de relações que inclua o poder e as orientações culturais compartilhadas. E o local em que esses movimentos sociais se desenvolvem é a sociedade civil. Por isso, como explicado anteriormente, os movimentos sociais não são contra o Estado, mas são entre adversários que se enfrentam acerca das instituições e dentro da sociedade civil.

Mais recentemente, Touraine abordou as mudanças sofridas na sociedade, com a globalização, por exemplo, o que, como não poderia deixar de ser, teve reflexo na configuração que os movimentos sociais passariam a ter. Como explicam Cohen e Arato (1992, p. 579), para Touraine, essa nova sociedade, que ele chama de “pós-industrial”, caracteriza-se por novos espaços de poder, novas formas de dominação, novos modos de inversão e um modelo cultural “autorreflexivo”.

Mais uma vez contrapondo-se a Marx, Touraine pontua como, hoje, os conflitos não estão mais circunscritos à questão dos meios de produção, mas sim dizem respeito às produções culturais: educação, saúde e a informação de massa. Portanto, o que se procura não é mudar a sociedade, mas a vida das pessoas, os direitos dos homens (GOHN, 1997, p. 152).

Em “*Les associations d’action sociale*”, Jean Afchain (2001, p.81) elucida a ação coletiva a partir da Sociologia da Ação de Alain Touraine, elencando três princípios: identidade, que consiste na capacidade de definir o “nós”; oposição, que é a capacidade de definir contra o que e pelo que “lutamos”, ou seja, definir o adversário; e totalidade, que é a legitimação, ou seja, ter a consciência do que está em jogo.

Com estes elementos, constrói-se uma tipologia da ação coletiva:

1 Identidade + Oposição = Forças de reivindicação que têm consciência daquilo que são e contra o que elas lutam, mas não definem a legitimidade global de sua ação;

2 Totalidade + Identidade = Ações reformistas nas quais os atores situam os *enjeux* (o que está em jogo), afirmam sua identidade, mas não sabem contra quem ou pelo que eles se opõem;

3 Totalidade + Oposição = Ações de crítica social que definem sua legitimidade no âmbito dos *enjeux* centrais e nas

quais os atores têm consciência pelo que ou contra quem eles se batem, mas sem afirmação de sua posição identitária.

Ainda, certos grupos se articulam com apenas um dos três elementos:

I – Identidade: para os grupos de pressão que são capazes de definir o que são, mas não contra quem ou contra o que eles se batem e nem aquilo que pode legitimar sua ação;

O – Oposição: para os grupos de protesto que sabem contra o que eles lutam, mas não tem consciência do que são, bem como os *enjeux* de sua ação;

T – Totalidade: para os movimentos de ideias que reconhecem os *enjeux* da ação, mas que carecem de afirmação identitária e de identificação de adversários.

Paralelamente à corrente francesa, apresentada brevemente na análise da obra de Alain Touraine, há também a corrente italiana, estampada na teoria de Alberto Melucci.

Melucci tenta superar algumas limitações das teorias anteriores. Explica o autor:

(...) as teorias dos anos 70 também deixam dois problemas insolúveis. As teorias estruturais, baseadas na análise de sistemas, explicam por que mas não como um movimento se estabelece e mantém sua estrutura, ou seja, elas apenas hipotetizam sobre o conflito potencial sem considerar a ação coletiva concreta e os atores. Aqueles pesquisadores, por outro lado, que trabalham com um modelo de mobilização de recursos, vêem esta ação como meros dados e não conseguem examinar seu significado e orientação. Nesse caso, como mas não por quê. Os dois pontos de vista não são irreconciliáveis. Cada um deles é legítimo em seus limites, mas ambos, infelizmente, com freqüência e talvez implicitamente, são tomados como uma explicitação global. (MELUCCI, 1989, p. 51)

Como afirma Gohn, Melucci enfoca o plano microssocial, as ações coletivas dos indivíduos, em um viés psicossocial, contrariamente a Touraine, que se concentrava em relação macrossociais. Ainda segundo Gohn, Melucci combinou a análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições políticas e ideológicas de um dado contexto histórico.

Como explica Alonso (2009, p. 64), Melucci caracteriza a sociedade contemporânea como pós-industrial, em que o controle social não reside mais na exploração da força de trabalho. A nova sociedade, a “sociedade da informação”, é complexa, onde a dominação se dá pela produção e pelo controle da informação, via ciência e tecnocracia. Além disso, nessa sociedade, seria possível constatar o fim da divisão entre as esferas público e privada. Por isso, as relações interpessoais, sexuais

e a identidade biológica teriam se tornado novas fontes de conflito. Como sintetiza Alonso:

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. (ALONSO, 2009, p. 65)

Melucci passa então a se ocupar com a criação de uma teoria da identidade coletiva, de fundo psicossocial. O sociólogo italiano postula então a necessidade de se analisar as mediações entre os comportamentos individuais e os movimentos coletivos, a fim de se identificar como um ator coletivo é formado, isto é, o que levaria um indivíduo a se envolver coletivamente em uma ação política. Para Melucci:

Indivíduos agindo coletivamente ‘constroem’ suas ações por meio de investimentos ‘organizados’; isto é, eles definem em termos cognitivos o campo de possibilidades e limites que percebem, enquanto, ao mesmo tempo, ativam suas relações de modo a dar sentido ao seu ‘estar junto’ e aos fins que perseguem” (Melucci, 1988, p. 332 *In* ALONSO, 2009, pp. 65-6).

Assim, os movimentos sociais surgiriam a partir desse jogo entre oportunidades e constrangimentos, o que daria ensejo a estratégias de liderança e organização. Portanto, os movimentos sociais seriam uma forma de ação coletiva, não um agente. Como explica Melucci:

A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são *sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites. É por isso que a *organização* se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas. Eu penso que nessa direção o legado dos anos 70 pode ser criativamente consolidado através de uma concentração na análise do *como*, sem negligenciar o *porquê*. (MELUCCI, 1989, p. 52)

Assim, Melucci procura definir os movimentos sociais da seguinte forma:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinqüência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita freqüência, empiricamente associados com "movimentos" e "protesto". Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação (Melucci, 1980, 1982 e 1983). O que nós costumamos chamar

de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva. (MELUCCI, 1989, p. 57)

O engajamento a esses movimentos sociais então se daria a partir de “redes de relacionamento”. Nesse sentido, a principal atividade de um movimento social seria a construção de uma identidade coletiva, que não é fixa e imutável, mas, antes disso, é permanentemente negociada entre os agentes, que sopesam não apenas o custo/benefício do engajamento, mas também levam em conta um “reconhecimento emocional”. Daí a ideia de que os NMS seriam “expressivos” (ALONSO, 2009, p. 67). Assim sendo, para Melucci, o ativista dos movimentos sociais é fruto tanto de um processo racional, como emocional, de adesão.

Em resumo, elabora-se o seguinte quadro:

Quadro 3 – Novos Movimentos Sociais

concepções de sujeito → concepções o político ↓		A	B	C		D	E	
		sujeito psicológico ao sujeito psicossociológico		sujeito coletivo racional e unificado			sujeito descentrado esgotamento do sujeito único	
A	político sem contradições estabilidade e equilíbrio institucional	base inconsciente Le Bon - Freud	Smelser (Parsons) Turner & Killian (Mead) Cantril	Marx	Escolha Racional Mobilização de Recursos. McCarthy, Zald, McAdam, Tilly, Tuner	Processo Político McAdam, Gamson, Klandermans, Sandoval	Touraine	Melucci
B		crenças coletivas e normas e valores sociais como regulação do sujeito coletivo						
C	político com contradições	classe social – racionalidade das contradições históricas						
	-sínteses-	interesse coletivo/recursos institucionais mobilizados						
D		historicidade e mediadores da identidade coletiva elementos culturais e políticos						
E	político como espaço antagônico - contingente-	ação e ator social – racionalização e subjetivação nas sociedades pós- industriais						
		identidade coletiva como mediação e construção de significados – NÓS						

Fonte: PRADO (S/D, p.158) readaptado pela autora desta pesquisa.

2.4 NOVAS PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE DA AÇÃO COLETIVA

Em vista das limitações presentes nos paradigmas teóricos abordados anteriormente, quando defrontados com a avalanche de manifestações e protestos ocorridos nas últimas décadas – Movimento Antiglobalização, Primavera Árabe, Indignados, etc –, inúmeros estudiosos juntaram esforços para se pensar novas perspectivas teóricas capazes de abranger as peculiaridades desses recentes protestos. Dentre esses autores, encontram-se Jacquélien van Stekelenburg, Conny Roggeband e Bert Klandermans que, em parceria com diversos pesquisadores, lançaram no ano de 2013, uma série de artigos compilados em *The Future of Social Movement Research. Dynamics, Mechanism, and Processes*.

Além desses estudos, novos delineamentos teóricos podem ser encontrados nas obras *The Blackwell Companion to Social Movements*, de David A. Snow, Sarah A. Soule e Hanspeter Kriesi, de 2004, nos estudos de James M. Jasper, nas pesquisas desenvolvidas por Lance Bennett (abordada no Capítulo 1), na qual propõe o conceito de “ação conectiva”, entre outros livros e artigos que têm surgido sobre as ações coletivas e os movimentos sociais. Dentre as sugestões para se perceber a recente onda de manifestações, feita por esses autores, menciona-se a ótica das emoções e a da moralização, que pouco encontrou lugar nos estudos dos movimentos sociais desde os anos de 1970 (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2004; JASPER, 1997).

Para introduzir essas óticas, inicialmente, far-se-á um compêndio das análises elaboradas por James M. Jasper em *The Art of Moral Protest. Culture, Biography and Creativity in Social Movements* (1997). Dessa forma, rememorando os paradigmas teóricos que pairavam sobre os movimentos sociais, Jasper salienta que as queixas dos indivíduos sempre estiveram presente e, por isso, não poderiam ser usadas para explicar a ascensão ou a queda de um movimento social, que, mais tarde, passou a ser determinado por fatores objetivos, como recursos e estruturas políticas. Na sequência, o terreno dos movimentos sociais foi invadido por uma série de trabalhos que os enxergavam a partir de um ponto de vista cultural, situação que rendeu *insights* que não poderiam ser ignorados.

Apesar da sua importância, deve-se atentar para o fato de que a cultura, por mais que esteja em todos os lugares, não é tudo. Essa situação, conforme Jasper alega, pode ser claramente percebida ao contrastá-la com biografias, estratégias e recursos. Estas, não podem ser compreendidas antes de se conceituar a cultura, uma

vez que, defini-la de forma muito abrangente, implicaria na invasão de terrenos que não lhe caberiam explicar. Entretanto, quando ignorada, faria com que outras variáveis fossem forçadas a se estenderem para abranger determinados fenômenos, além das suas capacidades.

Traçando um paralelo entre cultura e moralidade, Jasper menciona que a cultura pode ser facilmente percebida, enquanto que a moralidade, para além de meras opiniões pessoais, é difícil de ser identificada. É nesse panorama que os movimentos de protestos são interessantes, pois, dado o seu caráter coletivo, permitem que se perceba os valores morais compartilhados pelos indivíduos de uma sociedade, os quais direcionam as ações dos indivíduos.

Sobre os protestos de cunho moral, o autor afirma que eles não são novidade, havendo inúmeros exemplos deles, em momentos anteriores passados, tais como aqueles protestos contrários à bebidas alcoólicas, aos jogos de azar e à “libertinagem”, bem como muitas outras movimentações que culminaram na proibição de diversos filmes, jogos, livros, pinturas e músicas, por não serem moralmente aceitáveis. Nessa sequência, Jasper menciona que, apesar de aparentemente indiferentes a uma série de questões políticas, muitos indivíduos são compelidos, na realidade, a manifestarem-se politicamente, fora dos canais convencionais, posicionando-se contra aquilo que os contrariam de muitas formas: eles distanciam-se dos seus papéis organizacionais; eles ignoram regras das quais discordam, etc. Além dessas possibilidades, outra notável forma de protesto surge em forma de denúncia pública, que consiste na publicização de transgressões das quais se julgam vítimas, prática bastante comum dos usuários do *Facebook*.

Jasper, da mesma forma que Bennett, entende que há manifestação, mesmo quando os indivíduos não compõem uma organização. Diferentemente de alguns estudiosos que descartam as ações desses indivíduos, o autor considera que essa opção torna invisíveis todas as formas pelas quais atos individuais de protesto se transformam ou não em movimentos mais organizados, uma vez que essas manifestações possuem uma variedade de relação com os grupos formais mais evidentes nos movimentos de protesto.

Nesse sentido, Jasper afirma que, o fato de determinados indivíduos não comporem uma organização, não significa que eles deixaram de expressar o seu desprezo e a sua indignação sobre as práticas existentes. E, a possibilidade de fornecer uma voz moral é que tornaria os protestos uma atividade satisfatória.

Atualmente, os protestos morais, mostram-se em diferentes estilos e inovam-se, ao longo dos anos, sendo exemplos os comícios e as marchas públicas, as ocupações simbólicas ou as ocupações de locais estratégicos, as provocações verbais e as visuais, etc.

Segundo o estudioso, a maioria das teorias acadêmicas sobre os movimentos sociais não está preparada para explicar uma série de atividades de protestos, principalmente aquelas desencadeadas por cidadãos tidos como privilegiados, ao invés de oprimidos. As abordagens iniciais, desenvolvidas antes dos movimentos pelos direitos civis, rejeitou os protestos morais, classificando-os como explosões irracionais dos indivíduos. Já as teorias desenvolvidas com inspiração nos movimentos pela cidadania, por outro lado, resumiram os protestos a cálculos racionais.

Contrapondo-se a essas duas visões, ele afirma: ‘(...) somos criaturas tomadas de símbolos, com uma teia de significados em torno de nós mesmos. Nós proliferamos metáforas e linguagens para descrever o mundo; elaboramos teorias, hipóteses e previsões para satisfazer a nossa curiosidade (...)’. E, englobada nessa atividade cognitiva, encontram-se as emoções e as avaliações morais, a construção de heróis, vilões e bobos, a raiva, a inveja, a admiração e a indignação, acrescentando o autor:

Nós adicionamos camadas sobre camada, criando pensamentos sobre pensamentos anteriores, anexando novos valores morais aos existentes, trabalhando como se sentir sobre os nossos próprios sentimentos. Estamos conscientes da nossa consciência sobre os nossos sentimentos (...). Estamos constantemente aprendendo, revendo as nossas visualizações, nos adaptando à novas circunstâncias criadas, muitas vezes, por nós mesmos (JASPER, 1997).

Diante disso, o pesquisador alega que, da mesma forma que se constroem equipamentos para gerar dados científicos, as instituições promovem constantemente certas crenças morais e suprem outras, sendo, inclusive, a maioria das emoções dos indivíduos moldadas pelo entendimento e pela resposta daquilo que os cercam. Dessa mesma forma, os protestos também são construídos, uma vez que nenhum indivíduo ou grupo possui metas ou interesses que lhes são dados sem que ocorra uma prévia interpretação cultural.

Disso, decorre o fato de que, muitas vezes, os protestos ocorrem porque o sistema de significação dos indivíduos é colocado em cheque, criando-se vilões que, por sua vez, devem ser combatidos. Seria dessa criação de sentidos que os valores

morais se originariam, dando energia emocional para que os indivíduos busquem a transformação da sociedade, questões que serão analisadas no tópico seguinte.

2.5 AS DIMENSÕES SIMBÓLICAS, PERFORMÁTICAS E EMOCIONAIS

A partir da década de 1990, o silêncio que pairava a respeito das emoções foi quebrado por uma gama de estudiosos que as descreveram nos protestos, nos movimentos sociais e nos conflitos políticos. Ao longo dos anos, as emoções foram inadequadamente estudadas por diversas razões, dentre as quais menciona-se que o seu conceito foi utilizado para abranger uma série de entidades distintas, possuindo diferentes fontes e afetando as ações de diferentes formas (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004).

Somente na virada cultural ocorrida nas últimas décadas, nas ciências sociais, o caminho foi aberto para uma abordagem cultural às emoções, que se moldam de diferentes maneiras e de diferentes graus, do entendimento de cultura e de normas pré-estabelecidas. Atualmente, já não existe a necessidade de ligar as emoções aos conceitos biológicos lançados por Darwin, bem como não é preciso relacioná-la às relações-estruturais. O paradigma biológico tem pouca utilidade para os sociólogos, enquanto o paradigma das relações-estruturais são pouco interessantes à análise dos movimentos sociais, concentrando-se em posições de hierarquias sociais (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004).

Apesar dessas colocações, Jasper (1997) entende que as emoções podem ser analisadas utilizando-se as mesmas ferramentas teóricas e metodológicas empregadas na compreensão das crenças cognitivas e das visões morais. E compreender que as emoções fazem parte da cultura não significa negar a sua correlação fisiológica, como as atividades cognitivas, ou insistir que elas são construções puramente culturais. Dessa forma, entende-se que ela possui natureza ambivalente: fisiológica e cultural (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004).

Ativistas políticos usualmente utilizam as emoções de forma estratégica, demarcando suas características, tanto para os seus membros, quanto para os indivíduos que não compõem o movimento. Para realizar essa ação, esses atores dependem de regras culturais sobre como, quando e em qual local experimentar e expressar diferentes emoções, acionando “repertórios emocionais” para empregá-los em diferentes contextos (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004).

No que tange a sua trajetória, a análise das emoções e a perspectiva da psicologia social foram “manchadas” pelos teóricos das multidões e dos comportamentos coletivos, sendo que as teóricas que deram ênfase à racionalidade continuaram a negar o devido tratamento às emoções. A insatisfação com os teóricos anteriores permitiu a inserção da análise cultural dos movimentos sociais, apesar de suas limitações (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004).

O conceito de identidade coletiva, por exemplo, apesar da sua popularidade e da promessa de se chegar às emoções por intermédio da cultura, pecou ao defini-la como questões cognitivas. Dessa forma, as emoções somente foram reclamar o seu devido lugar nos trabalhos que as incorporaram para explicar os movimentos sociais e de como os organizadores desses movimentos agem, como o reforço da lealdade do grupo, o orgulho que é inspirado nele, a calma, etc (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004).

Assim, uma vez que as emoções são vistas, pelos autores aqui tratados, como realizações culturais, ao invés de respostas fisiológicas automáticas, eles sistematizam as emoções da seguinte forma:

a) emoções reflexas: ela corresponderia a seis classes: o modelo, a surpresa, a raiva, o nojo, a alegria e a tristeza. Surgiriam, aparentemente de forma repentina, sem um processo cognitivo consciente, uma vez que está ligada a mecanismos diferentes da cognição normal, operando mais rapidamente e envolvendo rotas neurológicas mais primitivas que permitem uma resposta rápida. Há evidências de que ela existe em todas as culturas, sendo conceituada como “emoções fora de controle”, pelos indivíduos, podendo causar ações irracionais. Ainda existe a necessidade de se tomar cuidado ao associar as emoções reflexas a respostas irracionais, uma vez que elas também podem tornar os indivíduos mais alertas, através do medo.

Ainda, Jasper (2016, p.100) informa que esses protestos de cunho moral e emocional também são afetados pelas mídias disponíveis para transmitir essas visões morais e emocionais, uma vez que isso irá determinar o seu público alvo. De acordo com o autor, nos últimos anos, tem-se visto uma expansão das possibilidades de se transmitir as opiniões dos indivíduos. Ativistas buscam espalhar suas ideias de forma ampla, no entanto, na maioria dos casos, para Jasper (2016, p.101), quanto maior o veículo de informação, menor o controle que se tem sobre a mensagem que se quer transmitir. Narra o autor:

Vimos que no século XIX surgiram movimentos sociais de todos os tipos, em parte porque o rápido crescimento das cidades facilitou a comunicação e os transportes. Em bairros operários super lotados, bater panelas pode levar multidões às ruas, para construir barricadas ou sair em passeata rumo aos quartéis de política. (...)

A comunicação também melhorou, especialmente com a invenção dos jornais baratos (e politicamente engajados). Insurgentes potenciais não precisavam mais ir a cafés para acompanhar eventos, sobretudo com a simultânea ampliação da alfabetização (...)

O alcance da mídia continuou a se expandir, com rádio e depois a televisão penetrando num número crescente de lares, locais de trabalho e praças por todo o mundo (JASPER, 2016, p.101)

Na sequência, a *internet* permitiu a transmissão e a difusão de mensagens a partir de canais menos centralizados e unidirecionados, sendo bastante utilizada nas manifestações da atualidade, que criam os seus próprios meios de circulação da informação, seja através de *blog*, *sites*, etc, que são baratos e ficam ao alcance de qualquer um (JASPER, 2016, p.103). Em vista dessa facilidade, movimentos podem se apropriar de temas que são de ordem privada para transformá-los numa questão de moralidade pública, difundida pelas redes, objetivando mobilizar participantes. No que diz respeito a isso:

Essas redes e organizações por vezes originam protestos mais visíveis em arenas públicas, especialmente quando um evento ou decisão atrai a atenção e atíça a imaginação. Essa é uma das razões pelas quais grandes protestos podem surgir tão rapidamente: já há uma infraestrutura para ajudar a mobilizar pessoas. Esta consiste não apenas numa lista de telefones ou *e-mails* (ou cartões de Natal, para os militantes cristão), mas também em padrões de confiança, respeito e afeição que envolvem as pessoas num nível emocional. Elas podem alimentar entre si a indignação, o ódio, a compaixão e outros sentimentos que acabarão servindo de apoio ao protesto público (JASPER, 2016, p.106).

A partir daí, surgem organizações em torno daquela demanda por parte dos chamados “empreendedores morais”, que são aqueles indivíduos que inventam novas estruturas e novas causas para atrair a atenção e a simpatia dos demais, visando levar à mobilização (JASPER, 2016, p.110). Tais esforços desses “empreendedores” poderão ser averiguados no capítulo seguinte, através da criação, no caso brasileiro, de inúmeros endereços *on-line* (perfil no *Facebook*, no *YouTube*, no *Twitter*, no *Instagram*, grupos no *Whatsapp*) para a propagação de uma ideia.

2.6 CONCLUSÃO

Baseando-se nas considerações elencadas anteriormente, percebeu-se que as teorias sobre os movimentos sociais e ações coletivas não são capazes de abarcar uma série de nuances dos protestos ocorridos no Brasil, bem como aqueles ocorridos noutras partes do globo. Em vista disso, diversos autores tentam elaborar novos horizontes teóricos capazes de preencherem essas lacunas, trazendo, por exemplo, para dentro da análise das ações coletivas, perspectivas de cunho moral e emocional. Estes, segundo Jasper, ocorrem há anos, mas foram ignoradas pela maioria dos teóricos.

Os apontamentos feitos por Jasper talvez sirvam para explicar alguns pontos levantados no primeiro capítulo desta investigação, como por exemplo, o protesto e a manifestação de indivíduos que não possuem tradição contestatória. Isso porque, apesar de aparentarem indiferença a respeito de uma série de questões de cunho político, tais indivíduos procuram canais alternativos para manifestarem-se sobre aquilo que de alguma forma os atingem, geralmente por intermédio da denúncia pública, tema que será abordado com maior profundidade no capítulo final desta dissertação.

Seguindo a sua linha de raciocínio, Jasper, da mesma forma que Bennett, afirma que os protestos feitos por indivíduos desvinculados de organizações não devem ser ignorados, pois esses indivíduos não deixam de expressar suas opiniões sobre uma série de questões existentes na sociedade. E, justamente a capacidade de moralizar determinadas situações, como é o caso das questões levantadas sobre a corrupção nos protestos brasileiros, é que tornaria o ato de protestar uma atividade satisfatória, o que explicaria a atuação de indivíduos tidos como privilegiados, ao invés de oprimidos, em protestos.

Para o autor aqui tratado, a questão da moralidade nos protestos tem íntima ligação com questões emocionais e que, juntas, são capazes de construir heróis e vilões, que devem ser defendidos ou combatidos, como poderá ser observado nos trechos extraídos das entrevistas trazidas no capítulo final deste trabalho. Ainda, importa saber que essas duas perspectivas teóricas são afetadas pelas redes sociais *on-line* e/ou novas mídias, uma vez que essas concepções morais e emocionais podem ser difundidas de forma mais ampla.

3 A AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE POSSÍVEIS DO PROTESTO SOCIAL

O capítulo final deste trabalho de pesquisa tem por escopo apresentar os dados coletados a partir das entrevistas realizadas pelos usuários da rede social *Facebook* e que curtem as páginas “Fora PT” e “Revoltados ON-LINE”. Dessa forma, estabeleceu-se uma relação com os capítulos teóricos apresentados ao longo desta investigação, no intuito de destrinchar o caráter de novidade dos protestos deflagrados via redes sociais. Além disso, apresentou-se novos conceitos, principalmente os abordados por Boltanski, a fim de dar conta das nuances observadas no material empírico desta pesquisa.

O debate teórico proposto anteriormente girou em torno da possibilidade de existirem novos repertórios de ação coletiva, em decorrência da utilização das redes sociais *on-line*. Apesar de ser uma questão nova aos que se dedicam aos estudos dos movimentos sociais, conforme se discutiu ao longo desta dissertação, há de se considerar que, com o advento da *internet*, ocorreram importantes mudanças na forma de se comunicar dos indivíduos e, tais transformações no campo das comunicações, trouxeram novos instrumentos para dentro das ações coletivas, conforme ressaltaram diversos autores apresentados neste trabalho de pesquisa.

Dessa forma, dando corpo ao capítulo terminal, apresenta-se, primeiramente o tópico “pesquisa empírica”. Nele, aponta-se os procedimentos adotados para a concretização das entrevistas, anotando as dificuldades para a realização das mesmas e os critérios de seleção dos doze entrevistados. E, subsequentemente, “o perfil do ativista “virtual” é desenhado, citando dados relacionados ao gênero do entrevistado, a idade, a escolaridade, as preferências políticas, a renda familiar, etc. Também, foi averiguada a relação dos entrevistados com as Novas Tecnologias de Informação, citando de que forma eles utilizam as redes digitais como fonte de informação, quantas horas costumam passar conectados à *internet* e outras informações elencadas neste capítulo.

Após o levantamento dessas informações, em “formas de engajamento”, buscou-se compreender como esses indivíduos utilizam as redes sociais para reivindicar, seja denunciando um acontecimento no mundo virtual ou através do compartilhamento e difusão de informações sobre temáticas que lhes são interessantes, averiguando-se, em seguida “as razões para a contestação”. Neste tópico, apurou-se as motivações apresentadas pelos entrevistados para contestar e

como eles fazem isso na atualidade. E, por fim, trabalhou-se com “as lógicas da contestação”, ou seja, averigou-se as lógicas empregadas pelos atores sociais contemporâneos para se engajarem politicamente em torno de uma causa.

3.1 PESQUISA EMPÍRICA

Conforme discorrido no primeiro capítulo desta investigação, optou-se pela análise das articulações ocorridas em torno da pauta “contra a corrupção” que, ganhando forças em junho de 2013, acirrando a disputa presidencial no ano de 2014, culminaram no afastamento da Presidente Dilma Rousseff no dia 12 de maio de 2016, um ano e quatro meses depois de assumir o seu segundo mandato, desencadeado pela abertura do processo de impeachment. A escolha da reivindicação em questão e as constantes e surpreendentes reviravoltas no cenário político nacional, tornaram o terreno desta pesquisa bastante movediço, razão pela qual serão delineados apenas alguns aspectos a respeito da utilização das redes sociais em protestos, sem a ambição de torná-los verdades absolutas.

Antes de adentrar no material empírico deste trabalho, importante se faz salientar algumas dificuldades e entraves para a sua elaboração, iniciando pela concretização das entrevistas. Isso porque, após a vitória da presidente Dilma Rousseff sobre o candidato Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2014 e a sua posse no dia 1º de janeiro de 2015, travou-se, utilizando-se da ideia de Fabio Malini, uma verdadeira “Guerra em Rede”, intensificada pelas inúmeras investigações feitas pela “Operação Lava Jato” e a divulgação da delação premiada de Delcídio do Amaral, além do vazamento de áudios de conversas telefônicas envolvendo a própria presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores.

As páginas selecionadas para se captar os entrevistados foram a “Fora PT⁵⁶” e a “Revoltados ON LINE⁵⁷”, que publicam constantemente qualquer notícia que corrobore com as suas reivindicações, principalmente se utilizam do argumento “contra a corrupção”, pregando uma “guerra do bem contra o mal⁵⁸”, além de se

56 <https://www.Facebook.com/FORA-PT-140140766087925/?fref=ts>

57 <https://www.Facebook.com/revoltadosonline/?fref=ts>

58 Sobre essa questão, cita-se o trecho da publicação do dia 30 de novembro de 2014: “Precisamos da sua ajuda financeira para continuarmos nesta GUERRA entre o BEM E O MAL... NÃO IREMOS DESISTIR DO NOSSO QUERIDO BRASIL Lembramos a todos que Revoltados ON LINE, não tem telhado de vidro, não tem nenhum conchavo com Partidos Políticos e nem com Políticos...Temos

dizerem apartidárias. Os entrevistados foram selecionados levando-se em consideração os seguintes critérios: comentar, curtir ou compartilhar qualquer conteúdo dessas páginas.

Tal critério foi adotado em razão das políticas de privacidade do próprio *Facebook*, que permitem que os seus usuários tenham o conteúdo que compartilham nos seus perfis pessoais visível apenas para as suas redes de amigos, limitando o acesso de desconhecidos ao material que publicam, desde postagens, fotografias, curtidas etc. Já, no caso das páginas, é possível averiguar as curtidas, os compartilhamentos e, principalmente, os comentários que lá são feitos, independentemente de uma relação de amizade virtual com os indivíduos que acessam essas páginas para comentar, curtir ou compartilhar os seus conteúdos. Ademais, por questões éticas, nenhuma pessoa adicionada ao *Facebook* desta pesquisadora foi entrevistada, por mais que realizassem uma daquelas três ações⁵⁹.

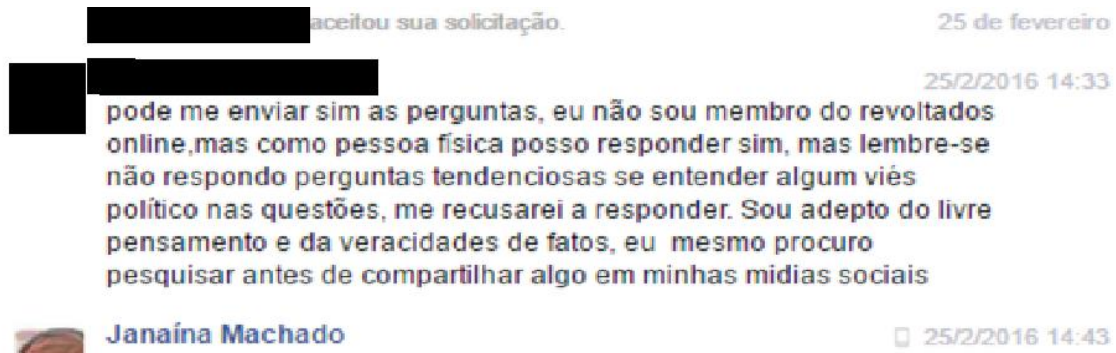
Desse modo, acessando as páginas “Fora PT” e “Revoltados ON LINE”, indivíduos que realizaram as ações “curtir, comentar ou compartilhar” foram contatados através de mensagens privadas explicando o teor desta pesquisa, sendo que cerca de 400 mensagens foram enviadas, iniciando-se aí as primeiras dificuldades: mensagens enviadas por aqueles que não constam na rede de amigos dos usuários do *Facebook* não são de pronto visualizadas, permitindo que eles as deletem sem ao menos conhecer os seus conteúdos.

Para que as mensagens enviadas por desconhecidos sejam acessadas, elas primeiramente precisam ser aceitas pelo receptor. Poucos potenciais entrevistados aceitaram visualizar a mensagem que explicava os termos desta investigação e, dentre eles, muitos se mostraram desconfiados e arredios com a temática deste trabalho, possivelmente pelo “clima” existente entre os favoráveis e os contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, conforme se percebe na mensagem abaixo:

apenas o COMPROMISSO de NÃO COMETERMOS MAIS A OMISSÃO DE DEIXARMOS ESSES BANDIDOS NO PODER DO NOSSO PAÍS” (Disponível em: <https://www.Facebook.com/revoltadosonline/photos/a.409209875772237.116268.144205978939296/1032922940067591/?type=3&theater>)

⁵⁹ Quando um indivíduo que possui conta no *Facebook* acessa alguma página de seu interesse ou não, é possível visualizar a pessoa da sua rede de amigos que curtiu a referida página.

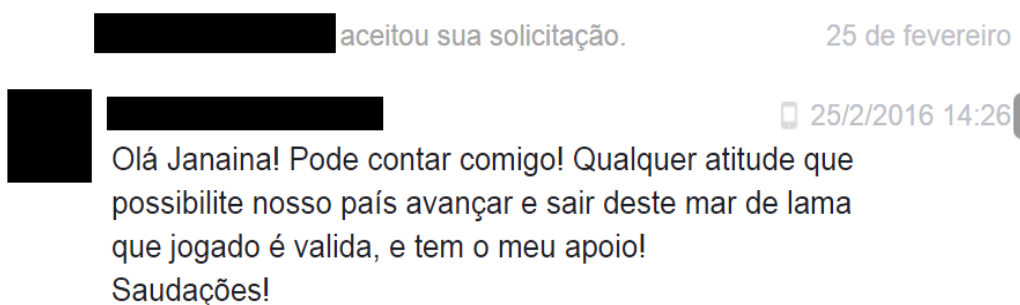
Figura 1 - *Print screen* realizado da caixa de mensagens do *Facebook* da entrevistadora



Fonte: pesquisa

Também, alguns indivíduos, ao tomar conhecimento de que esta pesquisa estava sendo desenvolvida junto a um Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, negaram as suas participações nas entrevistas. Apesar de não se saber ao certo o motivo, acredita-se que falar em ciências sociais ou sociologia faz com que algumas pessoas associem imediatamente essas áreas de conhecimento às ideologias esquerdistas. Além disso, mesmo aos que aceitaram ser entrevistados, foi necessário explicar que esta pesquisa não estava sendo realizada no intuito de posicionar-se “contrária ou favorável” à corrupção, nem de ajudar os indivíduos que pretendem “varrer os corruptos do país”, conforme é possível de se verificar nas tratativas anteriores as das entrevistas:

Figura 2 - *Print screen* realizado da caixa de mensagens do *Facebook* da entrevistadora



Fonte: pesquisa

Ainda, durante a realização delas, ao se perceber que o entrevistado estava relutante para desenvolver as suas respostas, optou-se por não insistir nelas, buscando o seu desenvolvimento em perguntas posteriores, conforme ele se sentisse mais à vontade. Também, outra interessante constatação foi a de que muitos entrevistados não queriam responder as perguntas que lhes eram feitas antes de saber a opinião da entrevistadora sobre elas, sendo necessário muito tato para não adentrar no “jogo” proposto pelo entrevistado e causar algum tipo de constrangimento que colocasse em risco o andamento da entrevista.

Outra limitação para a realização das entrevistas deveu-se ao fato de que muitas pessoas contatadas não sabiam conversar por voz e/ou vídeo via *Facebook*, razão pela qual, para a obtenção de um número mínimo de entrevistados, duas entrevistas foram realizadas de forma escrita no *messenger* e uma foi feita por conversa via *e-mail*. Para a realização das demais, marcou-se um horário de preferência do entrevistado e fez-se, com base no “Roteiro das entrevistas” (anexo II), as perguntas, logo após o envio dos “Dados pessoais dos entrevistados” (anexo I). Este último visava a averiguar questões como situação econômica, faixa etária e escolaridade do entrevistado, enquanto aquele tinha por objetivo desvendar a participação do entrevistado em protesto, o uso que faziam das redes sociais neles e as suas preferências políticas.

A utilização concomitante do “Roteiro das entrevistas” e dos “Dados pessoais dos entrevistados” também trouxe dificuldades para o desenvolvimento deste trabalho. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, as entrevistas eram realizadas após o preenchimento dos “Dados pessoais dos entrevistados”, situação que possibilitou que muitos cumprissem a primeira etapa, mas após, mesmo combinando horário para a realização da segunda etapa (conversa com base no “Roteiro das entrevistas”), não a cumpriam.

Feitas essas considerações a respeito dos entraves e dificuldades para a realização das entrevistas, o tópico seguinte abordará o perfil dos indivíduos que se classificam como contrários à corrupção, utilizando as redes sociais para chamarem a atenção para essa temática.

3.1.1 Perfil do ativista “virtual”

Antes de adentrar propriamente no perfil do ativista virtual, traçado com base nas entrevistas, relevante se faz abordar a descrição das páginas curtidas por eles, quais sejam, “Fora PT” e “Revoltados ON LINE”. Outro ponto importante a ser mencionado é que o simples fato de alguém curtir uma determinada página não significa que concorde com o conteúdo que nela é compartilhado, conforme se depreendeu das interlocuções, uma vez que muitos entrevistados afirmaram que curtiam uma ou outra página apenas para acompanhar o que o seu “adversário” compartilhava ou até mesmo para “retrucar” postagens de opositores políticos. Iniciando com a página “Fora PT”, a qual contém até o presente momento 480.782 curtidas, verifica-se que os seus administradores ocultos⁶⁰ a classificaram como sendo uma “Organização Política”, descrevendo-a como contrária aos partidos PT, PSOL, PMDB, PTB, PCB, PDT, à CUT, ao MST e à UNE, além de ideologias de esquerda, lá qualificadas como “porcarias”, tais como o comunismo e o socialismo, conforme se vislumbra:

Vamos dar uma basta a toda essa podridão, vamos mostrar para esses cães sedentos de dinheiro do PT, PSOL, CUT, MST, PMDB, PTB, UNE, PCdoB, PCB, PDT, e outras porcarias Comunistas e socialistas, a verdadeira face dessa Ditadura.

Ainda, a página aqui tratada alega que possui a “missão” de mostrar aos demais “um grande mal que ameaça a humanidade”, que seria o socialismo e o comunismo, por serem formas de governo que controlariam os indivíduos e, às custas deles, viveriam em “alto luxo”. As postagens contidas nessa página, em sua grande maioria, propõem-se a atacar o Partido dos Trabalhadores e os partidos classificados como de esquerda, as ideias feministas, as questões raciais, o “marxismo cultural” e os indivíduos que defendam essas pautas, além de exaltar o político Jair Bolsonaro em inúmeras de suas postagens.

Já a página “Revoltados ON LINE”, fundada no dia 1º de agosto de 2010, conta atualmente com cerca de 1.719.431 curtidas e, na mesma linha da página “Fora PT”, classifica-se como uma organização de iniciativa popular de combate “aos corruPTos

⁶⁰ Os proprietários e/ ou administradores das páginas podem ser visíveis ou não para os demais internautas, a depender das configurações de privacidades adotadas por eles.

do poder”, dando destaque em laranja para a sigla do Partido dos Trabalhadores na palavra corruptos, fazendo o uso de outras mídias *on-line* para a divulgação de suas ideias, tais como: 1- <http://revoltadosonline.blogpost.com>; 2- <http://twitter.com/revoltadoonline>; 3- <http://www.youtube.com/user/revoltadosonline>; 4- <http://www.flickr.com/people/revoltadosonline>; 5- <http://www.mix.com/revoltadosonline/revoltadosonline>; 6- <http://proart.com.br>.

Dos seus administradores conhecidos, citam-se Marcelo Reis, de São Paulo, e Beatriz Kicis, de Brasília. Ainda, essa página descreve-se como “uma tentativa do ser humano de fazer valer o seu valor, contra tudo aquilo que o humilha”, elegendo como meta “fazer o bem sem ver a quem” e como objetivo “humanizar a comunicação do bem, trazendo você o mais próximo da realidade”. Entretanto, em vista das postagens presentes nessa página, pode-se, inicialmente, constatar que os “beneficiados do bem” que ela prega não incluem aqueles que se opõem às suas postagens ou aqueles que pertençam a partidos considerados “inimigos”, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, da Presidente Dilma Rousseff e do Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, tratados como “bandidos” mercedores do “mal”, pelos administradores e pelos “discípulos” dessa “organização”.

Conforme mencionado anteriormente, uma vez que indivíduos com ideias contrárias a uma determinada página não estão isentos de curti-la, esta análise não se aterá especificamente ao conteúdo das páginas mencionadas, centrando esforços nas alegações dos entrevistados, na tentativa de levantar os seus diferentes perfis, visões de mundo e suas uniões em torno de uma pauta comum contrária à corrupção que, disseminada via redes sociais com maior afinco a partir de junho de 2013, ganhou maiores proporções.

No total, foram doze entrevistas realizadas, iniciadas em novembro de 2015 e finalizadas em abril de 2016. Dentre esses entrevistados, nove eram homens e três eram mulheres, de diferentes faixas etárias, escolaridades e regiões, conforme relatado na sequência:

Entrevistado 1: Entrevistado do gênero masculino residente da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, possuía à época da entrevista 62 anos de idade. Segundo informou, é auxiliar contábil, ecumênico, possui ensino médio completo e renda familiar entre 2 a 3 salários mínimos. É casado, possui 2 filhos, casa própria, na qual reside com os filhos e a esposa, tendo apenas um computador na residência. Tem acesso à *internet* na sua residência e no seu trabalho, mas não utiliza a *internet* a

partir de celular ou *smartphone*. Alegou que costuma passar em torno de 2 horas na *internet*, sendo 30 minutos delas nas redes sociais. Afirmou que sua principal fonte de informação é o jornal e que possui conta apenas no *Facebook*. Durante a entrevista, afirmou de forma incisiva que não confia em partidos políticos, fazendo questão de destacar que nunca foi filiado a nenhum partido e de que nunca participou de nenhum tipo de coletivo, ONG, etc, participando apenas de movimento sindical e de greves. Entende que não há como distinguir partidos de esquerda e de direita, pois são todos a “mesma coisa”, também acrescentou que curte as páginas “Canal do Otário”, “Revoltados ON-LINE” e a página da Revista IstoÉ, a qual considera idêntica à Veja. Após as perguntas, queria saber a opinião da entrevistadora para depois dar a sua.

Entrevistada 2: Entrevistada do gênero feminino, residente da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Possuía 19 anos de idade à época da entrevista, ensino médio completo, classificando-se como estudante e de religião protestante, porém não praticante. É solteira, não tinha filhos, residindo com mais 3 pessoas num apartamento próprio de sua família. Sua renda familiar é de 2 a 3 salários, sendo que na casa há um *notebook* e um computador. Conforme informa, acessa as redes sociais em casa e durante as aulas com muita frequência, utilizando o jornal e as redes sociais como a sua principal fonte de informação. As redes nas quais possui conta são *Facebook* e *instagram*. Informou não acreditar em partidos políticos, além de nunca ter participado de protestos de rua, apenas compartilhando informações no *Facebook* sobre questões políticas. Julga-se de centro direita, sendo que as páginas que mais curte no *Facebook* são “Revoltados ON-LINE,” “FORA PT”, “Movimento Brasil Livre”, “Movimento Contra a Corrupção”, “Ter opinião não é crime”, “Faca na Caveira” e a página do político “Jair Bolsonaro”.

Entrevistado 3: Entrevistado do gênero masculino, natural da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, solteiro em sem filhos. Possuía 32 anos à época das entrevistas, advogado com pós-graduação e católico. Reside em casa própria com mais duas pessoas, sendo a renda familiar de 5 a 10 salário mínimos. Possui dois computadores e tem acesso à *internet* inclusive no horário de trabalho. Também acessa a *internet* a partir de *smartphone*, chegando a ficar 16 horas conectado, passando o “o dia inteiro nas redes sociais”. Segundo ele, tudo é fonte de informação, possuindo contas no *Facebook*, *Instagram*, *Snapachat* e *Twitter*. Da mesma forma que os entrevistados anteriores, afirma não confiar em partidos políticos. Também, informou que nunca participou de protestos de rua, apenas engajando-se via redes

sociais para “alertar” os seus conhecidos sobre as informações falsas que circulam nas redes, produzidas principalmente, segundo ele, por parte do Partido dos Trabalhadores, que colocou a população em guerra. Considera-se de direita e curte páginas ligadas ao “conservadorismo” e tem como ídolo o filósofo Olavo de Carvalho, além de exaltar o político Jair Bolsonaro.

Entrevistado 4: Entrevistado do gênero masculino, residente da cidade de Recife, no Estado de Pernambuco e faixa etária entre 20 a 30 anos de idade. Conforme preenchimento dos dados pessoais, é evangélico, possui ensino superior incompleto e atua como técnico em informática. Possui casa própria e um filho. Reside sozinho na casa, pois é divorciado. Sua renda familiar é de 3 a 5 salários mínimos. Tem três computadores em casa (computador/ notebook), sendo que passa em torno de 20 horas conectado e entra nas redes sociais, mais especificamente no *Facebook*, todos os dias, as quais são a sua principal fonte de informação, acessando inclusive no local de trabalho e através de *smarphones*. Não confia em partidos políticos, não participa de protestos de ruas, mas passou a compartilhar nas suas redes sociais, após julho de 2013, temas ligados à corrupção e à política nacional para que as pessoas do seu *Facebook* possam ficar a par do que está acontecendo. Alegou que curte todas as páginas que possuam uma linha semelhante com a sua, conforme cita: “o fuxico”, “Silas Malafaia”, “PSB Nacional”, “Democratas 25”, “Romário Faria”, “Ministério da Justiça”, “Rachel Sheherezade”, “Eduardo Cunha”, “Marina Silva”, “Diário de Pernambuco”, “Correio do Poder”, “Bolsonaro”, “Fora PT”, “Partido anti-PT”, “Giovani Santoro”. Esta última página, segundo informou, é de um delegado da Polícia Federal de Recife que sempre faz postagem contra o governo. Quando questionado sobre suas preferências políticas, classificou-se como “mais para a direita”.

Entrevistado 5: Entrevistado do gênero masculino, residente da cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul, possuía 54 anos à época das entrevistas. Com relação a sua escolaridade, o entrevistado possui ensino superior incompleto, tem casa própria, na qual reside com a esposa e seus dois filhos, sendo a renda da família entre 2 a 3 salários mínimos. É funcionário público e católico não praticante. Acessa a *internet* em casa, na qual tem três *notebooks*. No trabalho também tem acesso à *internet*, mas não entra nas redes sociais. Não usa *internet* no celular e costuma ficar conectado em torno de 4 horas, sendo que acessa as redes sociais todos os dias, mais especificamente o *Facebook*, que é a única rede em que possui conta. Afirmou nunca ter sido filiado a nenhum partido político e muito menos confiar neles. Conforme

alegou, acredita que “a maioria dos políticos só pensam neles e têm a política como profissão”. Passou a participar de protestos de rua para pedir o *impeachment* de Dilma Rousseff, em razão da “roubalheira do PT”. Segundo informa, entende que as informações disponibilizadas nas redes sociais são mais confiáveis do que aquelas veiculadas em revistas, que perdem a credibilidade por serem financiadas com verbas governamentais. Curte a página “Revoltados ON-LINE”, “Consciência patriótica”, “Bolsonaro”, “Olavo de Carvalho”, etc, as quais utiliza para se informar politicamente. Afirma que já foi eleitor do PT e que se ser contra o PT é ser de direita, então é de direita.

Entrevistado 6: Entrevistado do gênero masculino, residente de Guarulhos, São Paulo, com 27 anos de idade à época das entrevistas. Possui ensino médio completo e trabalha com publicidade, sendo a sua renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. Solteiro, cristão e sem filhos, reside em uma casa própria com mais 3 pessoas, na qual há um *notebook* e um computador. Possui acesso à *internet* a partir de sua residência e também no trabalho, além de acessá-la via *smartphone*. Ainda, complementou que costuma ficar conectado em torno de 6 horas, sendo que frequenta as redes sociais todos os dias, considerando estas, juntamente com os jornais, as suas principais fontes de informações. Possui contas no *instagram* e no *Facebook*. É filiado ao PSB e já foi filiado ao PSC. Acredita que todos dependem da política direta ou indiretamente. Começou a participar de protestos em junho de 2013, em razão do aumento das passagens de ônibus e depois passou a participar de protestos de rua contra a Dilma Rousseff e das causas favoráveis ao “Fora PT”. Costuma convidar todos os seus amigos para participarem de protestos e faz inúmeras publicações contendo o seu pensamento sobre a política nacional, sendo que possui quatro perfis no *Facebook* para denúncias políticas. Atualmente se considera de direita, pois é contra o PT e curte páginas do “PSB”, “PSC”, “Guarulhos livre”, “Movimento Contra a corrupção”, etc.

Entrevistada 7: Entrevistada do gênero feminino, residente de Fortaleza, Ceará. Possuía 19 anos de idade quando concedeu a entrevista, sendo solteira e sem filhos. Ensino médio completo, não tem religião, não trabalha e reside com mais de quatro pessoas num apartamento alugado, sendo sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Na casa há 4 *notebooks*, na qual é possível acessar à *internet*, sendo que também se conecta a partir de seu *smartphone*, gastando em torno de 4 horas na *internet* e entrando nas redes sociais todos os dias. Essas últimas são a sua principal

fonte de informação. Tem contas no *Facebook* e no *instagram*. Não confia em partidos políticos e participou de protestos de rua a partir de 2013, contra o Partido dos Trabalhadores e contra a corrupção. Considera-se de direita e curte as páginas do político “Jair Bolsonaro”, a “Fora PT”, etc.

Entrevistado 8: Entrevistado do gênero masculino que atuava através de uma página que criou, que utilizava para comentar as páginas selecionadas neste trabalho para se captar os entrevistados. Alegou que preferia não revelar sua verdadeira identidade para evitar perseguição. É de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, possui faixa etária entre 30 a 40 anos de idade e ensino superior completo em administração de empresas. Trabalha com consultoria e assessoria e é da religião evangélica. Casado, possui um filho e casa própria, na qual residem mais de 4 pessoas. Aponta que sua renda familiar está entre 10 a 20 salários mínimos e que possui 1 computador e 2 *notebooks*. Há acesso à *internet* na sua residência e acessa as redes sociais diariamente, pois fazem parte das suas atividades profissionais. Conecta-se a partir de *smarphones* e costuma ficar em torno de 5 horas na *internet*. Suas principais fontes de informações são os livros e as redes sociais, possuindo contas no *Facebook*, *Snapchat*, *Twitter*, *google+* e *youtube*. Não acredita em partidos políticos e já participou do *Greenpeace*, do qual se desvinculou após “ampliar o seu conhecimento”. Começou a participar de protestos a partir de 2013, no intuito de manifestar o seu descontentamento com o governo da época e contra o comunismo e os líderes de Foro de São Paulo. Julga-se de centro direita e curte as páginas do “Olavo de Carvalho”, “Jair Bolsonaro”, “Felipe Moura Brasil”, “Ronaldo Caiado”, “Revoltados ON-LINE”, “Guarulhos Direita Conservadora”, “Rachel Sheherazade”, etc.

Entrevistado 9: Entrevistado do gênero masculino, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com 46 anos de idade na época da entrevista. Possui ensino superior completo e trabalha como operador de logística, sendo católico não praticante. É solteiro, não possui filhos, residindo em casa própria com mais 4 pessoas, sendo a renda familiar entre 2 a 3 salários mínimos. Na casa há 1 computador e 1 *notebook*, sendo que se conecta à *internet* a partir de sua casa e também no trabalho, além de acessá-la pelo *smarphone*. Passa em torno de 8 horas na *internet* e frequenta as redes sociais uma vez ao dia. Sua principal fonte de informação é o jornal e tem conta no *Facebook*, *linkedin* e *Whatsapp*. É apartidário e não confia em nenhum partido político. Mostrou-se decepcionado com o Partido dos

Trabalhadores e começou a participar de protestos a partir de 2014 contra o partido mencionado. Não se considera nem de direita e nem de esquerda e curte a página do “Revoltados ON-LINE” e páginas da Revista “Veja”. Confia na FIESP.

Entrevistado 10: Entrevistado do gênero masculino, da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. Quando concedeu a entrevista tinha 44 anos de idade. Tem ensino superior incompleto e é vendedor e gerente de loja. Alegou ser, concomitantemente, católico e mórmon. É casado, tem um filho e reside com ele e a esposa num apartamento próprio, sendo a renda familiar entre 2 a 3 salários mínimos. Possui dois computadores na sua residência e conecta-se na *internet* em todos os lugares, tanto em sua casa, quanto no trabalho, por *notebook* e pelo *smarphone*. Passa em torno de 3 horas na *internet*, sendo a sua principal fonte de informação jornal, revista e redes sociais, além do *google*. Tem conta no *YouTube* e *Linkedin*. Será candidato a vereador pelo PTdoB e questionou se poderia passar as perguntas utilizadas na entrevista para uma entrevista que daria num shopping center. Passou a participar de protestos a partir de junho de 2013, contra o aumento das passagens e seguiu participando de protestos contra o Partido dos Trabalhadores, devido à corrupção. Possui quatro perfis no *Facebook*, o qual utiliza para atacar o PT e combater a corrupção. Considera-se de Direita e curte a página “Revoltados ON-LINE”, “Fora PT” e outras. Acredita que há um plano dos petistas junto com os Iluminattis para dominarem o Brasil.

Entrevistada 11: Entrevistada do gênero feminino, possui de 30 a 40 anos e reside em Vitória, Espírito Santo. Possui ensino superior incompleto, é modelista e costureira e de religião cristã. É divorciada, sem filhos e reside em casa que está numa categoria diferente da alugada e da própria, sendo sua renda familiar de 2 a 3 salários mínimos. Em sua residência há 3 *notebooks*, com acesso à *internet*. Também tem acesso à *internet* no seu local de trabalho, além de acessá-la a partir de *smarphones*. Passa 24 horas conectada à *internet*, verificando as redes sociais várias vezes ao longo do dia, considerando a *internet*, juntamente com os livros, suas principais fontes de informações. Possui contas no *instagram*, no *Facebook*, no *twitter* e no *TheRealTalk*. Não confia nos partidos políticos atuais e não se identifica com nenhum deles, pois eles teriam bases socialistas. Já participou de protestos de rua na década de 1990 e depois passou a participar no ano de 2015 contra a Presidente Dilma Rousseff. Entende que os brasileiros acordaram para o que vinha ocorrendo no país a partir de junho de 2013, mas que a maioria acordou para “um lado errado”. Convidou

seus amigos para participar dos protestos anti-PT e confia muito nos escritos do Professor Olavo de Carvalho. Também, considera-se de direita, pois é favorável ao livre mercado e defende os direitos individuais e coloca o patriotismo e os valores religiosos e culturais acima de qualquer projeto de reforma da sociedade. Curte as páginas de Olavo de Carvalho, “Garotas Direitas”, etc.

Entrevistado 12: Entrevistado do gênero masculino, residente em Brasília, Distrito Federal. Possui de 30 a 40 anos de idade e superior completo em administração. É funcionário público militar, católico, casado e sem filhos. Reside em apartamento com situação diferente da própria e da alugada, juntamente com a esposa, possuindo renda familiar entre 3 a 5 salários mínimos. Possui um *notebook*, além de *tablet* e *smartphone*, com acesso à *internet* em casa e no trabalho. Costuma passar menos de uma hora na *internet* e acessa as redes sociais todos os dias. Sua principal fonte de informação é o jornal e possui conta no *Facebook* e no *Whatsapp*. Informou que nunca foi filiado a nenhum partido político e nunca fez parte de nenhum tipo de organização, além de não confiar em partidos políticos. Informa que apenas confia em duas instituições: Polícia Federal e Ministério Público. Com relação aos protestos de junho de 2013, afirmou que publicou no *Facebook* sua total aversão aos protestos, por serem por R\$0,20 centavos. Usa as redes sociais para defender os valores da família, da pátria, da fé, da vida e da propriedade. Ainda, o entrevistado alega ser de direita e entende que no Brasil não há partido político de direita ou de esquerda. Curte páginas voltadas à exegese da doutrina católica, etc.

3.2 AS FORMAS DE ENGAJAMENTO

Conforme delineado no primeiro capítulo desta investigação, os protestos ocorridos em diversas cidades brasileiras, principalmente a partir do ano de 2013 e os seguintes, com a temática anticorrupção, impuseram um desafio para se compreender a ação coletiva contemporânea e a forma como diferentes sujeitos, de diferentes localidades, engajam-se em torno de uma reivindicação comum, porém, de forma horizontal, personalizada e individual, via redes sociais digitais. Essas características estiveram presentes nos recentes protestos brasileiros e nos protestos ocorridos noutros países, como no movimento 15M, ocorrido na Espanha, na Primavera Árabe, no movimento *Occupy Wall Street*, desencadeado nos Estados Unidos, etc.

Araújo, Penteado e Santos (2015, p.1598) afirmam que a intensificação do uso das tecnologias abriu novas possibilidades para que a sociedade civil ampliasse a sua participação ativa na vida pública, além de ter aumentado a capacidade de mobilização e de articulação dos indivíduos, permitindo um maior envolvimento entre os atores sociais. Segundo os autores, também houve uma transformação na produção de informação e na disputa pela formação da opinião, uma vez que deixaram de ser unidirecionadas e verticais, modelo até então adotado pela mídia tradicional, para serem multidirecionais e horizontais.

Incorporados àqueles que Cardon denomina, no primeiro capítulo deste trabalho, de otimistas com relação ao uso das novas tecnologias, Araújo, Penteado e Santos (2015, p.160) acreditam que a aparição de novos espaços virtuais, abrangendo as demandas políticas da sociedade, desencadearam um cenário de crise representativa com a incorporação das novas tecnologias digitais, mas que estas possibilitaram novas formas de participação. A respeito disso, eles mencionam que já existem trabalhos refletindo a respeito da democracia representativa e de seus entraves de legitimação e de funcionamento, já que os cidadãos, de fato, apenas participam em períodos eleitorais, fazendo com que a democracia representativa exista unicamente como participação eleitoral, já que outras formas de participação são limitadas.

Da mesma forma, Rosemary Segurado (2015, p.1674) entende que haveria uma crise da forma representativa⁶¹, característica das democracias modernas, tendo em seu núcleo o distanciamento entre representantes e representados. Tais desconfiças e descontentamentos com a política de maneira geral, foram constatados quase que na totalidade das entrevistas, com exceção do “Entrevistado 6” que menciona o seguinte:

Eu já fui filiado a um partido e hoje eu sou filiado a outro, no caso o PSB. Antes eu era filiado ao PSC. Eu acredito que todos nós dependemos da política direta ou indiretamente. Então, eu acredito que a melhor forma de eu reivindicar alguma coisa, de eu expor a minha ideia e contribuir, eu acredito que é participando assim da política. Não tem como eu dar a opinião sobre algum fato, se eu não estiver envolvido e, por isso, eu procuro acreditar em algum partido. Lógico que se eu vejo que a ideologia não condiz com as ações do partido, eu procuro estar saindo. Esse é o segundo partido que eu faço parte e, se for o caso de eu ver que ele não tem as ideologias que eu tenho, eu vou procurar outro (Entrevistado 6).

61 Também apontada por diversos autores no primeiro capítulo deste trabalho, como Castells, Scherer-Warrer, Gohn, Perusso, etc.

Além do entrevistado citado acima, o “Entrevistado 10” alegou não confiar em partidos políticos, porém se lançou como candidato a vereador para “tentar mudar alguma coisa”. Esse entrevistado, assim como outros, demonstrou se sentir “traído” pela “roubalheira do PT”, partido no qual confiava, mas que se mostrou “idêntico aos demais”. Os outros entrevistados manifestaram opinião semelhante ao que foi exprimido pelo “Entrevistado 4”, com relação aos partidos políticos e aos políticos, qual seja:

Não confio porque eu não acredito e não acredito porque eu não confio. Não acredito que eles vão fazer algo. Acho que não tem pra onde correr, tudo é a mesma coisa pra mim e por mais que eles falam que vai fazer isso e aquilo. A política do Brasil está corrompida desde a colonização. No meu ver não tem pra onde correr não. Eu acredito que pode haver melhora porque o Brasil é grande, mas tá difícil essa melhora acontecer (Entrevistado 4).

A deslegitimação dos meios tradicionais de engajamento político e a facilidade de expressão da opinião, configurada pelas novas tecnologias, permitiram que esses indivíduos, até então sem tradição contestatória, recorressem a esses novos meios para engajarem-se politicamente, sem a necessidade de intermediários. Esses indivíduos, segundo análise das entrevistas, utilizam-se de seus perfis pessoais para lançarem ideias nas redes, no intuito de angariar mais seguidores para aquela causa. Conforme averiguado, a maioria dos entrevistados nunca foi filiada a partidos políticos, não se envolveu em nenhuma causa anterior a da corrupção, seja ela de cunho social ou político, nem via redes sociais digitais. No entanto, após o crescente clamor “contra a corrupção”, vários desses indivíduos sentiram-se obrigados “a frear a roubalheira do PT”, seja participando de protestos na via pública, seja compartilhando informações no *Facebook* para que as suas redes de amigos ficassem “a par do que está acontecendo no país” e pudessem aderir a essa causa que os “indigna”. Situação essa que é descrita por Jasper no segundo capítulo desta pesquisa, quando há a ocorrência de um evento ou decisão que desperta a população que, no caso em questão, seria a revolta contra a corrupção, alimentando uma rede de indignados, desenbocando na questão da moralização dos protestos.

Quando questionados a respeito da utilização das redes sociais como meio de engajar-se politicamente, apesar de alguns fazerem ressalvas, onze dos doze entrevistados, mostraram-se bastante otimistas, com exceção do “Entrevistado 1”, que indicou ter participado de greves dos metalúrgicos nos anos de 1970 e o máximo que

recebeu foi “cassetete e spray de pimenta na cara”. Também, esse entrevistado não acredita no poder transformador das redes sociais, justamente em razão da autonomia que ela dá aos indivíduos, conforme assinalado abaixo:

Mudou muito pouco, os protestos estão sendo abaixo de panelaço, de protesto na rua e acho que não vai mudar muita coisa. As redes sociais, ao invés de fazer essas convocações nas redes sociais, se Lula, quando começou as suas manifestações, se todos os brasileiros fizessem com eu fiz, desligassem a sua TV, porque as emissoras têm um gráfico que mostra quantas pessoas estão assistindo, aí ele ia começar a se preocupar, e a TV falaria a sua audiência foi de meio por cento. As redes sociais, ao invés de chamar convocações, deveria levantar o nome dos políticos, ver o que está fazendo e postar sem parar. E tentar descobrir os menos piores, quem vota a favor de determinadas obras, que querem melhorar a nação. São poucos. Votar nessas pessoas maciçamente. Essa é a única forma do Brasil mudar. Essas manifestações de ruas, caminhadas não adiantam muito não. O pessoal brigou muito por causa do aumento de passagem de ônibus, 0,30 centavos. Agora roubo de bilhões o pessoal não manifesta. **A rede é livre, todo mundo fala o que quer, deu voz pra todo mundo, tem que ter cuidado com o que você lê, com o que divulga e com o que você propaga. Tem muita porcaria** (Entrevistado 1, *grifo nosso*).

Da mesma forma que o “Entrevistado 1”, a “Entrevistada 7”, acredita que as redes sociais deram maior liberdade para que os indivíduos expressassem os seus pensamentos. No entanto, chamou a atenção para o fato de que “qualquer um fala o que quer nas redes”. Seguindo essa linha, o “Entrevistado 12” entende que as redes sociais propiciaram a aquisição de maiores informações por parte dos indivíduos, porém sem levá-los a pensar sobre elas, em decorrência da quantidade de notícias que eles recebem a todo o instante. Já os demais entrevistados depositaram um elevado grau de confiança nas redes, acreditando que ela é uma forma de se desvencilhar dos meios tradicionais de se obter a informação, segundo demonstra a compilação dos trechos a seguir:

a) O *Facebook* dá total liberdade. O problema é que sempre vai vir algo ou alguém pra te retrucar. Ele te dá essa liberdade, mas você tem que se preparar para ser retrucada. **Qualquer pessoa pode ser ouvida. Qualquer pessoa pode ver e ouvir. Algumas vão concordar outras não. O Smith Hays, que eu curto, começou assim. Ele dava a sua opinião do Facebook e as pessoas concordavam, como eu concordei, e compartilhavam.** As pessoas que também não concordavam compartilhavam em meio de ódio. **O Facebook hoje é o meio mais apropriado para se encontrar pessoas e unir pessoas porque elas vão compartilhando.** O *Facebook* é mais prático. Na época do Collor, eu não sei como as pessoas conseguiram concordar. Se fosse hoje, eu acho que seria mais fácil e teria ido mais gente ainda. **O Brasil todo fica sabendo porque todo mundo tem internet. Junta a revolta de todo mundo.** No meu Estado tem a questão da saúde que aqui no meu Estado tá muito precária, muito ruim, os salários estão atrasados, eles não

tem materiais para trabalho. É todas as revoltas, Estadual, Federal que se junta numa só causa (Entrevistada 2, *grifo nosso*).

b) É uma forma de não depender das mídias tradicionais que desinformam (Entrevistado 3).

c) **Com o avanço da tecnologia e conseqüentemente a popularidade das redes sociais, nos dias de hoje, permitem sim a gente se manifestar, mostrar e divulgar nossos pensamentos, sejam eles quais forem.** Principalmente, nos manifestar a respeito do governo maldito que temos hoje. Isso é muito bom porque não dependemos de nenhum outro veículo de comunicação pra censurar nossas ideias. **A internet, como o Facebook, por exemplo, nos dá essa liberdade de democracia que não temos em nenhum outro lugar aqui no Brasil** (Entrevistado 4, *grifo nosso*).

d) **Acredito que com o uso das redes sociais aconteceu uma revolução em termos de comunicação entre milhares de pessoas e de forma livre, cada um expressando o que pensa e compartilhando informações instantaneamente, e isso é muito importante para que exista uma conscientização real do que de fato está acontecendo no país.** Essa consciência nacional, a maneira de pensar e de interpretar os fatos sempre vinha empacotada e era imposta pela grande mídia, principalmente jornais e televisão e, com as redes sociais, isso está acabando! Claro que a manifestação na rua é mais importante porque dá mais visibilidade, **mas penso que a manifestação nas redes sociais é muito importante porque isso acabou com a hegemonia da esquerda em protestar, o cidadão comum que nem possui lado, espontaneamente começou a se manifestar e a ter voz também nas ruas.** As pessoas perceberam que agora possuem uma ferramenta para opinarem e desabafarem o que pensam, a *internet* e as redes sociais estão acordando as pessoas sobre a realidade política do país! A manifestação e o protesto mesmo que virtual é importante porque cria ou mostra uma consciência nacional mais verdadeira porque ela é a soma do que milhões de pessoas pensam! (Entrevistado 5, *grifo nosso*).

e) *A internet*, quando bem usada, é fundamental. **Hoje em dia você tem condições de expor a nível mundial um problema exclusivo seu.** Antigamente, pra você conseguir isso era muito difícil. Que nem a gente aqui mesmo: **a gente conseguiu através de manifestação no face, a pessoa faz um vídeo, põe no perfil dela e autoridades viram e o problema foi resolvido** (Entrevistado 6, *grifo nosso*).

f) De um modo geral Brasileiros de todas as classes sociais passaram a dar mais atenção à política. A popularidade da Dilma atingiu o pior índice da história democrática do país. O atual governo não desfruta de uma sociedade pacificada como FHC e Lula desfrutaram. Mesmo o governo trabalhando em diversas frentes para impedir o avanço das investigações sobre corrupção, como através da MP da leniência e ações políticas não oficiais, graças ao apoio popular e manifestações de rua e nas redes sociais as operações da PF coordenadas pelo MP e pelo Juiz Sergio Moro, na primeira instância, tem conseguido avanços significativos no combate ao furto de dinheiro do contribuinte por agentes públicos. O atual governo só tem tido uma postura fiscal e política minimamente responsável graças às manifestações pelo Fora Dilma. O processo movido pelo PSDB para cassar a chapa PT/PMDB por financiamento ilegal de campanha é resultado direto da pressão popular movida por protestos de rua e nas redes sociais. Vejo como resultados diretos da pressão popular através de manifestações de rua e nas redes sociais: Lei do voto secreto para perda de mandato; Lei que tipifica corrupção como crime hediondo; Cassação do mandato do Deputado Federal Natan Donadon; Abertura do processo de impeachment da Dilma por descumprimentos na Lei de Responsabilidade Fiscal; Arquivamento da PEC 37, que limita o poder de

investigação do Ministério Público; Investigações do MP sobre os contratos secretos em Cuba e Angola; Instalação do programa BNDES transparente onde foram liberadas informações parciais sobre os contratos secretos do BNDES com Cuba, Venezuela, Bolívia, Argentina, Angola e outros países. Ainda não é uma situação ideal, mas foi um avanço frente aos ilegais contratos internacionais sem aprovação do Congresso. **Fim do monopólio da esquerda na realização de mobilizações e manifestações; Ressurgimento da direita como grupo de oposição efetiva na sociedade e na política.** Por muitos anos a esquerda desfrutava de absoluto domínio das instituições políticas e civis. **Formação de grupos de direita liberal e conservadora na política e na sociedade com capacidade de articular ações de militância em conjunto. Aponto estes fatos como sendo significativas mudanças provocadas pelos protestos após 2013 e o advento da *internet*, e redes sociais como instrumento de disseminação de informação** (Entrevistado 8, *grifo nosso*).

g) **Particularmente eu acredito que as redes sociais, elas têm uma capacidade aglutinadora, conseguem unir, juntar opiniões, principalmente quando diz respeito a convergência de pensamentos iguais, de interesses na tangente de interesses iguais.** Acho que as redes sociais têm essa capacidade, principalmente o *Facebook*, que é uma rede social que tem uma permissibilidade, é um teor de permissão muito elástico, muito grande, muito abrangente o índice de censura do *Facebook* e muito pequeno eles deixam que os usuários possam exprimir quase que 100% das suas opiniões. Claro que quando é uma coisa ofensiva, principalmente quando existe denúncias, a rede social age de uma forma de censura. Tirando isso o *Facebook* tem essa característica que eu acho muito legal. **É um grande avanço no que diz respeito a comunicação de massas e expressão das individualidades. É que o *Facebook* conseguiu unir o fator: informação de pensamento, informação de imagens e informação de mídias num só local, então a pessoa tem a capacidade de propagar informação escrita, informação audiovisual em um só local.** É aquele negócio, a rede social é mais um meio e é um meio bastante abrangente. **Uma pessoa na sua casa, deitada na sua cama, com um celularzinho de 300 reais consegue colocar um texto na rede social que vai ser um divisor de águas, formador de opinião. E isso que eu acho legal nas redes sociais, principalmente o *Facebook*** (Entrevistado 9, *grifo nosso*).

Em vista das narrativas apresentadas, afere-se também as características mencionadas por Castells (2012, p.212 e segs.) dos protestos difundidos nas redes digitais, elencadas na primeira parte deste ensaio, uma vez que os entrevistados alegam que as redes sociais possibilitam a participação política *on-line* e *off-line*, configurando a formação de um espaço híbrido (*Os movimentos são conectados em rede de múltiplas formas*). Também, os discursos apontados demonstram a existência de inúmeras demandas, sejam elas locais ou globais, que são aglutinadas num só coro (*Os movimentos são simultaneamente locais e globais*). Ainda, em decorrência do compartilhamento de informações, o conteúdo disponibilizado no perfil do indivíduo poderá chegar em diferentes pontos do globo de forma instantânea (*Os movimentos são virais e a horizontalização das redes favorece a cooperação e a solidariedade*). Além dessas características, é possível de se perceber que a característica dessas

redes permitem que as ações sejam personalizadas, ou seja, que os indivíduos lancem nas redes suas demandas pessoais, independentemente de fazerem ou não parte de algum tipo de organização e/ou partido político.

A respeito do emprego dessas novas tecnologias de informação e de comunicação, Rosemary Segurado (2015, p.1675) acredita que ele amplia os espaços de debates sobre variadas questões, sendo que, anteriormente, os indivíduos e os coletivos desprovidos de recursos financeiros não tinham canais diretos para expressar os seus pensamentos a uma parcela significativa da população. De acordo com Segurado, a capacidade de ampliação de interlocutores, permeada pelas mídias digitais, é essencial, uma vez que aumenta as manifestações de inúmeros sujeitos sociais e a aglutinação desses novos indivíduos políticos nos debates permite significativas modificações no campo da política, além de transformar os principais vetores do debate social. Alega a autora (2015, p.1675): “(...) não somente novas questões são introduzidas, mas, sobretudo, é mudado o processo pelo qual elas são incorporadas no debate político”.

Para a autora citada, com o advento da *internet*, estenderam-se as formas de conexões entre indivíduos e grupos, aspecto que possibilitou a horizontalidade da comunicação e a ruptura, citada pelos entrevistados, com a forma usual dos meios de comunicação tradicionais, organizados a partir de um emissor e inúmeros receptores. Dessa forma, Segurado entende, da mesma forma que Castells, que a *internet* beneficia a multiplicidade e a heterogeneidade das conexões:

(...) cada ponto da rede pode realizar conexões infinitas com múltiplos pontos descentralizados, como um movimento turbilhonar na ocupação de espaços e na construção de percursos que estão em constante criação. Na rede, não existe um centro de informação, mas uma multiplicidade que ganha força a cada novo acontecimento (SEGURADO, 2015, p.1675).

E justamente essa multiplicidade de conexões permitidas pelas redes *on-line* tem colaborado na difusão das pautas que interligam os indivíduos e aglutinam suas revoltas e indignações, averiguado por Jasper no segundo capítulo desta investigação.

Retornando ao material coletado nas entrevistas, quando questionados a respeito da utilização de seus perfis pessoais e do engajamento em causas políticas, vários entrevistados alegaram que têm por hábito praticar três ações simultaneamente - “curtir, comentar e compartilhar” notícias disponíveis nas páginas que seguem -, ao

invés de praticarem apenas uma ou outra ação, segundo cita o “Entrevistado 1”: “Eu não só curto: eu curto, comento e compartilho. Nunca deixo de comentar, nunca deixo de expressar a minha opinião”. Da mesma forma, a “Entrevistada 2” alegou que costuma compartilhar inúmeras notícias em seu perfil pessoal, além de afirmar que os indivíduos estão muito agressivos nas redes sociais, seja de direita ou de esquerda, mas que percebe maior animosidade por parte da esquerda.

O “Entrevistado 3” também alegou compartilhar informações no seu perfil pessoal, alertando a sua rede de amigos a respeito da situação política nacional, inclusive chamando atenção para a presença de notícias mentirosas veiculadas por *maves* e outras informações falsas advindas principalmente por parte do PT, acrescentando ter preferência pelos escritos de Olavo de Carvalho, conforme segue:

Eu gosto muito da página do Olavo, vejo muito também conservadores, conservadorismo. Eu olho muito também uma chamada Isbe, Instituto Liberal. Muita coisa assim. Mas também acompanho os outros: Carta Capital, Socialista Morena da vida. Todos eles prestam informações. Quando eles querem modificar alguma coisa, você volta atrás, opa, não é por aí, mas é bom ler eles também, é interessante. Não sei se você ouviu falar numa mulher chamada Marilena Chaui. Eu leio muita coisa dela, mas tipo assim, você vê que tem maldade no que ela escreve. Eu comecei a escrever isso porque apareceu um vídeo na *internet* dela junto com o Lula numa reunião, não sei se foi no Foro de São Paulo, numa reunião deles, num Congresso. Ela discutindo contra a classe média, falando que odeia a classe média, um monte de baboseira. Aí eu já tenho isso na minha mente. Tudo que eu leio que ela escreve, tem sentido o que ela fala, mas o lado que ela tá querendo ir, não é o lado que eu considero certo (Entrevistado 3).

O “Entrevistado 4”, por sua vez, informou que possui dois perfis no *Facebook*, fazendo postagens em ambos contra as práticas do governo Dilma, escrevendo sempre que possível, em seus perfis, sobre questões ligadas à corrupção:

Sempre quando eu vejo alguma matéria lá no *Facebook* a respeito de corrupção, de roubo e alguma coisa envolvendo a política, eu sempre procuro compartilhar pra algumas pessoas e principalmente para que os meus amigos possam ver aquela informação porque eu acho que muita gente não é ligada pra essas coisas que acontece. Já, eu procuro sempre me focar no que tá acontecendo aqui fora em Brasília e procuro trazer pro meu face pra compartilhar para que as pessoas possam ver (Entrevistado 4).

Esse entrevistado informou que tem por hábito “postar, compartilhar e comentar” informações contidas nas páginas que segue e/ou obtidas na *internet*. Também, costuma ir em páginas da qual não concorda com a linhagem para replicar os comentários dos petistas, os quais, segundo ele, recebem dinheiro para defender

o PT. Ainda, o “Entrevistado 5” aponta que o diferencial das redes para as mídias tradicionais, que ele considera tendenciosas, é que a *internet* pode ser utilizada como se estivesse conversando com outro indivíduo, não aceitando tudo o que lhe é passado de forma passiva, podendo rebater as informações.

O “Entrevistado 6”, que passou a se interessar por política após junho de 2013, afirma que costuma compartilhar informações sobre protestos, convidando a sua rede de amigos para participar, mesmo quando ele próprio não irá comparecer. Ele alega que costuma postar textos próprios no seu *Facebook* contendo os seus pensamentos, além de publicar fotos denunciando “coisas que estão erradas”, sendo que os seus conhecidos já o procuram para que ele possa publicar denúncias nas redes. Além disso, ele costuma elaborar vídeos para expressar os seus pensamentos sobre questões políticas, criticando, mas também sugerindo uma solução. Ainda, o “Entrevistado 6” declarou que costuma convidar pessoas das suas redes de amigos para curtir páginas com que ele possui afinidade e também informou que possui quatro perfis na rede *Facebook*, sendo um pessoal e os demais para compartilhar suas opiniões sobre questões políticas.

Semelhante às experiências narradas pelos entrevistados anteriores, a “Entrevistada 7” informou que passou a participar de protestos no ano de 2013, protestando contra tudo o que estava errado e que, apesar de, na época, não ter publicado nada em seu perfil no *Facebook*. Foi através de um convite no *Facebook* que participou dos protestos contra o governo. Atualmente, ela costuma utilizar essa rede social para expor os seus pensamentos, chamando a atenção das pessoas para determinadas causas, mas não indica páginas para os seus amigos, pois “apesar de eles terem ótimo coração, acreditam no socialismo”. Também, ela costuma ter cuidado nas redes sociais por acreditar que há muita intolerância e muita revolta, observando que as pessoas já não sabem diferenciar a vida real da vida virtual.

O “Entrevistado 8”, que já foi membro do *Greenpeace*, passou a atuar de forma independente por intermédio das redes sociais, a partir de junho de 2013, manifestando-se contra o atual governo, adjetivado por ele como “populista”, “comunista”, “membro do Foro de São Paulo” e da “Unasul”. O entrevistado declarou ser adepto do ativismo digital e, portanto, registrou inúmeros vídeos de protestos de rua e compartilhou nas redes sociais e no seu *blog*, sendo que costuma utilizar as redes sociais para expor com frequência as suas indignações e visão política. Em vista do seu ativismo, prefere utilizar as redes com um condinome, no intuito de

preservar a sua imagem e evitar ataques a sua integridade física por militantes de esquerda.

O “Entrevistado 9”, da mesma forma que a maioria dos entrevistados, relevou que anteriormente não costumava se engajar politicamente. No entanto, após se decepcionar com o PT e com os escândalos de corrupção, passou a ficar mais atento, dividindo o Brasil em dois momentos: antes e depois da Operação Lava Jato. Para ele, pessoas podem fazer a diferença, partidos não, sendo que a união dessas pessoas foi facilitada pelas redes sociais. Segundo informou, a primeira vez que foi às ruas se manifestar, foi após receber um chamado do “Vem pra rua”, pelo *Facebook*, para protestar contra a Presidente Dilma Rousseff, momento no qual se sentiu pertencendo a algo maior e pôde dar vazão a toda a sua insatisfação. Também, acredita que as manifestações populares, seja nas ruas ou pelas redes, têm impactos na sociedade. Tanto que a adesão de manifestantes contrários ao governo Dilma estaria aumentando, além de receber apoio de partidos contrários ao do Governo e de entidades como a FIESP.

No que diz respeito ao acesso às informações proporcionado pelas redes, o entrevistado acrescenta:

Eu acho que a maior parte da população brasileira já vem num processo bem lento de conscientização. Eu conheço pessoas do meu círculo de amizades e do meu conhecimento que eram pessoas totalmente desvinculadas de qualquer comentário, qualquer informação sobre política. Conheço pessoas há mais de 30 anos, que não comentavam nada, não queriam saber de nada com relação à política e ultimamente tenho visto, tenho essa sensação de que o povo brasileiro em geral vem se tornando mais efetivo em relação a isso, vem dando a sua opinião, vem comentando mais, tomando mais partido. No meu ponto de vista, faltam líderes que possam ser seguidos e sirvam de inspiração para o povo brasileiro. E a população brasileira também carece de teor, de tom patriótico. O brasileiro não é patriótico. O que figura ainda entre os brasileiros é aquela coisa de se dar bem a qualquer custo, de levar vantagem nem que seja em um centavo. Então o brasileiro carece disso. Mas nos últimos anos, principalmente depois da entrada do PT, quando as coisas começaram a dar erradas porque, na minha opinião, enquanto tinha dinheiro no caixa e eles podiam fazer as coisas acontecerem e os brasileiros estavam vivendo naquela utopia sem ter como ver adiante, mas a partir de que as coisas começaram a dar errado e também sobre as várias formas que chega a informação. O brasileiro começou a se interessar mais sobre tudo o que envolve os nossos direitos porque tudo isso impacta no nosso dia a dia. Pode falar, ah, Dilma fora, mas quem vai entrar no lugar de Dilma? E qual vai ser o efeito dessa pessoa nas nossas vidas? Vai melhorar ou vai piorar? Acho que o brasileiro começou a ver mais (Entrevistado 9).

Ainda, o “Entrevistado 9” noticia que costuma convocar amigos e conhecidos para participarem de protestos de ruas através do *Facebook*, mesmo que ele não

possa comparecer. Também, afirma que costuma utilizar as redes para fazer críticas e expor os seus pensamentos, suas opiniões, reivindicar e cobrar dos políticos, indo inclusive nos perfis desses políticos para fazer críticas e reivindicar de forma direta. Segundo alega, as pessoas se sentem mais à vontade para expor o que quiserem nas redes, sem se preocuparem com censuras. As redes dariam mais coragem para expressar determinadas opiniões, sendo que o *Facebook* contribuiu em uns 80% para que os indivíduos possam se manifestar de forma efetiva. Também, o entrevistado entende que, quando uma informação chega a “viralizar” nas redes, é porque é verdadeira.

O “Entrevistado 10”, assim como os anteriores, possui mais de um perfil nas redes sociais e se considera um ciberativista, produzindo vídeos, fazendo críticas ao governo e veiculando na rede social *Facebook* e no *site YouTube*. Segundo informou, posta constantemente contra o governo do PT, que juntamente com a maçonaria, com os iluminattis e com o presidente norte-americano, Barack Obama, pretendem dominar o Brasil. Anteriormente, não costumava participar politicamente, mas que, nos dias de hoje, é bastante atuante nas redes sociais, tendo como objetivo alertar o máximo de pessoas possíveis para o que está acontecendo no país.

Também, esse entrevistado acrescenta que possui “raiva” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ter sido uma pessoa pobre que “chegou aonde chegou”, mas que “não fez certo”, denunciando a “sua roubalheira” no *Facebook*, além de pedir o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, apesar do medo que sente, já que há “pessoas armadas na Amazônia, prontas para defender a Dilma, caso ela caia”. Ainda, esse entrevistado deu dicas de como se tornar popular no *Facebook*, informando que comenta, curte e compartilha muitas informações e vídeos e que, com isso, vai adquirindo mais seguidores.

A “Entrevistada 11” e o “Entrevistado 12” forneceram respostas mais diretas em relação ao uso que fazem das redes sociais e como se engajam politicamente. A primeira informou que já foi mais participativa nas redes sociais, mas que ultimamente seleciona as informações que vai postar e as postagens que vai comentar, para evitar desgastes desnecessários, preferindo curtir e comentar na página pessoal do Olavo de Carvalho e compartilhar suas publicações apenas com seus amigos. O segundo alegou que ainda é um “analfabeto” no tocante às redes sociais e que ainda está aprendendo a sua dinâmica, mas que costuma comentar, compartilhar e curtir algumas postagens, além de utilizar o seu perfil para indagar sobre determinadas

questões, sendo que a maioria das suas postagens são em defesa da família, da pátria, da fé, da vida e da propriedade, buscando conscientizar as pessoas através do poder de “convencimento”.

A respeito dessa nova forma de engajamento político e a utilização da *internet*, Lance Bennett (2008, p.1) aduz que os governos geralmente são contrários às transformações das sociedades, sendo que muitos deles são vítimas de corrupção e de mal gerenciamento político. Sob essas condições, os indivíduos reafirmam os seus direitos de governar, produzindo de forma criativa, em determinados períodos, as transformações. Nesses períodos, a política acaba por se tornar o foco da vida pessoal desses indivíduos, restaurando o sentido de que participar faz a diferença. Em tempos de se buscarem soluções criativas para influenciar o curso das nações, as ferramentas digitais de comunicação permitem, sem precedentes, a produção e a distribuição de ideias, de debate público e de organização via redes sociais.

De acordo com Bennett (2008, p.1), há um interesse por parte da população jovem da era digital em contribuir com a sociedade. Entretanto, para esses jovens, envolver-se com as esferas políticas para participar de forma efetiva seria assustador. Dentre as motivações para isso seria o próprio desgaste das democracias mundiais, conforme o autor menciona:

As partes estão tentando se reinventar, enquanto, de maneira desajeitada, procuram manter os rumos que os mantêm no poder. Na imprensa, na conversação diária e, muitas vezes da boca dos políticos, a política se tornou uma palavra suja, ao invés de uma palavra comumente aceita (...) (BENNETT, 2008, p.1).

Segundo Bennett (2008, p.1), as gerações mais jovens, talvez de forma mais notável, tenham se desligado das formas de participação política convencional, situação que tem sido observada em diversos países, como nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suécia, etc. As motivações para esse afastamento são diversas: a população adulta é frequentemente negativa, quando se trata de política; o tom da mídia é cínico; e os próprios candidatos não estariam preocupados com os anseios dos jovens eleitores, sendo que muitas vezes, os políticos “envenenam” a imagem da política, além de a imprensa tradicional ser considerada inautêntica.

Conforme o autor sugere, na realidade, os indivíduos, principalmente os jovens, não deixaram de se engajar politicamente, participando ativamente através de ferramentas *on-line*, preocupados com atividades políticas, estilos de vida e engajados em áreas não-governamentais, incluindo a realização de trabalhos voluntários, além

de estarem envolvidos em causas sociais, econômicas, ambientais e consumeristas. Esses jovens, espelhados nos repertórios de movimentos sociais de ação, elaboram petições *on-line* de forma independente, afastando-se, muitas vezes, de ações pré-definidas, propostas por *sites* patrocinados pelos governos e/ou organizações.

Diferentemente dos levantamentos feitos por Bennett, as entrevistas realizadas demonstram que não apenas os mais jovens têm recorrido aos meios de comunicação alternativos para se manifestarem, uma vez que internautas de diferentes faixas etárias têm explorado o *Facebook* para se expressar politicamente. Entretanto, não se pode afirmar com precisão a respeito dessa disparidade existente entre os apontamentos de Bennett e os dados coletados nas entrevistas, em decorrência da pequena amostragem, que contou com apenas 12 indivíduos. Conforme assinalado no tópico anterior “Perfil do Ativista Virtual”, vislumbram-se as seguintes faixa etárias: Entrevistado 1: 62 anos; Entrevistada 2: 19 anos; Entrevistado 3: 32 anos; Entrevistado 4: 20 a 30 anos; Entrevistado 5: 54 anos; Entrevistado 6: 27 anos; Entrevistada 7: 19 anos; Entrevistado 8: 30 a 40 anos; Entrevistado 9: 46 anos; Entrevistado 10: 44 anos; Entrevistada 11: 30 a 40 anos; Entrevistado 12: 30 a 40 anos.

Dos doze entrevistados, quatro possuíam menos de 29 anos de idade, sendo que quatro estavam na faixa dos 30 a 40 anos de idade e quatro entrevistados com mais de 40 anos de idade. Apesar das diferentes faixas etárias, a maior parte dos entrevistados têm como ponto em comum o fato de, anteriormente, não terem se envolvido com questões políticas e/ou sociais, despertando para a política após junho de 2013⁶², em decorrência da proporção tomada pelas pautas anti-corrupção e da facilidade propiciada pelas redes sociais, mais especificamente pelo *Facebook*, para a exposição de suas opiniões e para encontrar pessoas que pensem da mesma forma que eles.

Conforme a maioria dos entrevistados alega, através das redes sociais, tiveram a oportunidade de conhecer “o que realmente estava acontecendo no país”, apesar de também comentarem que é preciso ter cuidado com as informações que circulam nas redes, já que há uma grande quantidade de notícias falsas circulando no “mundo virtual”. Dessa forma, em vista da possibilidade de se engajarem, sem a necessidade

62 Sobre essa questão, no primeiro capítulo deste trabalho, Viana aborda que inúmeros indivíduos devem o seu despertar político à internet, compartilhando informações nos seus perfis pessoais a respeito da política nacional.

de recorrer a um partido político e/ou outro tipo de organização, os quais, para a maior parte dos entrevistados, estariam corrompidos, esses indivíduos preferem utilizar as redes a fim de aderirem a uma demanda ou criarem as suas próprias. Para tanto, redigem textos com suas visões políticas, participam de grupos de discussão e eventos no *Facebook*, curtem, comentam e compartilham conteúdos em páginas, discordando ou acrescentando informações ou até mesmo acrescentando as suas próprias interpretações sobre um determinado acontecimento. Também, publicam fotografias de autorias próprias e/ou de conhecidos para denunciar acontecimentos ocorridos em seus bairros ou cidades.

Ainda, há indivíduos que se engajam com tanto afinco, que possuem vários perfis nas redes, postando constantemente para chamar a atenção dos demais. Além de elaborarem vídeos para divulgar no *Facebook* e no *YouTube*, proporcionando que o maior número de pessoas tenha acesso àquela informação e possa aderir aquela causa, por compartilhar do mesmo entendimento, como é possível conferir:

a) Na época das eleições, o que eu alertava de gente, o que tinha de “*mave*” querendo discutir comigo, eu botava eles no chinelo. Acho que nunca na minha vida eu tive 5 mil comentários porque eu arrebentei com os caras (Entrevistado 3).

b) Isenção hoje em dia, pela situação do Brasil, é difícil, ou você é 8 ou 80, ou pensa totalmente certo ou totalmente errado. Eu procuro compartilhar coisas de personalidades e pessoas individuais. De partido político eu não compartilho nada. Curto todos eles pra quando eu quiser falar alguma coisa. Não se trata de questão partidário, se deve tratar do bem da população. Deve se tratar de pessoas. Quem gere não é o partido, mas pessoas que pertencem a um partido. O partido é pessoa jurídica e ele não faz mal a nenhum por si próprio, o que faz mal ou bem são as ideologias disseminadas pelo partido e as pessoas que estão nele (Entrevistado 9).

c) Realizei ativismo digital registrei vídeos e imagens dos protestos e compartilhei nas redes sociais e no meu *blog* (Entrevistado 8).

Ainda, todos os entrevistados informaram que costumam verificar a veracidade do conteúdo que leem nas redes sociais virtuais antes de lhe darem crédito e saírem compartilhando, conforme segue:

a) Eu só compartilho o que tem veracidade. Foi publicado na IstoÉ declarações dadas pelo próprio candidato, ou seja, não sou eu que estou falando, não sou eu que estou inventando. A própria pessoa falou, então, não vão ter como falar “você é mentiroso, você está forjando informações”. Isso foi veiculado por uma revista IstoÉ. Esse Lulinha que agora tá sendo divulgado, isso eu já sei há muito tempo, eu tenho a revista aqui na minha casa. Essa empresa dele de 500 mil reais, foi fundo de quintal, foi vendida por 2 milhões. Eu já sabia dessa informação há muito tempo, então, fotografo

e jogo na rede, então processa a Veja, processa o Lula e quem dá as declarações. Aí, eu expresso a minha opinião. Lula pra mim é um farsante e a Dilma um capacho (Entrevistado 1).

b) Sim, só uso o *face* e comentários em alguns *blogs*. Acredito que na situação atual, a *internet* se tornou uma fonte mais confiável porque você pode conferir na hora, ir atrás, já as revistas e jornais perderam a credibilidade porque são financiados com verbas de publicidade governamental (Entrevistado 5).

c) Sim. Eu, na verdade, compartilho das páginas, como a “Vem Pra Rua”, dessas páginas que fazem esse movimento contra o governo e contra a corrupção em geral (Entrevistada 7).

Assim, com base nas entrevistas, as ações desencadeadas nas redes virtuais, respondendo ao questionamento de Cardon, elencado no primeiro capítulo, têm permitido novas formas de participação e engajamento social, permitindo que qualquer indivíduo seja o emissor de uma informação, bastando que tenha acesso à *internet* e uma conta no *Facebook*, por exemplo, possibilitando formas de ação individualizada e personalizada, característica já constatada por Castells nos movimentos eclodidos via redes sociais digitais.

Além disso, a *internet* aumenta o número de possíveis práticas que podem favorecer ou não o sistema democrático (PEREIRA, 2011, p.5), cria novas formas de mobilização e novas táticas de protestos (POLLETTA et al., 2013, p.46), através da *hashtags* e *memes*, no caso do *Facebook* e *twitter*, para espalhar campanhas ou ridicularizar adversários políticos, de acordo com as narrativas dos entrevistados. Dessa forma, utilizando-se da tipologia proposta por Bennett e Segerberg e o seu conceito de ação conectiva, em vista das entrevistas, muitas das ações desencadeadas via *Facebook* pertenceriam ao que os autores denominam de “Ação conectiva facilitada pela multidão”, na qual os atores, através das plataformas digitais, interagem, criam e organizam ações, de forma independente e horizontalizada.

No entanto, nada impede que eles possam aderir a campanhas pré-estabelecidas e organizadas por entidades e até mesmo partidos políticos, desde que os opositores sejam comuns, como é o caso da forte campanha organizada pelo MBL, por partidos oposicionistas e pela FIESP, pedindo o fim da corrupção e o *impeachment* da Presidente Dima Rousseff, classificadas, então como “ações coletivas organizacionalmente intermediadas” e “ações conectivas organizacionalmente facilitadas”.

Ainda, percebeu-se nas falas desses entrevistados uma profunda motivação emocional, qual seja, a decepção com o Partido dos Trabalhadores e até mesmo

sentimentos como “rancor”, “ódio”, “aversão” que, de pronto, foram estendidos a todos os partidos de esquerda, os quais, inclusive, “perderam” suas próprias identidades, sendo todos denominados de “petralhas”. Essa constatação foi levantada durante a realização das entrevistas, em que indivíduos de outros partidos de linhagens esquerdistas eram denominados de “petralhas”.

Além disso, apesar de os entrevistados “jurarem” que costumam averiguar a veracidade das informações que compartilham nas redes, muitos admitiram deter profunda confiança em algumas páginas que seguem, principalmente, aqueles que nutrem admiração pelo filósofo Olavo de Carvalho, acreditando nas informações que por ele são passadas, além de propagá-las nas redes para os seus amigos.

Outra questão relevante de se mencionar é o fato de que, dos doze entrevistados, apenas dois participaram dos protestos de junho de 2013 em decorrência do aumento das passagens de ônibus. Os demais, ou manifestaram que foram aos protestos de junho por causa da corrupção ou afirmaram que somente passaram a participar de protestos de rua quando a reivindicação da corrupção já tinha tomado corpo, como foi o caso das manifestações ocorridas no ano de 2015. Feitas essas considerações sobre as formas de engajamento por parte dos entrevistados, o próximo tópico elencará suas motivações, bagagens ideológicas e hierarquia de valores.

3.3 AS RAZÕES PARA A CONTESTAÇÃO

Como menciona Jasper (2016, p.105), as redes sociais utilizadas pelos indivíduos para se comunicarem são “os tijolos na construção da interação humana, e nada acontece sem elas – inclusive o protesto”. As pessoas, em geral, chamam conhecidos para participarem, juntamente com elas, de uma assembleia; obtêm informações sobre eventos através de amigos e parentes; compartilham ideias e emoções com pessoas que estão próximas e, dificilmente, vão sozinhas a um encontro ou passeata, estando na companhia de parentes e amigos (JASPER, 2016, p.105). Narra o autor:

(...) Nessa imagem estrutural, as pessoas reagem automaticamente quando suas redes são ligadas. Uma visão mais cultural das redes é a de que indivíduos têm padrões de laços emocionais sustentados por símbolos e familiaridades cognitivos. Quando minha irmã me pede para levá-la de carro a *Albany* no Dia da Terra, é mais provável que eu diga sim do que se estivesse

recebido um *e-mail* de um estranho ou de uma organização. Conheço minha irmã a vida toda, gosto de passar meu tempo com ela e confio em suas aflições políticas. Tenho um sentimento predominantemente positivo em relação ao que compõem minhas redes sociais, Outra forma cultural de pensar nas redes é que elas nos fornecem oportunidades de persuadir outras pessoas, às vezes transformando as próprias redes nesse processo (JASPER, 2016, p.105).

Noutros momento, já existe uma rede estruturada, na qual um movimento que surge tenta se conectar, sendo que, em alguns casos, um movimento pode fornecer a sua rede de pessoas⁶³ por se importarem com o assunto discutido. Nesse sentido, as redes, de certo modo, fornecem a infraestrutura que possibilita que grupos de protestos possam difundir informações e mobilizar participantes (JASPER, 2016, p.105).

Também, salienta-se que essas redes não se constituem apenas de amigos e familiares, baseando-se, em muitos casos, na participação em organizações de protestos formais. Conforme alude Jasper (2016, p.120-121), ao se assinar uma petição ou contribuir com um determinado grupo para uma determinada campanha, quase todos os dias se receberão *e-mails* pedindo a colaboração em novas campanhas, seja para assinar petições ou até mesmo para contribuir financeiramente. Assim, a importância das redes se dá em decorrência do trabalho cultural que exercem, por meio dos sentimentos que as sustentam e, também, da informação que através dela repercute.

Também, de acordo com Jasper (2016, p.124), ainda há aqueles que se envolvem numa determinada causa a partir da ocorrência de “choques emocionais” , motivando-os ao engajamento, procurando ajuda *on-line*, criando organizações e, em casos extremos, criando os seus próprios grupos. Além disso, essas denúncias decorrentes de choques emocionais costumam atrair a atenção dos demais, compelindo mais pessoas à ação. Alude Jasper:

Uma série de estudiosos tem mostrado que choques morais ajudam a recrutar novas pessoas para o movimento, proporcionando-lhes um sentido de urgência. Ativistas tentam gerar transformações morais por meio de sua própria propaganda, oferecendo alarmantes imagens de sofrimento ou histórias de crueldade e opressão.

(...)

Elaborei inicialmente a expressão choque moral para abordar o sentimento inquietante, perturbador, que surge quando acontece alguma coisa que lhe mostra que o mundo não é como você oensava, que alguém é mais repulsivo, que um problema é mais grave do que você tinha imaginado. Os choques

63 Sobre esse ponto, inúmeros grupos têm se somado aos manifestantes contrários a corrupção, sejam eles ligados a partidos políticos ou grupos de empresários e/ou organizações antigoverno.

morais abalam o senso de realidade e normalidade, e por vezes levam a uma profunda avaliação de sua vida e de seus valores. São eficazes quando nos surpreendem, quando nos oferecem uma conexão solidária com outros seres humanos e possivelmente quando nos permite, expressar uma emoção que anteriormente desconhecíamos (JASPER, 2016, p.125).

Nesse sentido, os choque morais são úteis para recrutar indivíduos a se juntarem a uma determinada causa, assim como também podem influenciar ativistas mais experientes, radicalizando-os (JASPER, 2016, p.126).

Sobre a presença das emoções nos protestos, Verta Taylor (2013, p.88) menciona que inúmeros estudos têm demonstrado que os participantes desses protestos, muitas vezes, envolvem-se a partir de questões de fundo emocional, fundindo suas identidades pessoais com a identidade coletiva de um movimento social. Estes últimos, trabalham com as emoções de seus participantes: depressão, tristeza, raiva, sofrimento, esperança, indignação, etc. que, transformadas em justa indignação, mobilizam inúmeras pessoas, sem passado contestatório.

Contrastando esse embasamento teórico com o material coletado nas entrevistas, averiguou-se a presença da chamada “justa indignação”, decorrente de sentimentos expressados pelos entrevistados como a decepção, a raiva, o ódio, etc., que os motivam a “tirar o PT do poder”, punindo-o por envolver-se em escândalos de corrupção. Segundo acreditam os entrevistados, o país não estará livre da corrupção com a saída do Partido dos Trabalhadores do governo, ou seja, têm consciência de que o problema da corrupção remete a questões de maior profundidade. No entanto, o sentimento de “traição” manifestado por eles os motivam a querer a saída da Presidente Dilma da presidência, uma vez que seu partido tornou o Brasil “mais corrupto” e é o culpado por “roubar milhões dos brasileiros”.

Há uma intensa necessidade, por parte dos entrevistados, em lutar pelas causas anticorrupção, principalmente após tomarem conhecimento de “toda a verdade”, a partir das mídias alternativas, já que as emissoras de Televisão, especialmente a Globo, são consideradas por alguns entrevistados, como de viés governista. Dessa forma, esses indivíduos, após sofrerem um “choque emocional e moral”, decorrente das constantes notícias, imagens e panfletos divulgados nas redes sociais, buscam curtir páginas, de pessoas individuais ou não, para se informar e se juntar a essa causa, ajudando na sua propagação.

No caso, as páginas contrárias ao Partido dos Trabalhadores, segundo assinalou Amadeu no primeiro capítulo, já existiam anteriores a junho de 2013, sendo

que, na segunda fase desses protestos, quando há a inserção da pauta “contra a corrupção”, essa causa é alavancada, havendo a aglutinação de inúmeros grupos contrários ao PT que colaboraram na intensificação das postagens, criando-se inúmeras denúncias públicas na esfera digital, sejam elas falsas, verdadeiras ou distorcidas, como se constata nas mensagens seguintes:

Figura 3 – Recortes da Página Fora PT



Fonte: página Fora PT ⁶⁴

“Bombardeados” por essas mensagens compartilhadas por páginas que seguem e por indivíduos pertencentes as suas redes de amigos, os entrevistados admitiram perceber que a questão da corrupção era mais grave do que imaginavam, além de ter sido bem arquitetada “pela quadrilha que é o PT”, mas que veio à tona através das redes digitais. Com base nisso, encontram as justificações necessárias para se juntarem a essas causas, segundo se observa:

Você é a favor do *impeachment*? Faz postagens nesse sentido?

Sim, é o cartão vermelho para um presidente e seu governo que cometeram crimes.

Você acredita que, caso o PT não estivesse no governo, haveria menos corrupção? Faz postagens ou vai em manifestações para esse fim?

Sim, acredito que a corrupção sempre existiu, mas com casos isolados de um ou outro político, mas não em escala governamental como aconteceu com o PT. Sim vou nas manifestações para esse fim.

Você acha que nosso país era “menos corrupto” antes do PT assumir o governo?

Acredito que o país era menos corrupto antes do PT. Só queria dizer que continuamos ainda acreditando na justiça, e que o país pode melhorar, e esse é motivo que continuo indo às manifestações, no mínimo para mostrar a indignação! (Entrevistado 5).

⁶⁴<https://www.Facebook.com/140140766087925/photos/a.276260619142605.47869.140140766087925/639300299505300/?type=3&theater;>
<https://www.Facebook.com/140140766087925/photos/a.276260619142605.47869.140140766087925/552761054825892/?type=3&theater;>
<https://www.Facebook.com/140140766087925/photos/a.276260619142605.47869.140140766087925/770028359765826/?type=3&theater>

De acordo com o que já foi salientado, houve entrevistados que citaram o envolvimento de outros partidos em esquemas de corrupção, entretanto, manifestam-se contra o PT porque ele não corresponde às suas aspirações ideológicas, poupando partidos opositores, uma vez que eles não são o foco de suas reivindicações, alegando que “qualquer coisa é melhor do que o PT”.

Outra justificativa apresentada por eles decorreu do medo que possuem de uma ameaça comunista, como cita o “Entrevistado 8”: “para manifestar contra o atual governo por ele ser populista, comunista, membro e líder do Foro de São Paulo e da Unasul”. Sobre essa questão, apenas dois dos doze entrevistados não acreditam numa potencial ameaça comunista, enquanto outros citam que essa ameaça já está “instaurada” no país e, por isso, alertam os seus amigos, divulgam páginas que citam esse “perigo”, como a página do filósofo Olavo de Carvalho e de inúmeras pessoas desconhecidas que denunciam a “doutrinação comunista/socialista/petista”. A respeito do medo que os indivíduos têm quando se sentem ameaçados, Jasper cita:

Os vilões chamam a nossa atenção justamente porque as emoções negativas nos atraem de modo mais imediato e urgente do que as positivas. Na maior parte do tempo, levamos nossas vidas por meio de rotinas confortáveis que exigem pouca atenção, e é sobretudo quando eventos dramáticos ou aterrorizantes quebram essas rotinas que prestamos atenção à política. Ameaças potenciais devem ser enfrentadas, motivo pelo qual amedrontam e nos provocam uma descarga de adrenalina e cortisol. (...). A demonização de vilões, a atribuição de culpa, a indignação pelas vítimas: tudo isso aumenta nosso senso de ameaça e urgência (JASPER, 2016, p.131).

Por outro lado, o autor mencionado cita que a ameaça pode transmitir um senso de perigo e impedir que os indivíduos adiram a um movimento de protesto. Entretanto, conforme citou um dos entrevistados, a *internet* tira o medo das pessoas, fazendo com que elas se sintam mais confortáveis para reivindicar e expor os seus pensamentos e ideias políticas pelo *Facebook*.

A respeito da forma de pensar dos entrevistados, recorre-se ao alicerce teórico de Karl Mannheim (1986, p.29), que buscou compreender como o pensamento pode funcionar como instrumento de ação coletiva, na vida pública e na vida política. Dessa forma, o autor entende que o indivíduo produz de forma limitada uma forma de pensar que lhe pode ser atribuída, isso porque, na realidade, esse indivíduo fala a linguagem de seu grupo e pensa da mesma forma que o seu grupo pensa. Para o autor (1986, p.31), na realidade, não são os homens e nem os indivíduos que pensam em geral,

mas homens que pertençam a um determinado grupo e que desenvolveram um estilo de pensamento específico, numa infinidade de respostas a certas situações advindas de suas posições. A respeito disso:

(...) é incorreto dizer-lhe que um indivíduo isolado pensa. Antes, é mais correto insistir em que ele participa no pensar acrescentando-se ao que outros homens pensaram antes dele. O indivíduo se encontra numa situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando reelaborar os modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das variações e mudanças em sua situação (MANNHEIM, 1986, p.31).

Dando sequência ao seu raciocínio, Mannheim (1986. P.31-32) adverte que os homens que vivem em grupos isolados não irão apenas coexistir fisicamente enquanto seres diferenciados. Pelo contrário, irão agir uns contra os outros, organizados em grupos diversos, pensando como e contra os outros. Assim, esses indivíduos reunidos em grupos se orientam de acordo com o caráter e a posição dos grupos nos quais estão contidos, objetivando transformar ou manter uma dada realidade: “De acordo com o contexto particular da atividade coletiva de que participam, os homens tendem sempre a ver diferentemente o mundo que os circunda” (MANNHEIM, 1986, p.32). A ação desses indivíduos é compreendida pelo autor como ideologia (manter) e utopia (transformar):

O conceito de “ideologia” reflete uma das descobertas emergentes do conflito político, que é a de que os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesses a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra “ideologia” a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a, portanto. O conceito de pensar *utópico* reflete a descoberta oposta à primeira, que é a de que certos grupos oprimidos estão intelectualmente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente veem na situação os elementos que tendem a negá-la. Seu pensamento é incapaz de diagnosticar corretamente uma situação existente da sociedade. Eles não estão absolutamente preocupados com o que realmente existe; antes, em seu pensamento, buscam mudar a situação existente. Seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação; somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas” (MANNHEIM, 1986, p. 66-67).

Nesse sentido, é possível de se diferenciar a ideologia e a utopia a partir da relação que elas mantêm com a ordem social estabelecida. Dessa forma, para que um determinado pensamento seja utópico, ele precisa, mais do que transcender a

ordem, ser incorporado por determinados grupos sociais capazes de “revolucionar” essa ordem. A partir disso, pode-se aferir que a mentalidade utópica é revolucionária (SILVA, 2009). Nesse sentido, acrescenta Mannheim:

Os representantes de uma ordem dada irão rotular de utópicas todas as concepções de existência que do seu *ponto-de-vista* jamais poderão, por princípio, se realizar. De acordo com esta utilização, a conotação contemporânea do termo “utópico” é predominantemente a de uma idéia em princípio irrealizável. (...) Dentre as idéias que transcendem a situação, existem certamente algumas que em princípio jamais poderiam realizar-se. Não obstante, os homens cujos pensamentos e sentimentos se acham vinculados a uma ordem de existência na qual detêm uma posição definida, manifestarão sempre a tendência a designar de absolutamente utópicas todas as idéias que tenham se mostrado irrealizáveis apenas no quadro da ordem em que eles próprios vivem” (MANNHEIM, 1986, p.220).

Retornando ao material coletado nas entrevistas, utilizando-se da diferenciação entre ideologia e utopia proposta por Mannheim, vários entrevistados manifestaram dificuldades em diferenciar os partidos de direita e de esquerda, pois, segundo afirmaram, ao chegar ao poder, “eles seriam todos a mesma coisa”, objetivando “só se dar bem”. Talvez, essa confusão seja estabelecida em decorrência da colaboração com a coalizão parlamentar feita pelos partidos que estão em ascensão, abandonando os seus impulsos utópicos iniciais (MANNHEIM, 1986, p.274).

Além disso, muitos entrevistados manifestaram aversão à palavra “ideologia”, ligando-a a algo ruim ou a ideias esquerdistas ou ainda como se somente partidos de esquerdas fossem forjados em bases ideológicas. Dessa forma, vários entrevistados defenderam o “apartidarismo”, compreendendo-o como um meio para se atingir o “bem comum”.

Diante disso, diversos entrevistados elegeram como missão pessoal combater as ideias “utópicas” do PT, impedindo-o de instaurar o comunismo no Brasil, uma vez que, segundo o “Entrevistado 1”:

O comunismo só existe na China. É tão bom que só existe na China. Até Cuba já tá se juntando com os Estados Unidos. Cuba está se integrando, só ler os jornais. Único lugar que falta cair é a China. Comunismo é tão bom que todos que tiveram oportunidade de fugir, fogem. O comunismo é bom apenas para quem está no poder (ENTREVISTADO 1)

Nesse ponto, percebeu-se que os entrevistados não conseguem compreender que os ideais de direita e/ou conservadores também são ideológicos e/ou utópicos, creditando neles a solução para o estado das coisas. Conforme averiguado, alguns entrevistados alegaram defender em suas redes pessoais o liberalismo em oposição

ao “governo opressor e ditatorial do PT”. Sobre essa questão, a respeito da mentalidade utópica, Mannheim esclarece: “Também a utopia do humanismo liberal surgiu do conflito com a ordem existente. Em sua forma característica, estabelece igualmente uma concepção racional “correta” a ser utilizada contra a realidade maligna”(MANNHEIM, 1986, p. 243).

Nessa senda, segundo constatado, há uma divisão entre o certo e o errado, em que as visões ligadas ao pensamento liberal e às ideias de direita são consideradas as corretas, enquanto as demais devem ser “aniquiladas”. Os projetos defendidos pelo Partido dos Trabalhadores são entendidos como “imorais”, a exemplo do Bolsa Família, visto por parte dos entrevistados como uma forma de “sustentar vagabundo”. Partindo do ponto de vista dos entrevistados, no qual existe a necessidade de se combater “o socialismo instaurado no país”, os seus pensamentos são classificados aqui como “utópicos, uma vez que acreditam na possibilidade de se varrer bases ideológicas da política, além de colocarem em xeque qualquer projeto alternativo ao capitalismo, sem perceber que o que defendem é algo, a princípio, intangível.

Em vista dessas questões, buscando profundidade na forma de pensar dos entrevistados, com base nos valores defendidos por eles, foram realizadas perguntas sobre os temas descritos no quadro abaixo:

Quadro 4 – Respostas dos entrevistados sobre diversos temas

(continua)

1- aborto
Entrevistado 1: apenas quando a mãe corre risco de vida e em casos de estupro.
Entrevistada 2: Inicialmente, alegou ser contrária ao aborto. No entanto, disse que se o aborto fosse liberado não haveriam tantas crianças abandonadas, posicionando-se a favor.
Entrevistado 3: é contra, pois há muitos meios para se evitar uma gravidez. Caso uma mulher engravide é porque não se cuidou.
Entrevistado 4: é contra, pois é uma vida, mas a favor em caso de estupro.
Entrevistado 5: contra, pois é uma vida de um inocente que está sendo tirada.
Entrevistado 6: contra porque o que causa o aborto seria a falta de informação. Na Bíblia quando uma mulher ficava grávida era motivo de alegria.
Entrevistada 7: a favor em caso de estupro.
Entrevistado 8: contra, menos nos casos de estupro.
Entrevistado 9: a favor ou contra, a depender das circunstâncias. Em casos de estupro é a favor, assim como é a favor nos casos em que as pessoas fazem filho sem consciência.
Entrevistado 10: contrário ao aborto porque se estaria tirando uma vida inocente.
Entrevistada 11: contra o aborto.
Entrevistado 12: contra. O aborto é o assassinato de um ser inocente.

(continua)

2- pena de morte
<p>Entrevistado 1: Posicionou-se contrário a pena de morte para evitar que inocentes sejam mortos, mas alega ser a favor d prisão perpétua.</p> <p>Entrevistada 2: Dependendo do caso, é a favor. Somente é favorável em crimes extremamente violentos e em casos de estupro.</p> <p>Entrevistado 3: é contrário, mas depende do caso porque a impunidade está muito grande no país.</p> <p>Entrevistado 4: a favor, em casos específicos de pessoas que praticam “barbaridades”.</p> <p>Entrevistado 5: a favor.</p> <p>Entrevistado 6: pena de morte para políticos.</p> <p>Entrevistada 7: a favor, mas no caso de estupradores e pedófilos.</p> <p>Entrevistado 8: a favor.</p> <p>Entrevistado 9: contra. É a favor da colônia penal.</p> <p>Entrevistado 10: a favor para reduzir a criminalidade no país.</p> <p>Entrevistada 11: contra a pena de morte.</p> <p>Entrevistado 12: a favor, diferenciando assassinato de pena capital imposta pelo Estado</p>
3- linchamento de “bandidos”
<p>Entrevistado 1: é contrário ao linchamento de “bandidos” para não adentrar na lei de alcorão e também para não se correr o risco de linchar um inocente.</p> <p>Entrevistada 2: é favorável ao linchamento de “bandidos”, uma vez que a população já está cansada e os Direitos Humanos ficam passando a mão na cabeça dos marginais.</p> <p>Entrevistado 3: entende que as pessoas precisam se defender e, como o Estado está falhando, as pessoas estão precisando estabelecer o equilíbrio.</p> <p>Entrevistado 4: acredita que não adianta linchar, pois só gera mais ódio.</p> <p>Entrevistado 5: contra. A atuação da polícia é na cadeia, mas que fique preso.</p> <p>Entrevistado 6: contra.</p> <p>Entrevistada 7: a favor porque são bandidos e a população sabe que não adianta mais esperar pela lei.</p> <p>Entrevistado 8: a favor, principalmente em crimes hediondos que deveriam ocorrer em praça pública.</p> <p>Entrevistado 9: totalmente contra por ser uma expressão da selvageria.</p> <p>Entrevistado 10: a favor, em decorrência das falhas do governo.</p> <p>Entrevistada 11: a favor. Acredita que se um bandido for pego deve ser “morto a porrada”.</p> <p>Entrevistado 12: contra, pois a pena deve ser imposta pelo Estado.</p>
4- casamento gay (homoerótico)
<p>Entrevistado 1: Contrário ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, alegando que “a própria natureza responde”.</p> <p>Entrevistada 2: Favorável, pois cada um deve fazer o que quiser da sua vida amorosa.</p> <p>Entrevistado 3: Pode viver junto, mas não pode querer outras coisas, como casamento na igreja. No civil, diz que papel aceita tudo.</p> <p>Entrevistado 4: Não tem preconceito, mas é contrário por questões éticas e morais</p> <p>Entrevistado 5: contra porque é uma bobagem, já que nem homem e mulher estão se casando.</p> <p>Entrevistado 6: a favor. Aceita normalmente.</p> <p>Entrevistada 7: a favor porque todo mundo tem que ser feliz.</p> <p>Entrevistado 8: somente o casamento civil, na igreja é contra.</p> <p>Entrevistado 9: não acha certo se desvirtuar o conceito de família, apesar de não ser homofóbico. Família é homem e mulher. Mas não é contra o casamento gay, desde que não seja no religioso.</p> <p>Entrevistado 10: contra, pois não está correto. Somente entre homem e mulher.</p> <p>Entrevistada 11: acredita que podem casar, deste que não impunham aos outros que não concordam.</p> <p>Entrevistado 12: contra, pois o casamento gay condena a sociedade a extinção.</p>

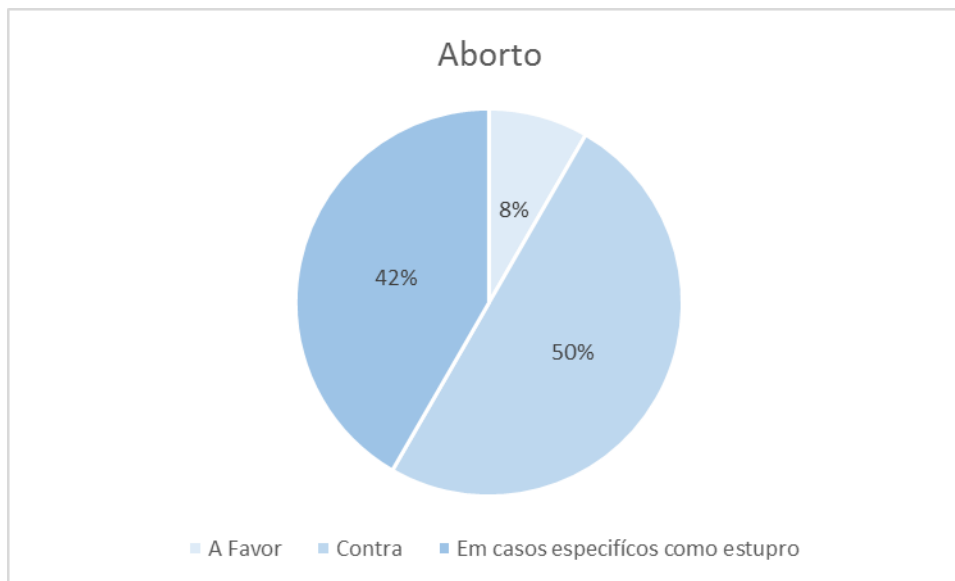
(continua)

5- adoção de crianças por casais homossexuais
<p>Entrevistado 1: Contrário, pois é muito estranho.</p> <p>Entrevistada 2: favorável, pois há muita criança precisando de uma família.</p> <p>Entrevistado 3: é contrário a adoção, pois pode influenciar a criança.</p> <p>Entrevistado 4: criança tem que ser criada por um homem e uma mulher.</p> <p>Entrevistado 5: contra porque as crianças não irão crescer num ambiente adequado.</p> <p>Entrevistado 6: contra porque a criança ainda não sabe o que quer e a homossexualidade é uma escolha.</p> <p>Entrevistada 7: a favor, mas é complicado pois nunca havia pensado no assunto.</p> <p>Entrevistado 8: a favor, mas com critérios.</p> <p>Entrevistado 9: achou difícil responder a questão. Entende ser a favor em casos de casais homossexuais avaliados e orientados.</p> <p>Entrevistado 10: contra para não influenciar a criança.</p> <p>Entrevistada 11: não respondeu</p> <p>Entrevistado 12: é contrário, pois a criança precisa da presença masculina e feminina.</p>
6- feminismo
<p>Entrevistado 1: a favor. Entende que as mulheres devem lutar pelos seus direitos.</p> <p>Entrevistada 2: acha que as feministas estão indo para um lado muito extremo e ficam expondo as mulheres.</p> <p>Entrevistado 3: entende que as feministas são feministas até arrumarem um marido e as coisas que elas defendem não são legais.</p> <p>Entrevistado 4: não tem opinião formada.</p> <p>Entrevistado 5: a favor. Que se lute pelo direito das mulheres.</p> <p>Entrevistado 6: importante, pois assim como a escravidão foi abolida, a mulher foi vista por anos como se fosse um negócio.</p> <p>Entrevistada 7: odeia o feminismo. Acha que homens e mulheres não são iguais e não quer ser tratada como um homem. Acredita que ser mulher tem vantagens, citando o plano de saúde de seu pai (FUSEX) que lhe dá direito de ficar por ser mulher, enquanto os seus irmãos homens perdem aos 24 anos de idade.</p> <p>Entrevistado 8: a favor, pois todos devem seguir suas ideologias.</p> <p>Entrevistado 9: não respondeu.</p> <p>Entrevistado 10: contra porque a mulher deve aceitar o lugar dela.</p> <p>Entrevistada 11: abomida porque as intenções são más.</p> <p>Entrevistado 12: acredita que todo o comportamento do feminismo comprova que o movimento mais prejudicou do que ajudou as mulheres. Alega que as feministas não defendem liberdade de escolha, mas um comportamento, julgando mulheres que optam cuidar da casa.</p>

Fonte: pesquisa

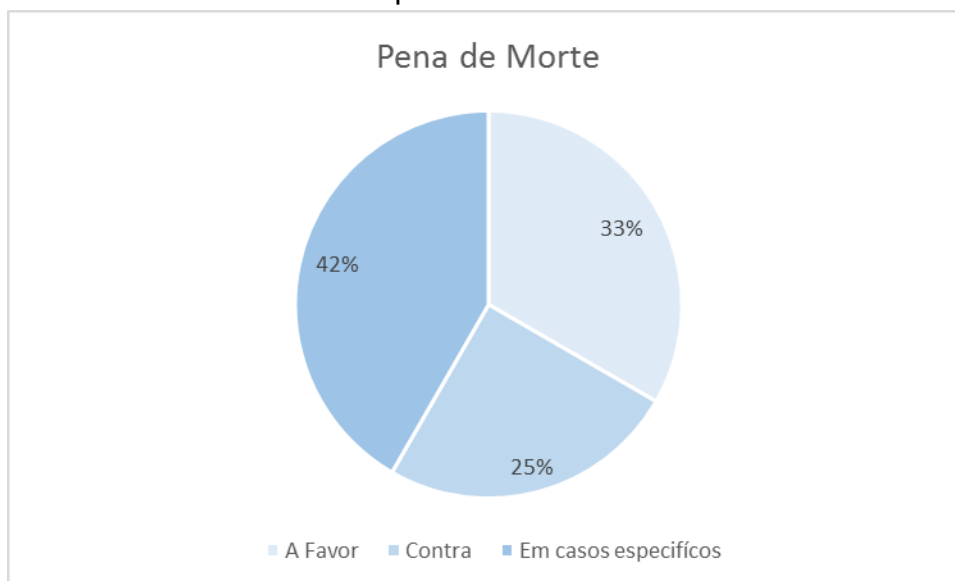
A partir dessas repostas, aferiu-se o seguinte:

Gráfico 2 – Posicionamento sobre a legalização do aborto



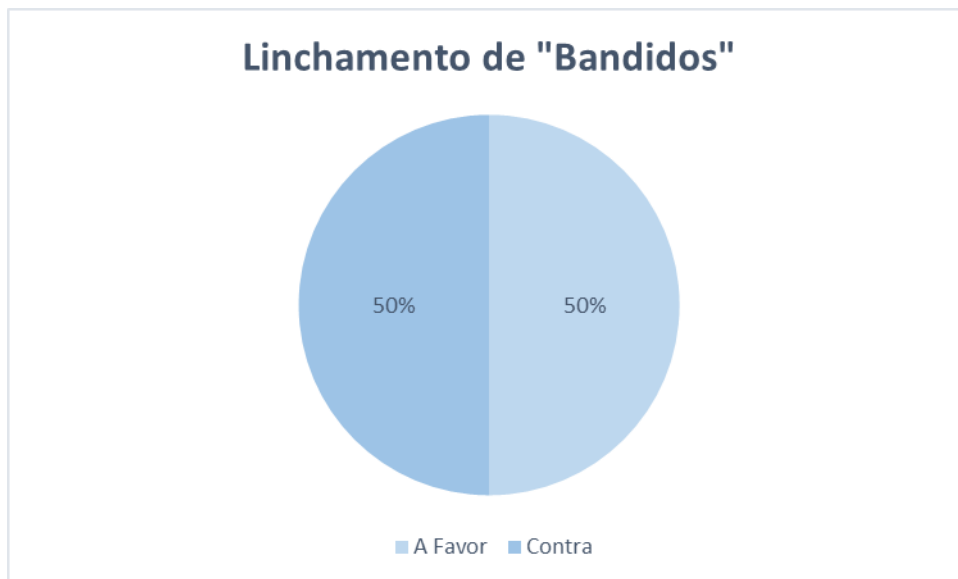
Fonte: pesquisa

Gráfico 3 - Posicionamento sobre a pena de morte



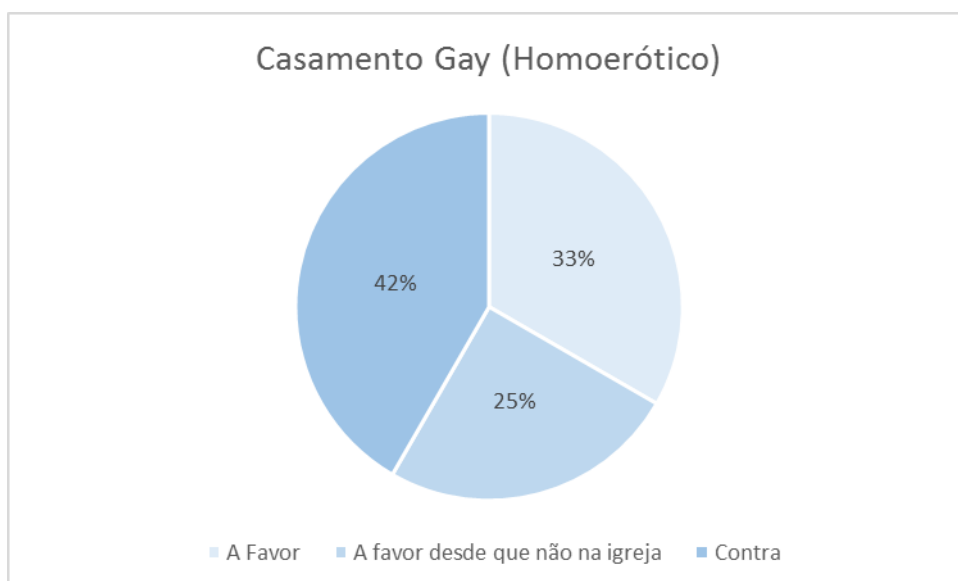
Fonte: pesquisa

Gráfico 4 - Posicionamento sobre o linchamento de "bandidos"



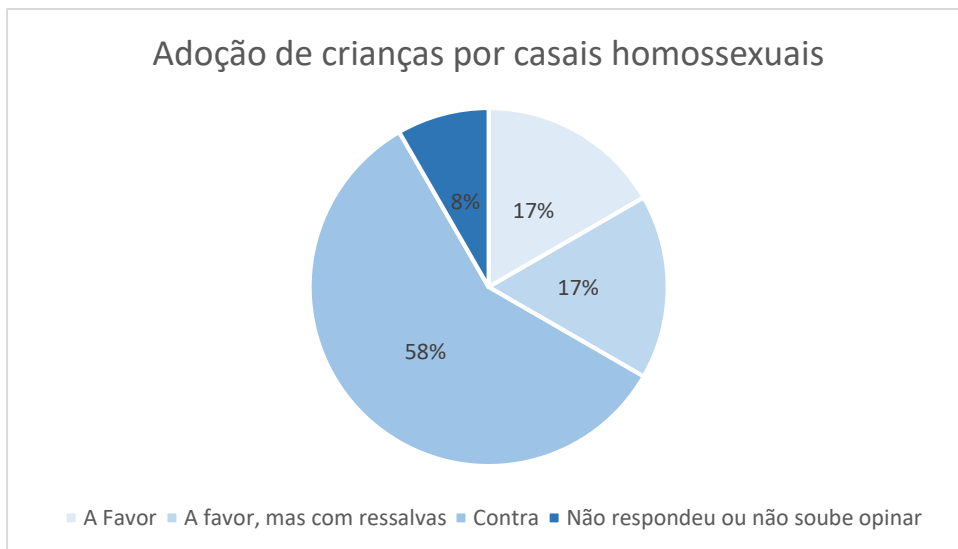
Fonte: pesquisa

Gráfico 5 - Posicionamento sobre o casamento gay



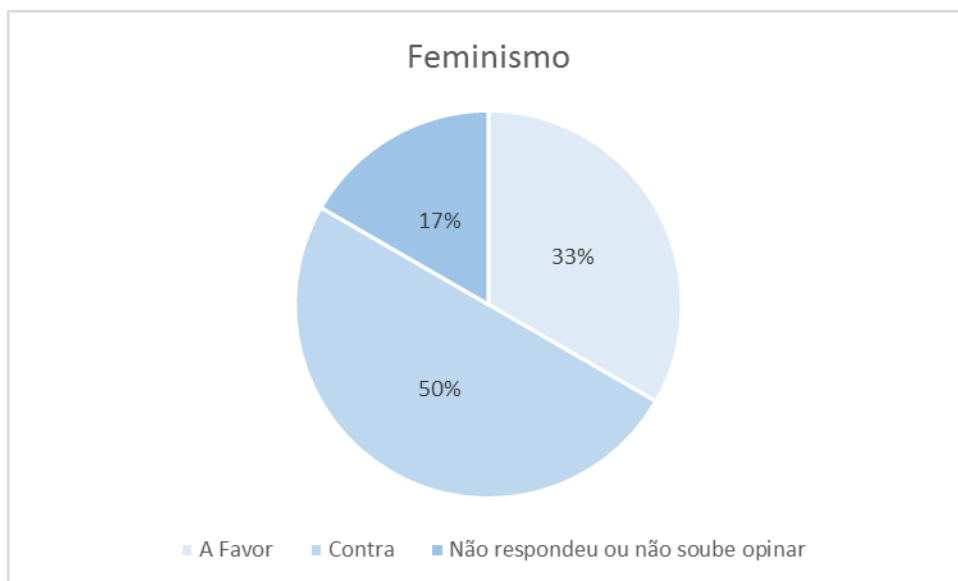
Fonte: pesquisa

Gráfico 6 - Posicionamento sobre a adoção de crianças por casais homossexuais



Fonte: pesquisa

Gráfico 7 - Posicionamento sobre o feminismo



Fonte: pesquisa

Conforme se observa, o conservadorismo tende a predominar entre os entrevistados, mas não é unânime. Tais resultados foram recebidos com surpresa pela entrevistadora, que esperava maior afinidade por parte dos entrevistados, em decorrência das páginas que alegaram curtir, em especial a do político Jair Bolsonaro. Dessa forma, percebeu-se que esses entrevistados pertencem a uma infinidade de redes, defendendo visões advindas dos grupos nos quais estão contidos. Essas várias redes da qual os entrevistados pertencem unem-se no seu objetivo comum, que é o

combate ao Partido dos Trabalhadores, em vista da corrupção, ou seja, partem de pauta de cunho moral e emocional para protestarem.

Ainda, complexificando o “curioso perfil” dos entrevistados, os recentes desdobramentos havidos no cenário político brasileiro conduziram a novas questões que, apesar de não caber a esta pesquisa respondê-las, são importantes de serem levantadas, como por exemplo, o fato de inúmeros indivíduos que pediam a moralização da política e o fim da corrupção, silenciarem após o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Nas manifestações que ocorreram a partir de junho de 2013, dentre as várias pautas levantadas, estavam a da saúde, a da educação e a da corrupção. Entretanto, com o *impeachment* de Dilma, o seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência do país, prometendo colocá-lo nos trilhos. E, como tem sido noticiado, há rumores de que Temer estaria envolvido em esquemas de corrupção, mas esses rumores não causaram o mesmo “furor” quando se tratava de Dilma Rousseff que, até o presente momento, não foi acusada em nenhum esquema semelhante. Além disso, as medidas tomadas pelo atual governo, como o congelamento dos investimentos em saúde e educação, entre outras medidas que prometem “aquecer” a economia, não causaram a mesma agitação dos indivíduos desvinculados de organizações para protestar, por mais que elas os afetem diretamente.

Feitas essas considerações, o tópico subsequente abordará a “lógica” empregada pelos manifestantes para protestarem.

3.4 AS LÓGICAS DA CONTESTAÇÃO

O Brasil está sendo ameaçado pelos petralhas, pelos comunistas⁶⁵! Estão implantando no Brasil uma ditadura gay⁶⁶! Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil⁶⁷! Frases como essas, apesar de não serem novidade, têm sido constantemente informadas em diversos jornais e revistas de alta circulação, alastrando-se na *internet* em inúmeros sites de notícias *on-line*, em vídeos no

65 <https://www.youtube.com/watch?v=6bZb0ln6U-g>

66 <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/falta-coragem-para-enfrentar-a-ditadura-gay>

67 <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/america-latina/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/>

YouTube disponibilizados por pessoas comuns, em *blogs*⁶⁸ e em diversas páginas do *Facebook*. A partir daí, cria-se um enorme “estardalhaço”. Grupos de discussões sobre essas temáticas surgem, comentários nas páginas ou perfis pessoais de indivíduos que alertam sobre “esses perigos” viralizam e povoam as redes sociais, juntamente com os escândalos de corrupção.

Da mesma forma que essas teorias conspiratórias não são novidade, os estudos sobre elas também não são recentes, em razão do fascínio que muitas “histórias absurdas” causam, sendo de interessante trato pelas ciências sociais e pelos estudiosos que escrevem sobre a teoria da conspiração. Esses pesquisadores têm encontrado um vasto material para análise em diversos textos veiculados na *internet*, produzidos, frequentemente por indivíduos associados à extrema-direita (BOLTANSKI, 2014 p.170). Uma vez divulgados, esses materiais “panfletários” se espalham rapidamente, em decorrência das características que o próprio meio de informação utilizado – *internet* – possui, enumeradas por Castells (2012, p.212), como o efeito viral e como o alcance local/global.

Indivíduos que têm a missão pessoal de desvendar conspirações feitas em grande escala são constantemente caracterizados como paranoicos. Suas acusações baseiam-se no fato de que haveriam grandes conspirações, como por exemplo, as “abduções alienígenas” e as “operações de controle das mentes” (BOLTANSKI, 2014, p.170). A corroborar esses exemplos, citam-se inúmeros programas televisivos como o *Em busca do Pé Grande* e o *Encontros com Extraterrestres*, dos canais *Discovery*. A exemplo dessas teorias e o que elas despertam no imaginário popular, colaciona-se a fala do “Entrevistado 10”, que explica o seguinte:

Iluminatti é um povo que tá acima da maçonaria. Pra você saber, a maçonaria são grandes empresários. Eu trabalhei 30 anos em empresas, eu tenho 9 ex-patrões que pertenciam a maçonaria, é, esses patrões eles cresceram muito na maçonaria, ensina muita coisa boa lá **apesar de muita gente falar que adora o demônio**, que isso e que aquilo, mas aprende muita coisa legal, muita ordem! Eu tenho orgulho de trabalhar para patrões que pertencem a maçonaria. Acima da maçonaria existem iluminattis, que são maiores que os maçônicos. Só pra você entender, maçônicos existem no mundo inteiro, em todo o país existe. Eles são os melhores empresários do local, os mais ricos da cidade, os mais ricos do Estado. Agora, o iluminatti ele está acima da maçonaria, o que que é o iluminatti? **São 13 famílias, que pertencem a essa organização, eles se reúnem pra saber o que eles vão fazer**. Vou te dar exemplo: Quem que são esses caras? O dono da Coca-Cola, iluminattis. O dono da Microsoft. Eu não tô com a lista aqui, mas dá pra falar alguns nomes que no total vai dar treze, que são... ah! O dono da Texaco né, que é. Muita

68 <https://tyrannosaurus.wordpress.com/2007/12/16/como-identificar-um-comunista-o-shibboleth-do-proletariado/>

gente acha que é a Schell, mas não é. É a Texaco! **O ex-presidente dos Estados Unidos**, o Bush. A família Bush, então ele era do Texas, uma família riquíssima, **então ele domina o mundo**, então tudo que está em desacordo, **eles se reúnem e aí eles dão opinião com aquele pessoal da ONU e eles dão ordem também pro pessoal dos Direitos Humanos.** (...) (ENTREVISTADO 10, *grifo nosso*)

Para compreender essas teorias conspiratórias que surgem ao longo dos tempos, utilizando-se de gêneros literários que tratam de investigações policiais, Boltanski (2014, p.3) traz à baila a ideia de mistério. Este possui caráter singular: origina-se a partir de um evento aparentemente insignificante e rompe com a ordem estabelecida; por esta razão, a mente dos indivíduos não consegue encaixá-lo dentro das suas realidades. No entanto, uma vez que “tudo poderia ocorrer no mundo”, nem todos os acontecimentos serão conhecidos e dominados. Isso implica saber que a realidade é estabilizada por formatos pré-determinados, muitas vezes de caráter obrigatório ou paralegal, sustentada pelas instituições.

Dessa forma, a realidade se apresenta como uma rede de relações causais que contém uma série de eventos com os quais a experiência é confrontada. É essa interação que permite dar sentido aos acontecimentos e identificar como eles deveriam ser. Na maioria das vezes, essas relações não apresentam problemas, não havendo a necessidade de verificação dos eventos. No entanto, quando eles não podem ser qualificados, possuem ares enigmáticos e misteriosos, ganhando significado quando atribuído a uma determinada entidade, por exemplo:

Certo edifício ruiu. Isso é um “fato”. Mas para dar ao evento um sentido, temos de estar em uma posição para identificar a entidade à qual ele pode ser atribuído, como também as razões por detrás dele. A causa da ruína deve ser imputada a um terremoto? Uma falha de projeto? Um defeito na construção da parte do construtor (que utilizou materiais inferiores para economizar dinheiro, por exemplo?). A uma manobra ilegal da parte do proprietário, de forma que ele pudesse conseguir o dinheiro do seguro? A um criminoso que buscava encobrir o assassinato que acabara de cometer? A uma bomba armada por um terrorista (e, nesse caso, quais eram suas intenções reais e seria verdadeiramente apropriado chamá-lo de terrorista)? (BOLTANSKI, 2014, p.4).

A respeito da conspiração, Boltanski (2014, p.13) a define como sendo perceptível a partir de uma perspectiva externa. Tanto que, no momento em que a conspiração é revelada ganha ares de *coup de théâtre* (lance teatral), uma espécie de virada dramática dos eventos. Dessa forma, aquilo que um observador ingênuo tinha como realidade, mostra-se ficcional ao revelar “outra realidade mais real”.

Fazendo referências a circunstâncias históricas, na metade do século XVIII, testemunhou-se o estabelecimento de uma forma social destinada a um grande futuro político, denominada de “*affair form*”. Isso só foi possível porque mudanças na ordem social permitiram a ocorrência de inúmeros debates com temáticas em que problemas oriundos da vida cotidiana acabavam por se relacionar a questões pertinentes à legitimidade da ordem pública e, conseqüentemente, à legitimidade do poder, especialmente em situações em que decisões de justiça eram tratadas. Tais práticas deram origem à concepção de espaço público (BOLTANSKI, 2014, p.59).

No caso da França, influenciada pelo espírito do iluminismo inglês, o “*affair form*” formatou-se em razão de várias histórias criminais que levantaram questionamentos sobre a relação estabelecida entre o poder político e o poder religioso, ou seja, sobre a legitimidade do Estado de Direito Divino. Esses questionamentos podem ser retratados, principalmente no caso Callas e no caso Chevalier de La Barre, que tratam de indivíduos acusados de cometerem crimes por motivos religiosos. Suas blasfêmias foram apresentadas como incontestáveis, apesar da ausência de provas, sendo encenadas de tal forma a provocar total indignação da população local (BOLTANSKI, 2014, p.59).

As acusações que pairaram sobre Callas e La Barre foram revisadas de forma minuciosa por Voltaire, no intuito de demonstrar os seus aspectos “absurdos” e revelar as suas dimensões políticas. Dessa forma, os casos envolvendo Callas e La Barre, retirados de seus contextos locais, espalhados pela esfera pública, geraram uma série de dúvidas a ponto de formar grupos antagônicos, deixando de ser um caso específico para assumir um aspecto político (BOLTANSKI, 2014, p.59).

Dessa forma, o “*affair form*” possibilita o estabelecimento de críticas a uma determinada realidade estabelecida quando, por meios narrativos, outra realidade é apresentada. No caso das narrativas que derivam do poder Estatal, além de serem construídas, elas são oficiais. Opondo-se a elas, surgem as narrativas críticas que, alicerçadas em fatos, apresentam-se como a “verdadeira realidade”, passível de desconstrução da legitimidade da ordem política em vigor. A respeito disso, o autor aqui tratado dispõe:

O caso, já que baseado na reversão de uma acusação e porque é público, concentra em si reservas enormes de violência política que pode ser mobilizada como uma contraforça contra a violência da lei, ou à ameaça de violência, para a qual o estado alega ter direito. Pode-se mostrar, além disso, que, durante o século XIX, e especialmente XX, foi em grande parte por meio

de casos durante os quais a veracidade dos fatos evocados e especialmente suas caracterizações em termos legais, foram os objetos do debate público que a estrutura normativa das sociedades ocidentais foi modificada, as investigações de um detetive londrino levando, no fim das contas, a mudanças importantes em leis e frequentemente a uma transformação profunda dos sistemas categóricos, as ontologias e mais geralmente os fundamentos metafísicos sobre os quais os instrumentos que conferem à realidade sua robustez e dos quais seus contornos dependem. Para exemplos de anos recentes, precisamos somente pensar nas mudanças que chegaram às leis sobre aborto, homossexualismo ou mesmo a diferentes áreas, finanças e trabalho. Semelhantemente, pode-se mostrar que em nossos dias é através de casos que a estrutura normativa na qual a questão da eutanásia é abordada está lentamente sendo modificada (BOLTANSKI, 2014, p.59-60).

Mais antigo que o “*affair form*”, porém mantendo com ele uma complexa relação, é o “escândalo”. Este, diz respeito aos comportamentos passíveis de julgamentos que são denunciados por intermédio de fala pública, geralmente tendo como alvos indivíduos que representam uma ordem política ou social. No entanto, com o desenvolvimento do espaço público, um escândalo poderia se tornar um “*affair form*”, quando a incerteza é introduzida, retornando à acusação ao acusador, questionando-se a instituição judicial e, por extensão, a ordem política vigente (BOLTANSKI, 2014, 61).

Sobre essa questão, trazendo os apontamentos de Boltanski para o caso brasileiro, conforme mencionado no primeiro capítulo deste estudo e contrastando com o material coletado nas entrevistas, antes mesmo dos protestos de junho de 2013, observou-se na televisão, nos jornais e nos canais alternativos de comunicação várias notícias de corrupção que, apesar de afetar inúmeros partidos, colocava o PT no centro das atenções, por meio da “política do escândalo”. Esta, segundo Castells (2009) pode desencadear uma crescente instabilidade política, além de uma crescente crise de legitimidade da democracia, bastante observada na fala dos entrevistados. Ainda, juntamente com essas práticas, também foi verificada a presença de inúmeras teorias conspiratórias, como o terror construído em torno do Foro de São Paulo e o medo da “ameaça comunista”.

Reintroduzindo a discussão a respeito da paranoia, aponta-se que ela possui ligação com teorias conspiratórias, razão pela qual será abordada a seguir. Inicialmente, uma vez que ela diz respeito a um conceito que não é típico das ciências sociais, sendo utilizado na psiquiatria, far-se-á um prólogo a fim de delineá-la adequadamente. Os estudos de Wull (1987) darão essa direção. Publicados em um simpósio de psicologia social, que versava sobre conspiração, em Bad Homburg, no

ano de 1985, segundo Boltanski (2014, p.172), as análises feitas por Wuff estavam focadas em processos psíquicos gerais que acompanham o desdobramento da doença e a formação dos seus sintomas.

Dessa forma, com base na teoria freudiana de paranoia, porém estendendo o termo *cathexis* para além das suas dimensões eróticas, para abranger tanto a totalidade de como as coisas são, quanto a sua associação com significados construídos, Wuff define paranoia como a retirada total ou parcial do *cathexis* dirigido ao mundo exterior. Essa retirada seria a responsável pelo desenvolvimento da paranoia:

Durante o desenvolvimento de uma criança, de acordo com Wulff, *cathexis* como uma relação afetiva com o mundo, por um lado, e aprendizado cognitivo das estruturas do mundo, por outro, seguem processos paralelos. Na idade adulta, o desenvolvimento de estruturas cognitivas é interrompido. Mas a *cathexis* pode estar sujeita a variações significativas: pode ser retirada de certos objetos ou mesmo do mundo externo inteiro, que é então destituído de tal modo que toda a experiência da realidade é afetada. O mundo externo permanece pensável e imaginável, às custas da persistência das estruturas cognitivas, mas perde seu sentido imediato – sua autoevidência – às custas do recolhimento da *cathexis* subjetiva. Na ausência de interesses subjetivos, razões para agir também desaparecem. Ilusões paranoides são então vistas como esforços compensatórios (ou mecanismos de defesa) voltados para reconstituir a investidura do mundo e para preencher as lacunas na experiência da realidade que foram deixadas pelo sentimento do paciente. Essas estruturas, que podem ser comparadas a racionalizações depois do fato, repousam em um repertório de representações sociais disponíveis. Elas podem então evocar conspirações emprestadas de múltiplas formas de acusação dirigidas a certos grupos, frequentemente minorias, ou podem recorrer ao vasto repertório de imagens oferecidas pela ciência, e especialmente pela ficção científica (BOLTANSKI, 2014, p.172-173)

Dessa forma, de acordo com Wuff, cujas considerações basearam-se em análises clínicas, a ideia de que existe uma conspiração, na realidade, na maioria dos casos, não é originada na convicção de que uma conspiração e de que conspiradores de fato existam, mas sim num grande sentimento de que há alguma coisa escondida por detrás daquilo que se pode ver. Tal sentimento está vinculado à retirada da *cathexis* e a busca pela compreensão do mundo exterior. Dessa forma, o mundo se apresentaria como um conjunto de situações que precisariam ser decodificadas, ou seja, “o que os outros revelam de si, não é a sua realidade”. Esta estaria escondida por detrás das aparências (BOLTANSKI, 2014, p.174).

Após realizar essas considerações sobre a paranoia, com base nos estudos de Wuff, Boltanski (2014, p.176) alega que, atualmente, apesar da complexidade que a temática revela, o conceito de paranoia é frequentemente utilizado por psiquiatras e

por sociopolíticos. O primeiro, no caso, emprega o conceito em questão quando se refere a condições mentais; já o segundo o emprega para caracterizar coletivos ou sociedades, de maneira geral. Dessa forma, de acordo com Boltanski, o uso que o segundo faz desse conceito está além do seu caráter metafórico ou da sua utilização abusiva. Situação que pode ser constatada a partir dos delineamentos iniciais do conceito de paranoia.

Conforme Boltanski revela, a primeira vez que o conceito de paranoia apareceu na psiquiatria moderna foi nos trabalhos de Karls Ludwing Kahlbaum, em 1863, na Alemanha, para referir-se a delírios que poderiam ou não virem acompanhados de alucinações. Já, em 1899, Emil Kraepelin associa o termo paranoia a um conjunto de sinais e de sintomas. Estes sinais e sintomas, nos quais a psiquiatria clínica se fiava para descrever a paranoia, derivavam das dimensões políticas e sociais.

Em vista disso, o termo paranoia era empregado para se referir a um determinado tipo de “personalidade patológica” ou a “um tipo social”, alicerçado num conjunto de “traços psicológicos”, tais como o orgulho, a suspeita, a falsidade, etc., que, somados, eram formadores do caráter. Assim, os paranoicos eram descritos como “manifestantes” que desenvolviam um “complexo de perseguição”, um “delírio de interpretação” e um “delírio de grandeza”. Esses indivíduos viam-se como vítimas de “preconceito” e “injustiça”, encontrando-se “socialmente mal adaptados”, partindo os seus “delírios de fabulação” de “convicções” religiosas e/ou políticas de caráter idealista que, juntamente com as “paixões”, desembocaria no fanatismo. A respeito disso:

O caráter da paranoia como uma doença mental ‘social’ é particularmente destacado na obra dos doutores Sérieux e Capgras, dois discípulos franceses de Kraepelin, que enfocam na descrição do “delírio de protesto” e do “delírio de interpretação”. Para esses psiquiatras, o protestante “entusiasma-se por projetos quiméricos ou invenções”, mas não tem “qualquer noção do bem e do mal...muito embora constantemente use palavras como “probidade”, “consciência” e “honra”. Ele escolhe “uma pessoa ou grupo de pessoas” para “persegui-lo com [seu] ódio” (Sérieux e Capgras 1982: 100), e “porque ninguém presta atenção suficiente as suas recriminações, conclui que a corrupção é universal (BOLTANSKI, 2014, p.176).

Em meados de 1950, em plena oposição entre Comunismo e Macarthismo e Neoconservadorismo, nos trabalhos de intelectuais liberais norte-americanos, o termo paranoia passou a ser amplamente utilizado para caracterizar comportamentos políticos e manifestações coletivas. O material nos quais esses estudos estavam forjados advinham de diferentes formas do extremismo político, a saber: extrema-

direita e extrema-esquerda. Assim, esses trabalhos apresentaram que ideologias “aparentemente” opostas, seduziam atores que possuíam uma psicologia social comum resultante da sua posição social (BOLTANSKI, 2014, p.190).

A obra de Richard Hofstadter *O estilo paranoico na Política Americana* colaborou para a utilização do termo oriundo da psiquiatria como sendo eficaz, pelo menos a nível metafórico, para descrever comportamentos e lutas políticas. Os estudos posteriores aos de Hofstadter serviram para tornar usual a utilização desses termos, principalmente por jornalistas políticos e por cientistas políticos, mesmo após o gradual desaparecimento desse vocabulário na psiquiatria. Além disso, aquilo que acometia o paranoico (descobrir o que se esconde por detrás das aparências) também foi popularizado, denominado de “teoria da conspiração” (BOLTANSKI, 2014, p.190-195).

Em vista do uso indiscriminado, as teorias da conspiração e a paranoia acabaram por se tornar um grande problema: “para atores na vida diária, e especialmente na profissional, que estão sujeitos a acusações, manobras e perseguições que eles julgam abusivas; para jornalistas que transmitem essas acusações; e finalmente para cientistas políticos que percebem a disseminação da paranoia e a multiplicação das teorias da conspiração como riscos significativos à vida democrática e que procuram descrever e ‘entender’ o fenômeno”.

Nesse sentido, a teoria da conspiração passou a requerer uma acusação. Isso surgiu na década de 1950, durante a Guerra Fria, tendo sequência nos movimentos de revoltas ocorridos no final dos anos de 1960 – como o Maio de 1968, na França, como a Guerra do Vietnã e com o conflito travado entre Israel e Palestina –, atingindo o seu ápice no início do século XXI, com os ataques de 11 de setembro, nos Estados Unidos, e com o desenvolvimento da *internet* (BOLTANSKI, 2014, p.196).

De acordo com Boltanski, não é tarefa fácil encontrar uma área que não esteja submetida à vida política, na qual não haja ligação entre acusações de conspiração intercruzadas, teorias da conspiração ou paranoia, conforme se retrata abaixo:

Se é uma questão de governança econômica, com a revelação de agências de consulta ocultas entre os poderosos do mundo; de saúde e medicina (por exemplo, a respeito das origens do vírus da AIDS ou às doenças atribuídas às armas utilizadas durante a Guerra do Golfo, das quais os veteranos ainda sofrem); da ciência, por exemplo, meteorologia e mudança climática (onde certas acusações de teorias da conspiração procuram espalhar a crença que o aquecimento não pode ser atribuído à ação humana, enquanto outras fazem as acusações contrárias); da Igreja Católica (frequentemente em conexão com a Opus Dei); para não mencionar as histórias que, às margens

da Ufologia, dramatizam relações culpáveis entre governantes humanos e invasores não-humanos ou observadores de outros planetas (por exemplo, o Caso Roswell) (BOLTANSKI, 2014, p.176).

Para Boltanski, a propagação das teorias da conspiração é um efeito de representação. Por um lado, houve uma popularização de obras ficcionais com temas conspiratórios; por outro lado, houve também um aumento do interesse acadêmico sobre a temática. Assim, percebe-se uma circularidade na disseminação das teorias conspiratórias, não se podendo afirmar com certeza se houve uma mudança nas crenças das pessoas. Além disso, o surgimento de novos meios midiáticos possibilitou a propagação de ideias que antes estavam restritas a pequenos grupos (BOLTANSKI, 2014, p.197-198).

Esses meios, já que não recebem um controle de fontes de produção de ideias, permitem que qualquer pessoa divida ideias paranoicas ou delirantes sobre quaisquer assuntos, criando um diálogo sem fim, em que qualquer afirmativa é rebatida com exemplos e contraexemplos retirados da própria *internet*, portanto de origem duvidosa, o que, para Boltanski pode ser prejudicial à verdade verdadeira e à democracia (BOLTANSKI, 2014, p.197-198).

Tais apontamentos puderam ser parcialmente verificados na realização das entrevistas que revelaram o desejo, por parte de alguns entrevistados, pelo retorno de regimes alternativos aos democráticos, como as ditaduras militares ou até mesmo como o retorno da monarquia, conforme menciona o Entrevistado 9: “Talvez se nós estivéssemos sustentando a família real, não teria o prejuízo de sustentar roubo”. Além disso, verificou-se que grande parte dos entrevistados se classificam como discípulos de Ovalo de Carvalho, colaborando com a propagação dos pensamentos desse “filósofo”, bem como com divulgação de que, atualmente, viveríamos uma ameaça comunista, conforme relatos abaixo:

a) ***Você acredita que estamos vivendo uma ameaça comunista? Faz postagens nesse sentido?***

R: eu acredito. Querem inculir a força de que o comunismo é a melhor opção para o Brasil. Eu acho assim: não deu certo nem em Cuba e noutros lugares e vai dar aqui no Brasil? Num país que consegue ser maior? Faço postagens. O comunismo é a pior de todas as opções.

O que é Foro de São Paulo?

R: eu não conheço muito não. É uma coisa que eu tenho que me aprofundar ainda para entender, mas as pessoas têm postado muito sobre isso. As pessoas não concordam muito com isso não. Não sei se envolve a Argentina, mas vejo que as pessoas postam muito sobre isso na internet (ENTREVISTADA 2).

b) Existe sim e é exatamente isso que tá dando um nó na cabeça de todo mundo e desconfiança com esse governo, entendeu? (...)

Eu não tenho medo do comunismo, mas sei que pode existir essa possibilidade. O Foro de São Paulo foi uma coisa muito bem organizada. Eu já vi comentários do Olavo, isso não vai ser destruído em um ano ou dois anos porque esse projeto, pelo o que eu leio, é um projeto organizado entre países socialistas pra trazer benefícios sociais pra todas as regiões. Você acha que Cuba ia conseguir fazer o porto de Mariel sozinha? Não ia (ENTREVISTADO 3).

c) R: Estamos vivendo uma ameaça comunista. No Foro de São Paulo tem Fernando Henrique Cardoso, Lula, tem o presidente da Venezuela.

O que torna essa ameaça visível?

R: Amizade do governo de Lula e de Dilma com Cuba, Venezuela e países comunistas e trazem muitas coisas, muitos pensamentos deles pra cá. Eu não sei se é verdade, mas ouvi que tem uma parcela do exército de Cuba aqui no Brasil. Não sei se é verdade. Que tem muitas armas escondidas no Amazonas. Caso queiram derrubar Dilma, eles vão revidar. Muitas coisas que estou lendo, observando e pesquisando que demonstram.

Faz postagens nesse sentido?

R: Sim. Muitas pessoas não acreditam. As pessoas ficam só com novela e não estão nem aí, só veem quando acontece essas coisas (ENTREVISTADO 4).

d) Acredito estamos caminhando para um regime totalitário em que o governo cada vez mais vai tendo o controle sobre a sociedade, pode chamar de comunismo, socialismo, fascismo, seja lá o que for (ENTREVISTADO 5).

e) Nós não estamos vivendo uma ameaça comunista. O comunismo no Brasil já está solidificado. Neste momento eu não acho eu tenho diversas evidencias que estamos vivendo uma ameaça real e muito próxima de um governo totalitarista. Grande parte das postagens do meu *blog* tratam deste assunto e são compartilhadas nas principais redes sociais. (ENTREVISTADO 8)

f) Estamos ameaçados, mas não é de hoje. O que está acontecendo são resultados do que vem sendo implantado desde o final do século passado (no mínimo). Lembro bem da entrevista em que o Professor Olavo de Carvalho, deu ao Pedro Bial, onde ele disse que ocorreria logo o advento "esquerda". Pois é! O "intelectual" Pedro Bial, deu sua risadinha sarcástica, duvidando. E, hoje, podemos gritar para doer o ouvido de pessoas como esse Pedro Bial: OLAVO TEM RAZÃO (ENTREVISTADA 11)

Outro ponto levantado por Boltanski diz respeito à questão da temporalidade do inquérito e do limite considerado razoável para o seu prolongamento no tempo. Também, trata da desconfiança com indivíduos com que se mantém uma relação de proximidade, ou seja, “supõe-se que o hábito e o bom senso são suficientes para gerar um grau aceitável de confiança baseada principalmente em dados sensoriais, de forma que a maioria das pessoas na maioria das situações não realizem inquéritos” (BOLTANSKI, 2014, p.208).

Essa incerteza aumenta conforme aumenta a distância entre eventos de maior magnitude, isto é, “históricos”, e as pessoas indiretamente afetadas por eles, uma vez que estas têm acesso ao conhecimento dos fatos apenas por via indireta, seja por reportagens ou por fontes oficiais. Assim, posicionar-se a respeito dos fatos de forma mais confiável só é possível a partir de um juízo de valor, o qual é tomado mediante

uma lógica de precedentes, ou seja, com base na forma como essas fontes de informação se comportaram no passado (BOLTANSKI, 2014, p.210).

Por exemplo, as fontes oficiais podem ser frequentemente desacreditadas. Isso porque, como explica Boltanski, após o fim da Guerra Fria, várias “mentiras estatais” vieram à tona. Assim sendo, em casos polêmicos, fontes próximas ao poder tendem a ser desmerecidas em relação a pessoas que, embora implicadas nos eventos, não tenham um cargo governamental, uma vez que estas últimas estariam mais próximas ao público (BOLTANSKI, 2014, p.211).

De forma semelhante, no caso das teorias da conspiração, a opção de um indivíduo entre crer na “versão oficial” ou na “versão conspiratória” depende necessariamente das suas experiências passadas, bem como das contingências pessoais que o ligam à história em questão. Nesse sentido, as orientações políticas, religiosas ou morais de um indivíduo, entre tantas outras, terão necessariamente um peso considerável em sua tomada de decisão.

Trazendo os apontamentos feitos ao longo desta pesquisa relacionados à utilização da *internet* pelos indivíduos, conforme mencionou Boltanski, inúmeras teorias conspiratórias, geralmente associadas ao pensamento de extrema-direita, têm sido divulgadas em plataformas digitais, facilitando a sua rápida propagação e a sua adesão por outros indivíduos. Anteriormente, essas teorias ficavam restritas a um número reduzido de seguidores. Entretanto, com as redes sociais digitais, as barreiras locais são rompidas, permitindo que elas se espalhem e fiquem disponíveis a qualquer pessoa, independentemente do horário e local em que são acessadas.

3.5 CONCLUSÃO

Em vista do exposto neste capítulo final, algumas considerações podem ser levantadas com base no material coletado nas entrevistas realizadas. Conforme salientado, foram feitas, no total, 12 entrevistas com indivíduos que curtiam as páginas “FORA PT” e “Revoltados ON LINE” e que verbalizam contra a corrupção. A partir das entrevistas, viu-se que o perfil dos entrevistados é muito variado, uma vez que eles residem em diferentes regiões do Brasil e possuem diferentes faixas etárias, grau de escolaridade e renda familiar, predominando, neste último caso, aqueles que possuem renda que girava em torno de 2 a 3 salários mínimos.

Apesar de não se conhecerem ou possuírem qualquer relação de amizade, esses entrevistados tinham como ponto em comum o fato de curtirem as páginas mencionadas, de estarem indignados com os escândalos de corrupção, que têm sido noticiados nos últimos anos, e de utilizarem as redes sociais digitais para denunciá-los. Esses indivíduos, em grande parte, não são ligados a nenhum tipo de associação, organização ou partido político, mas, pelo contrário, mostram-se completamente desconfiados com qualquer tipo de organização e, principalmente, com partidos políticos e políticos, em geral, crendo que eles não estão a serviço da sociedade e estão corrompidos há muito tempo.

Da mesma forma, a maior parte dos entrevistados alegam não acreditar nas mídias tradicionais (jornais e revistas), depositando elevado grau de confiança nas redes sociais, apesar de fazerem ressalvas. Sobre a questão da confiança, Jasper chama a atenção para a sua presença nos protestos, uma vez que é mais fácil de se confiar num amigo próximo e/ou parente, em decorrência da existência de vínculos emocionais entre os indivíduos. O que não significa dizer que apenas porque um amigo ou parente compartilhou alguma informação nas redes sociais é que, necessariamente, seus amigos virtuais irão aderi-la. Há outros fatores envolvidos, dentre os quais destacam-se o compartilhamento de questões morais.

Uma vez que não estão ligados a nenhum tipo de organização, esses indivíduos buscam canais alternativos para reivindicar e ou chamar a atenção de uma causa social, ambiental, econômica, etc. Conforme salientado por Bennett, as pessoas não deixaram de se engajar politicamente somente porque não fazem parte de um partido, elas apenas encontraram outros meios para fazerem isso e, dentre esses canais alternativos, destacam-se as redes sociais, as quais permitem a criação de páginas e outros meios capazes de ligarem pessoas com as mesmas visões de mundo.

O tema da corrupção, por exemplo, tem cunho moral e costuma chamar a atenção de todos, causando revolta e indignação, ou seja, acessa as emoções dos indivíduos em decorrência do impacto que ele causa, denominado por Jasper de “choques morais”. Estes, segundo o autor, permitem o recrutamento de pessoas para um determinado movimento ou causa, em vista do seu caráter de urgência, sendo muito eficaz quando surpreende os indivíduos. E, conforme observado nas entrevistas, várias foram as menções de total decepção para com o Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que muitos entrevistados afirmaram que votavam nesse

partido, mas que ele se mostrou igual aos demais, gerando um sentimento de raiva, de ódio e de justa indignação.

Ciente desses sentimentos, de acordo com Goodwin, Jasper e Polletta, ativistas políticos, agindo como empreendedores morais, têm utilizado as emoções, empregando uma série de repertórios emocionais para captar indivíduos para as suas causas. As páginas tratadas nesta pesquisa, por exemplo, trabalham com esses repertórios emocionais, elegendo, assim como foi aludido por Jasper, vilões que devem ser combatidos. No caso, os vilões eleitos por essas páginas foram o Partido dos Trabalhadores e as ideologias de esquerda, que, a partir da indignação da população com a corrupção, têm sido açoitados e tidos como uma espécie de inimigos públicos número um.

Uma vez colocados nesse patamar, os administradores das páginas estudadas e pessoas comuns espalham facilmente uma série de teorias conspiratórias sobre o Partido dos Trabalhadores e sobre os ideais de esquerda, que, segundo eles, possuem planos de instaurar o comunismo no país. Sobre essa questão, conforme alerta Boltanski, não se pode afirmar que as pessoas estão modificando suas opiniões, ou seja, que anteriormente não acreditavam nessas teorias. O que ocorre é que a difusão dessas informações na *internet* possibilita o alastramento dessas teorias conspiratórias em grande escala, tirando-as da pequena redoma em que estavam, uma vez que ficam à disposição de qualquer um. E, segundo os entrevistados, o *Facebook* possibilita que qualquer indivíduo lance as suas ideias nas redes, aglutinando pessoas que pensam da mesma forma que ele, gerando dessa forma, uma reação em cadeia.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, obviamente parcial, uma vez que em ciências sociais nada é definitivo, além da insipiência das pesquisas levantadas sobre a temática aqui proposta, far-se-á uma síntese das análises demonstradas ao longo deste trabalho, sem o condão de torná-las verdades absolutas. A fim de organizar a exposição das ideias, retoma-se, primeiramente, o objetivo central desta dissertação: averiguar novas formas e novos repertórios de ação que são propiciados pelas redes sociais na *internet*, apresentando as suas características. A partir daí, foram feitos outros desdobramentos, tais como verificar de que maneira esses protestos são disseminados nas redes sociais digitais, averiguando de que forma os atores sociais se utilizam delas para reivindicar, bem como quais são as suas justificativas.

Conforme elencado nesta pesquisa, as análises tiveram como ponto de partida os protestos de junho de 2013, em decorrência da dimensão desses protestos e das notícias de que, diferentemente de outras manifestações nacionais, a *internet* teria exercido um papel inovador. Assim, após narrar de forma resumida algumas nuances desses protestos de junho, observou-se a existência de uma heterogeneidade de pautas existentes nesses protestos, sendo contraproducente analisá-las todas de uma vez só. Em vista disso, fez-se a seguinte delimitação: verificar os protestos feitos em torno da pauta contrária a corrupção, que foi germinada nos protestos de junho e teve sequência nos anos seguintes.

Feita essa delimitação, elegeram-se páginas na rede social *Facebook*, que era a rede mais popular no Brasil naquele período, para captação dos entrevistados. As páginas selecionadas foram a “Fora PT” e “Revoltados ON LINE”, que costumam divulgar escândalos de corrupção e incendiar os seus seguidores contra o Partido dos Trabalhadores e contra as ideologias de esquerda. Os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados foram buscar aqueles que curtiam, comentavam ou compartilhavam postagens dessas páginas. Por essa razão, não foram levantados dados por regiões, em vista da própria característica que as redes formadas nessas plataformas digitais possuem, ou seja, não há barreiras geográficas, permitindo que indivíduos de diferentes localidades se conectem, nacionalmente ou internacionalmente.

Assim, buscando apresentar o raciocínio empregado pela pesquisadora, o capítulo inaugural deste trabalho traça um panorama geral das manifestações

ocorridas em junho de 2013, apresentando uma série de esforços empregados para a compreensão do que teria ocorrido naquele ano e de que forma diversos autores buscaram interpretar esses protestos. E, conforme citado acima, o caminho escolhido para se seguir foi aquele que abordava as reivindicações contrárias aos escândalos de corrupção.

A preferência por esse caminho se deveu ao fato de que, conforme citou Amadeu, após junho de 2013, as páginas que combatiam a corrupção naquela época, foram as que tiveram o maior número de adesão. Além disso, tamanha foi a proporção dessa pauta que, transcorridos seis dias da defesa deste trabalho, o processo de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff foi aprovado no Senado. As argumentações favoráveis ao impeachment de Dilma embasavam-se no “combate à corrupção”, temática que não era abordada no processo, já que ele versava sobre as pedaladas fiscais, mas que, no entanto, tinham clamor popular, sem falar que era uma forma de a população que estava “incendiada” contra o PT ficar satisfeita.

Apresentado o cenário no qual se desenvolveu esta pesquisa, o conceito de repertório foi problematizado, alicerçado principalmente nos estudos de Charles Tilly, o que permitiu resumi-lo da seguinte forma: os repertórios são um conjunto de ferramentas das quais os indivíduos têm conhecimento e que estão à disposição deles para serem usadas, podendo ser inovadas e adaptadas, a depender do contexto social, momento político e cultural em que são empregadas. Problematizar esse conceito logo no primeiro capítulo permitiu averiguar, na sequência, que as redes sociais digitais inovaram os protestos da atualidade, além de permitir a manifestação de uma série de indivíduos que não possuíam tradições contestatórias, uma vez que elas tornaram o ato de reivindicar mais prático e de fácil acesso.

Essas constatações não significam uma crença “no poder transformador” da *internet*, mas sim averiguar que ela permite novas formas de comunicação e sociabilidade, além de novas formas de ação e de participação que não existiam anteriores a ela. Dentre as características dos protestos deflagrados nas redes digitais estão a personalização e a singularização da ação, ou seja, indivíduos comuns, desvinculados de um coletivo e/ou partido político encontraram nessas redes uma forma de expressarem seus pensamentos e lançarem reivindicações sobre temáticas que os indignam.

A partir daí, buscou-se o alicerce teórico das ações coletivas, tratado no segundo capítulo deste ensaio. Nele, constatou-se que as teorias sobre os

movimentos sociais e ações coletivas não são capazes de abarcar os protestos da atualidade, havendo a necessidade do surgimento de novas perspectivas teóricas para darem conta dessas “novidades”. Dentre essas perspectivas, destacam-se aquelas lançadas por Goodwin, Jasper, Polleta, que trazem sob um prisma diferente das teorias clássicas, a ótica das emoções e da moralização para dentro dos estudos dos movimentos sociais.

Essa nova perspectiva teórica mostrou-se satisfatória, quando defrontada com os dados coletados nas entrevistas realizadas no terceiro capítulo deste trabalho. Isso porque, segundo se observou, as páginas selecionadas foram alavancadas através do uso que os seus administradores fizeram de repertórios emocionais, ou seja, cientes da crise pela qual passam as democracias modernas e da desconfiança que os indivíduos possuem com os partidos políticos e com os políticos em geral, elas começaram a alardear uma série de notícias de corrupção, captando, dessa forma, inúmeros seguidores.

Nesse ponto, destaca-se que o objetivo dessa pesquisa não foi o de analisar essas páginas em si. Estas foram utilizadas por reunirem pessoas que compartilhavam da visão contrária à da corrupção. Noutras palavras, o foco desta pesquisa estava situado em pessoas comuns e anônimas e que, de forma individualizada, passaram a contribuir com um movimento bem maior, denominado pela pesquisadora, neste momento, de “a onda dos indignados”.

Conforme mencionado, a maior parte dos entrevistados nunca esteve envolvida em nenhuma causa anterior, “despertando politicamente” após a divulgação dos escândalos de corrupção. Segundo esses entrevistados, as redes sociais permitiram a revelação da “verdade”, anteriormente desconhecida por eles, uma vez que era acobertada pela mídia tradicional. Nesse ponto, eles afirmam saber que a corrupção sempre existiu, mas que o Partido dos Trabalhadores a piorou, mostrando-se “igual aos demais partidos”. Nesse ponto, observa-se que os entrevistados pretendem punir o partido em questão, por mais que outros partidos também sejam acusados de serem corrompidos.

A respeito disso, a fala daqueles que alegaram ter sido eleitores do Partido dos Trabalhadores no passado mostrava-se mais agressiva do que a fala daqueles que afirmaram nunca ter votado no partido citado. O sentimento exprimido pelos entrevistados era de “raiva”, “ódio”, “indignação” e “traição”, transformados em um horror aos partidos de esquerda. Esses sentimentos, segundo alega Jasper, são

combustíveis suficientes para a ação. Aqui, alguns entrevistados, conforme revelaram as perguntas sobre assuntos polêmicos – aborto, casamento homoerótico, etc. – são favoráveis a pautas que são conhecidamente defendidas pela esquerda que eles dizem “abominar”, vendo-se como contrassenso a admiração nutrida pelos entrevistados ao político Jair Bolsonaro e ao filósofo Olavo de Carvalho.

Mais especificamente sobre a utilização das redes sociais digitais, esses entrevistados mostraram-se bastante engajados na divulgação de pautas que são de seus interesses, sendo o foco principal a “guerra travada contra o Partido dos Trabalhadores”. Eles utilizam as redes para noticiar os escândalos em que esse partido tem se envolvido. No entanto, apesar de se perceber que esses entrevistados costumam compartilhar notícias deflagradas pelas mídias tradicionais, notou-se que eles as compartilham dando as suas próprias interpretações, acrescentando informações, elaborando conjecturas para discutir entre as suas redes de amizade. Ou seja, não são receptores passivos de uma informação. Eles as rebatem quando acreditam ser necessário, apropriando-se inclusive de compartilhamento de opositores políticos, escrachando-os, ridicularizando-os, criando *memes*.

Além disso tudo, eles criam os seus próprios textos, postam as suas próprias análises sobre a conjuntura política atual, que ficam disponíveis para as suas redes de amizade que podem rechaçá-las ou compartilhá-las, chegando ao alcance de inúmeros indivíduos. Ainda, esses entrevistados alegaram utilizar as redes em causas próprias, denunciando acontecimentos desagradáveis ocorridos no seu dia a dia, encontrando indivíduos que passaram por situações semelhantes. Esses apontamentos demonstram a personalização, a horizontalidade, o alcance global e o efeito viral da ação, enumerados por Castells e anteriormente aqui mencionados.

No entanto, acredita-se que essas características decorrem do próprio meio no qual esses protestos têm sido deflagrados: redes sociais digitais. No ponto de vista da pesquisadora, o que de fato chamou a atenção nos dados coletados durante a análise das entrevistas foi a aglutinação de inúmeros indivíduos em torno de teorias conspiratórias. Conforme exaustivamente mencionado ao longo desta pesquisa, esses indivíduos estão “chocados” com a “roubalheira” do PT, o que os compele a ação, em vista de uma “justa causa” (tratada por Jasper). Essas causas são noticiadas pelos empreendedores morais, papel exercido pelas páginas curtidas por esses indivíduos e pelo filósofo Olavo de Carvalho, por exemplo. E, uma vez divulgadas nas

redes digitais, elas ficam disponíveis a uma infinidade de pessoas, que podem compartilhar ou não daquelas ideias e, em caso positivo, serem passadas a diante. Ainda, conforme foi verificado, esses empreendedores morais trabalham com a emoção das pessoas, divulgando ideias conspiratórias, como a concepção de que o Brasil está à mercê de uma tomada comunista, mostrando como prova desse “perigo” o “temido” “Foro de São Paulo” que, segundo informaram, são as reuniões da cúpula comunista para preparar o “golpe”. A iminência desse golpe faz brotar o medo, esse também é um forte combustível para a ação. Entretanto, apesar de o medo poder compelir protestantes, em vista das penalidades ou retaliações que eles podem sofrer ao aderirem a um protesto de rua, esse sentimento não está presente quando os indivíduos estão protegidos por detrás das telas de seus computadores, conforme viu-se nas entrevistas, lançando na *internet* as suas acusações e as suas reivindicações, ou o que Boltanski denomina de denúncias públicas, aqui chamada de denúncias públicas virtuais.

Essas denúncias feitas em torno de teorias conspiratórias, anteriormente restritas a um pequeno grupo de pessoas, encontraram nas redes sociais digitais uma forma de extravasar as barreiras impostas pela geografia, podendo chegar a qualquer um, reunindo inúmeros indivíduos que compartilham daquelas mesmas ideias e valores. Nesse sentido, entende-se que as redes sociais digitais transformaram as ações coletivas, bem como inovaram os repertórios de ação coletiva, em decorrência das portas que elas abrem para pessoas comuns darem vazão aos seus sentimentos, tirando o medo dessas pessoas de exporem aos demais o que elas de fato pensam sobre uma série de questões políticas e sociais, independentemente de suas ideias serem preconceituosas.

Por fim, finaliza-se com a frase que deu início a este estudo: o gigante acordou, diziam os manifestantes de junho de 2013. Se os brasileiros de fato “acordaram” ou continuam “dormindo em berço esplêndido” não é consenso, nem entre os próprios brasileiros e nem entre os estudiosos. O que se sabe é que o mote “contra a corrupção”, implementado em junho de 2013, alcançou o seu objetivo.

REFERÊNCIAS

AFCHAIN, Jean. **Les associations d'action sociale**. Dunod, Paris, 2001.

ALCÂNTARA, Livia Moreira. Ciberativismo: mapeando discussões. **37 Encontro Anual da ANPOCS**. 2013. SPG01 - Tecnologia, inovação e ciberativismo.

Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8679&Itemid=429>. Acesso em 15 jul.2016.

ALCÂNTARA, Livia Moreira; BRITO D'ANDRÉA, Carlos Frederico de. Redes de movimentos sociais e intervenção na esfera pública interconectada: um estudo da campanha pelo limite da terra na internet. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO. **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro; TOMAEL, Maria Inês. Das redes sociais à inovação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, mai./ago. 2005.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76Ç 49-89, 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em 15 ago.2016.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.

Sociologia & Antropologia, v.02, n. 03, p. 21-41, 2012. Disponível em:

<http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/3-ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf>. Acesso em 16 mai.2016.

BENNETT, W. Lance; IYENGAR, Shanto. A new era of minimal effects? the changing foundations of political communication. **Journal of Communication**, n. 58, p. 707–731, 2008.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERD, Alexandra. **The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics**. Downloaded by [177.35.238.38] at 07:36 16 December 2013.

BOLTANSKI, Luc. **Mysteries & conspiracies**. Politu Press, 2014.

BRANDÃO, Lucas Coelho. A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional. **BIB**, São Paulo, nº 71, pp. 123-143, 1º sem. 2011.

CARDON, Dominique. La participation en ligne. **Idées économiques et sociales**, 2013.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, 2011.

CASTANEDA DE ARAUJO, Marcelo. **Ação coletiva com a Internet**: reflexões a partir da AVAZZ. Tese (Doutorado em Ciências). Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v. 2.

_____. **Redes de indignacion y esperanza**: los movimientos sociales en la era de Internet. Madrid: Alianza, 2012, 234p.

_____. A simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. **Folha de São Paulo**. 18 mai.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>>. Acesso em 12 abr.2016.

CATTANI, Antonio David. O significado dos protestos urbanos segundo o *mainstream* econômico. In: _____ (Org.). **#protestos**: análise das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. 120p.

CAVALCANTE, Rebeca Freitas. **Ciberativismo**: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

CHAZEL, Francois. Movimentos sociais. In: BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

COACCI, Thiago. Repertórios de ação e a internet: um estudo de caso da campanha #VETAHOMOFÓBIADILMA. IV Seminário Nacional Sociologia & Política: Pluralidade e Garantia dos Direitos Humanos no Século XXI. **Anais...** 25 a 27 de setembro 2012.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Sociedad civil Y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CORREA et. al., Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.12, n. 25, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300011>. Acesso em 15 mai.2016.

CORRÊA, Rochele Tonello Zago. **TV Brasil e redes sociais virtuais**: o programa Estúdio Móvel no *Facebook*. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e comunicação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COSTA, Camila. #Sala Social: perfis-robôs militam dos dois lados nas redes sociais. **BBC Brasil**, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141024_salasocial_eleicoes2014_robos_cc>.

CUNHA, Luis Henrique. A retórica conservadora no Brasil contemporâneo e a produção de identidades políticas. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Porto Alegre, 20 a 23 de Julho de 2015.

DELLA PORTA; DIANI. **Social movements an introduction**. Blackwell Publishing, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEUSEN, David Van; MASSOT, Xavier, **The black bloc papers**. Shawnee Mission: Breaking Glass Press, 2010.

FARRO, Antimo L., **Les mouvements sociaux**. Les Presses de l'Université de Montréal, 2000.

FONSECA, Carlos Alexandre Martins. **Cartografias do Self no Facebook**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2010. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14375/1/Tese%20Alexandre%20Final.pdf>>. Acesso em 28 ago.2016.

FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. Cyberspace and smart mobs: new meanings for places and construction of global citizenship. **Ciberespaço e smart mobs**: a ressignificação de lugares e construção da cidadania planetária/CONPEDI. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/anais/36/05_1771.pdf>. Acesso em 15 mai.2016.

GADOTTI, Moacir. Novos atores entram em cena. **Revista Forum**, São Paulo: Publisher Brasil, ed.125, p. 16-19, ago. 2013.

GERMANO, Paulo. O avanço da nova direita: quem são e como pensam jovens líderes que influenciam multidões pelo país. **Jornal Zero Hora**, 18 jul. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/07/o-avanco-da-nova-direita-quem-sao-e-como-pensam-jovens-lideres-que-influenciam-multidoes-pelo-pais-4804460.html>>. Acesso em 27 ago.2015.

GOHN, Maria da Glória, a. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000200013&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 29 out.2016.

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 297p.

_____. Reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais... GT16- Movimentos Sociais Contemporâneos**. Porto Alegre-RS, 20 a 23 de julho de 2015.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca. **Passionate politics**. The University of Chicago, Chicago, 2004.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimento social revisado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (2), p. 75-91, jan./jul. 2004.

GUIMARÃES Jr., Mário J. L. O ciberespaço como cenário para as ciências sociais. Trabalho apresentado no Grupo Temático “A sociedade da informação e a transformação da sociologia”, do **IX Congresso de Sociologia**, Porto Alegre, Setembro de 1999. Disponível em: <http://portalcfh.ufsc.br/~guima/papers/ciber_cenario.html>. Acesso em 15 mai.2016.

JASPER, James M. **The art of moral protest**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

JASPER, James. **Protestos: uma introdução aos movimentos sociais**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LARAÑA, Enrique. **La construccion de los movimientos sociales**. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 1999.

LEITE, José Correa. **As invenções da política: sobre a existência da política e suas transformações**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1410>. Acesso em

LENINE, Vladimir Ilitch. **Que fazer?**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/prefacio.htm>>. Acesso em: 24 Out. 2013.

LIMA, Francisco Silva. **Amizades e sociabilidades escolares no Facebook: um estudo sobre conversação online entre jovens moradores da zona rural de Pelotas**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação). Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MALINI, Fabio. **Facebook: um mapa das redes de ódio**. In: CORNILS, Patrícia. **Carta Capital**. 11 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/Facebook-um-mapa-das-redes-de-odio-327.html>>. Acesso em 15 mai.2016.

MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sergio Magalhães Santeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARENCO, André. As duas caudas de Gauss: minorias, protestos e representação política. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **#protestos: análise das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento Plural**. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de pelotas, Ano 1, n. 1. jul./dez. 2007. Disponível em:<
<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/issue/view/288>>. Acesso em 15. out.2016.

MELUCCI, Alberto. The symbolic challenge of contemporary movements. **Social Research**, n. 52, p. 781–816, 1989.

NICOLETTI, André Selayaran. Participação política e as nuances das manifestações de junho de 2013. **IX Encontro da ABCP**, área temática: Participação Política. Brasília, DF, 04 a 07 de agosto de 2014.

OPP, Karl-Dieter. **Theories of political protest and social movements**. Taylor & Francis e-Library, 2009.

ORTIZ, Elaine; SILVEIRA, Sergio Amadeu. Redes sociais, censura privada e modulação. **37 Encontro Anual da ANPOC**, ST27 Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura. Águas de Lindóia/SP, 23 a 27 de setembro de 2013.

PAGET, François. **Hacktivismo: o ciberespaço tornou-se a nova mídia para vozes políticas**. McAfee, [s.d]. Disponível em:< <http://www.mcafee.com/br/resources/white-papers/wp-hacktivism.pdf>>. Acesso em 15 out.2016.

PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **HCS- Manguinho**, São Paulo, v.22, dez. 2015. Disponível em:
<<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/webativismo-em-sao-paulo/>>.

PEREIRA, Marco Abílio. Internet e mobilizações políticas – os movimentos sociais na era digital. **IV Encontro da Compolítica**. UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

PERRUSO, Marco Antonio. As jornadas de(sde) junho de 2013. **XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT16- Movimentos Sociais Contemporâneos, Porto Alegre-RS, 20 a 23 de julho de 2015.

POLLETTA, Francesca; CHEN, Pang Ching Bobby; GARDNER, Beth Gharrity; MOTES, Alice. Is the internet creating new reasons to protest? In: STEKELENBURG, Van Jacqueliën; ROGGEBAAND, Conny; KLANDERMANS, Bert. **The future of social movement research**. Minneapolis, London; University of Minnesota Press, 2013. p. 46-74.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo; ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicológicos das ações coletivas. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.37, p.47-65, abr. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/25438/22345>>. Acesso em 14 out.2015.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Editora Meridional, 2009.

SANTOS Mariana Chies Santiago, FACHINETTO, Rochele Fellini, RIBEIRO, Vítor Eduardo Alessandri. Junho de 2013 e a retomada das ruas: conflitualidades e alguns desdobramentos legais pós-manifestações. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **#protestos: análise das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 81-294.

SCHERER-WARREN, Ilse Scherer. Manifestações de ruas no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf>>. Acesso em 15 out.2015.

SCHERER-WARREN, Ilse Scherer. **Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais**. S.d. Disponível em: <file:///D:/Users/janam_000/Desktop/MESTRADO/4%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/Ilse%20Werrer/Metodologia%20de%20redes-SM.pdf>. Acesso em 29 mai.2016.

SEGURADO, Rosemary. A agenda da multidão e o webativismo na cidade de São Paulo. **HCS- Manguinho**, São Paulo, v. 22, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/webativismo-em-sao-paulo/>>. Acesso em 27 jul.2016.

SILVA, Marcelo Kunrath. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **#protestos: análise das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. 120p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, O embate das redes. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.6, n.7, p.28-34, nov. 2014. Disponível em:<<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/6-Novembro-14-DOSSIE-Sergio-Amadeu.pdf>>.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO. **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 97, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300003&script=sci_arttext&tIng=p>. Acesso em 28 ago.2016.

SOUZA, Nilvaldo; CARAM, Bernardo. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. **O Estado de São Paulo**, 06 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em 27 mai.2016.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TAYLOR, Verta. Social Movement participation in the global society: identity, networks, and emotions: In: STEKELENBURG, Van Jacqueliën; ROGGE BAND, Conny; KLANDERMANS, Bert. **The future of social movement research**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2013. 626p.

TILLY, Charles. **Contention and democracy in Europe: 1650-2000**. Cambridge University Press, 2004.

_____. **La France Conteste de 1600 à nos jours**. Fayard, 1986.

TILLY, Charles. Movimento social como política. **Revista brasileira de ciência política**, Dossiê “Movimentos sociais e ação coletiva”, n.3. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6562>>. Acesso em 15 out.2016.

VIANA, Natalia. A direita abraça a rede. **Pública: Agência de reportagem e jornalismo investigativo**, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>>. Acesso em 15 out.2016.

ANEXOS

ANEXO A
DADOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS

Nome completo: _____

Cidade e Estado: _____

Gênero: Masculino () Feminino ()

Faixa etária: _____

() menos de 20 () 20 a 30 () 30 a 40 () 40 a 50 () 50 a 60 ()
mais de 60

Escolaridade:

- () Fundamental () Incompleto () Completo
() Médio () Incompleto () Completo
() Superior () Incompleto () Completo _____
() Pós-graduação _____

Profissão/ Ocupação: _____ **Religião** ou **credo:**

Renda familiar:

- () Até 1 salário mínimo.
() Mais de 1 a 2 salários mínimos.
() Mais de 2 a 3 salários mínimos.
() Mais de 3 a 5 salários mínimos.
() Mais de 5 a 10 salários mínimos.
() Mais de 10 a 20 salários mínimos.
() Mais de 20 salários mínimos.

Estado civil: () solteiro () casado/união estável () separado/divorciado

Filhos: () sim – quantos: _____ () não

Tipo de moradia: () Casa () Apartamento () Outro

Moradia: () Própria () Alugada () Outro

Quantas pessoas moram na residência: () 1 () 2 () 3 () 4 () mais de 4

Você tem computador/notebook/ultrabook/netbook? Quantos?

Você tem acesso à internet na sua casa? Também acessa durante o horário de trabalho/aula?

Você acessa à internet a partir de tablets/smarphones?

Você passa quantas horas do dia na internet?

Com que frequência você frequenta as redes sociais?

Qual a sua principal fonte de informação? () jornais () revistas () redes sociais () outra Qual _____

Quais redes sociais você tem conta: ()Instagram ()Facebook ()Snapchat ()outra Qual _____

ANEXO B
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Você já foi ou é filiado a algum Partido Político, participou de algum Coletivo, ONG ou de alguma outra Organização/Associação?

Qual?

Por quê?

Você confia em Partidos Políticos?

-Caso tenha se desvinculado:

Por qual razão?

2. PARTICIPAÇÃO EM PROTESTOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO

Você já participou de algum protesto/manifestação/ação coletiva?

Qual (Cidade e ano)?

Por quê?

Ele (protesto/manifestação/ação coletiva) foi eficaz?

-Caso não tenha sido eficaz:

Por que você acha que o protesto/manifestação/ação coletiva não surtiu efeito?

- Caso tenha participado de algum protesto/manifestação/ação coletiva:

Quais foram as práticas adotadas? Por exemplo: elaboraram cartazes, trancaram ruas, fizeram uso de alto-falante?

3 JUNHO DE 2013

Você participou das manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013 ou de outras que ocorreram recentemente?

-Em caso afirmativo:

Qual foi a sua motivação?

Você chegou a ir as ruas?

Você fez a utilização de algum cartaz ou outro meio para protestar?

Você soube desses protestos a partir de qual veículo de informação (internet, jornal, televisão etc)?

Você acha que os brasileiros “acordaram” após junho de 2013?

Você fez o uso das redes sociais para convocar novos participantes ou expor os seus pensamentos sobre o que estava ocorrendo?

-Caso não tenha participado ativamente nas ruas:

Você compartilhou alguma informação nas suas redes sociais sobre os protestos de junho de 2013?

4 UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

Você costuma utilizar as redes sociais para expor as suas indignações, visão política ou convocar manifestações?

Quais as redes sociais que você mais utiliza (*Facebook, twitter, instagram, whatsapp*)?

Você considera as informações obtidas nessas redes sociais mais confiáveis do que as informações contidas em jornais e revistas?

Você costuma verificar a veracidade do conteúdo que você compartilha?

5 UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK

No caso do *Facebook* você curte quais páginas?

Você costuma compartilhar no seu perfil pessoal as postagens dessas páginas ou indicá-las para os seus amigos?

Você utiliza essas páginas como meio para se informar politicamente?

Você costuma curtir páginas indicadas pelos seus amigos ou participar de grupos pelo mesmo motivo, mesmo contra a sua vontade?

Com que frequência que você lê as postagens das páginas que você curte?

Você costuma curtir todas as postagens dessas páginas?

Você curte páginas das quais você discorda da opinião apenas para obter um ponto de vista diferente ou prefere nem saber?

Quando você discorda de algum comentário feito em alguma postagem sua ou em páginas no *Facebook*, você costuma replicá-las ou você ignora?

As suas postagens com teor político são públicas ou você as compartilha apenas para a sua rede de amigos?

6 INCLINAÇÃO POLÍTICA

Você se considera de direita ou de esquerda?

Por quê?

Curte páginas que compartilham conteúdos nesse sentido?

Quais?

Você é a favor ou contra as seguintes proposições e por quê?

1- aborto;

2- pena de morte;

3- linchamento de “bandidos”;

4- casamento gay (homoerótico);

5- adoção de crianças por casais homossexuais;

6- feminismo;

Você acredita que as decisões políticas devem ser tomadas sem levar em consideração as convicções religiosas?

Qual a sua opinião sobre os programas sociais, como o bolsa família?

Você acredita que estamos vivendo uma ameaça comunista? Faz postagens nesse sentido?

Você acredita que os militares devem retomar o poder? Faz postagens nesse sentido?

Você acredita que o Estado não deve interferir na economia?

Você acha que o PT deve deixar o governo e faz postagens no teu perfil pessoal nesse teor?

Você é a favor do impeachment? Faz postagens nesse sentido?

Você acredita que, caso o PT não estivesse no governo, haveria menos corrupção?

Faz postagens ou vai em manifestações para esse fim?

Você acha que nosso país era “menos corrupto” antes do PT assumir o governo?

O que mudou nos protestos recentes com o advento da internet, mais especificamente, com a utilização das redes sociais (*Facebook*) como instrumento de disseminação de informação?

Você tem outra questão que considera relevante e não foi questionada?